

A ATUAÇÃO POLÍTICA DO EMPRESARIADO CATARINENSE DOS RAMOS  
TÊXTIL E AGROINDUSTRIAL: DEMANDAS E CANAIS DE INFLUÊNCIA (1970-1985)

B A R B A R A   G I E S E

Dissertação apresentada ao Curso de  
Pós-Graduação em Sociologia Política da  
Universidade Federal de Santa Catarina,  
para obtenção do grau de mestre, sob a  
orientação do prof. Ary Cesar Minella.

Florianópolis, 1991

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

A ATUAÇÃO POLÍTICA DO EMPRESARIADO CATARINENSE  
DOS RAMOS TÊXTIL E AGROINDUSTRIAL:  
DEMANDAS E CANAIS DE INFLUÊNCIA (1970-1985)

Barbara Giese

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e membros da Banca Examinadora, composta pelos professores:

  
Prof. Ary Cesar Minella, Dr.  
Orientador

  
Prof. Sebastião Velasco e Cruz, Dr.

  
Prof<sup>a</sup> Maria Ignez S. Paulilo

FLORIANÓPOLIS, 12 DE SETEMBRO DE 1991.

## AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Ary Cesar Minella, meu orientador, pelo estímulo e amizade sempre presentes na capaz orientação deste trabalho.

Aos colegas e professores do Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, em especial ao grupo formado sob a orientação do prof. Ary C. Minella, colegas Ana, Hélio e Itamar. Suas contribuições teóricas foram importantes para o início desta pesquisa.

Ao meu marido, Danilo Wilhelm Filho, pela participação ativa e estímulo presentes em todas as etapas deste trabalho. Além de contribuir afetivamente, mostrou-se sempre disposto a ouvir e discutir os problemas surgidos. Notadamente na fase final, dedicou muitas horas à revisão do português e à digitação do trabalho. Seu carinho e preocupação foram essenciais à conclusão do mesmo.

Ao Dr. Carlos E. Pinheiro, amigo e compadre, pelo carinho e paciência com que acompanhou a utilização de seu microcomputador.

Aos colegas João Paulo e Ben-Hur pelas discussões informais realizadas, contribuindo na elaboração do presente trabalho.

Ao carinho e estímulo de Albertina, secretária do curso, sempre presentes no relacionamento e atividades cotidianas.

Aos funcionários das instituições onde foram realizadas pesquisas e entrevistas, como as Secretarias do Estado (da Fazenda, e do Planejamento e Coordenação Geral), o Instituto Cepa, o BRDE, o JUCESC, e a FIESC, especialmente à bibliotecária Sra. Valtrude; ao Sr. Alcides Abreu (SENAI), e ainda ao Sr. Jayme Scherer, ex-superintendente do PROCAPE, pela gentil colaboração no fornecimento de dados.

Finalmente, ao CNPq, pela bolsa concedida.

## RESUMO

O presente estudo analisa a atuação do empresariado catarinense vinculado aos ramos têxtil e agroindustrial durante o período 1970-1985, a partir do conceito teórico de "grupos estratégicos".

Estes dois ramos industriais foram selecionados por sua importância na economia catarinense, tanto no que tange o valor de sua produção, como na condição de empregador de mão-de-obra.

A metodologia empregada consistiu em pesquisa bibliográfica acrescida de levantamentos documentais e de realização de entrevistas.

Foram analisados a distribuição de verbas e concessão de subsídios e incentivos fiscais efetuados por órgãos financiadores ligados ao poder público estadual, como o BRDE e o FUNDESC/PROCAPE, no sentido de constatar eventuais favorecimentos àqueles ramos industriais, além de estudar a participação deste empresariado na ocupação de cargos políticos de primeiro escalão do poder executivo estadual.

Pesquisou-se ainda o trabalho realizado pela extensão rural catarinense, por ela constituir-se em fator de grande importância no desenvolvimento agroindustrial do estado, além de analisar a participação dos empresários na FIESC, para verificar eventuais atuações diferenciadas daquele empresariado dentro de sua própria federação

patronal.

Em termos conclusivos, obteve-se fortes indícios de que estes dois setores industriais utilizaram-se de estratégias e táticas distintas para a ocupação e criação de espaços políticos estaduais, no sentido de favorecer seu crescimento industrial.

Aparentemente, a indústria têxtil constitui um grupo estratégico mais amplo e antigo, apesar de uma atuação mais discreta, onde o elo de ligação não se restringe apenas à atividade industrial específica, mas envolve ainda fortes laços culturais e étnicos.

Por outro lado, a atuação dos empresários agroindustriais permite revelar sua presença marcante em cargos políticos de primeiro escalão do governo estadual, especialmente ao longo da década de '70, constituindo um grupo estratégico mais recente no cenário catarinense, e muito ativo para garantir o incremento de suas chances de apropriação.

Com base no levantamento documental realizado, fica evidente o favorecimento, a ambos setores industriais, quanto à concessão de financiamentos, subsídios e incentivos fiscais oriundos de órgãos públicos de fomento, em detrimento de outros segmentos industriais do estado.

## ABSTRACT

This study analyses the behavior of the textile and agroindustrial business sectors in the state of Santa Catarina, during the period of 1970-1985, from the vantage point of the theoretical concept known as "strategic groups".

These two industrial sectors were selected due to their importance in the state's economy both with regard to their production capacity and their condition as major employers of labor.

The methodology consisted of research analysis of bibliography and pertinent documents, and personal interviews.

The study focused upon the allocation of funds and concession of subsidies and tax incentives by financial agencies, such as BRDE and FUNDESC/PROCAPE, connected to the state government. The objective was to determine (1) the extent to which the above mentioned economic sectors received special financial favors from the state government and (2) to establish the participation of representatives of these sectors as high-ranking officials in the state government.

The research also concerned itself with the performance of the rural extension programs in the state of Santa Catarina because of their great importance to the state's agroindustrial development. It furthermore examined the participation of FIESC's associates in or

der to verify possible differences of behavior within the Organization.

Apparently, despite its more discrete way of acting, the textile industry is a broader and older strategic group, whose links are restricted not only to industrial activity but also to strong cultural and ethnic forces.

The behavior of the agroindustrial business associates, on the other hand, is not as subtle, revealing a remarkable presence among the state government's highest ranks, especially during the seventies. Despite the fact that it is a more recent strategic group, it has been active enough to assure an increasing participation in the appropriation of funds.

The documents analysed indicate that both industrial sectors were given special treatment by the state's financial agencies with regard to the concession of special loans, subsidies, and tax incentives -- a treatment which proved to be detrimental to other industrial segments.

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACARESC: Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina.

ADESG/SC: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra/Delegacia de Santa Catarina.

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

BADESC: Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

BESCAM: BESC S.A. - Corretora de Títulos, Valores e Câmbio.

BESC: Banco do Estado de Santa Catarina.

BESCRI: BESC S.A. - Crédito Imobiliário.

BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

BRDE: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

CELESC: Centrais Elétricas de Santa Catarina

CEPA/SC: Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.



CNI: Confederação Nacional das Indústrias

CODESC: Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

EMATER/SC: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina.

EMPASC: Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária.

ESG: Escola Superior de Guerra.

FGV: Fundação Getúlio Vargas.

FIESC: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

FUNDESC: Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina.

ICM: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias.

IPI: Imposto sobre o Produto Industrializado.

JUCESC: Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

PDS: Partido Democrático Social.

PFL: Partido da Frente Liberal.

PLAMEG: Plano de Metas do Governo.

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PROCAPE: Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas.

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

SAIC: Chapecó Indústria e Comércio.

SANTINVEST S/A: Santa Catarina Empreendimentos e Participações.

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SESI: Serviço Social da Indústria.

## ÍNDICE

Agradecimentos.....	I
Resumos.....	II
Lista de Abreviaturas.....	VI
Índice.....	IX
Lista de Tabelas, Mapas e Fluxogramas.....	XI
Introdução Geral.....	1
Considerações Teóricas.....	4
Cap.1. Algumas Considerações Históricas.....	21
1.1. Breve Histórico do Desenvolvimento da Indústria Têxtil..	21
1.2. Breve Histórico do Desenvolvimento da Agroindústria.....	31
Cap.2. A Extensão Rural no Oeste Catarinense.....	39
Cap.3. Atividades do BRDE e FUNDESC/PROCAPE Relacionadas com o Desenvolvimento dos Setores Têxtil e Agroindustrial Cata rinenses.....	66

3.1. A Atuação do BRDE.....	67
3.2. A Atuação do FUNDESC/PROCAPE.....	81
3.2.1. O FUNDESC.....	81
3.2.2. O PROCAPE.....	90
Cap.4. Algumas Considerações sobre o Sistema FIESC.....	105
Conclusões Gerais.....	124
Notas.....	133
Referências Bibliográficas.....	137
Publicações das Instituições Pesquisadas.....	147
Anexos.....	149

## LISTA DE TABELAS, MAPAS E FLUXOGRAMAS

Tabela	1.1.	Indústria Catarinense por Ramos Industriais, Número de Estabelecimentos, Mão-de-Obra e Valor de Produção (1960-1980).....	22
Tabela	2.1.	Evolução da Estrutura Fundiária em Santa Catarina (1960/70/80).....	42
Tabela	2.2.	Área em Exploração e Área Trabalhada na Agricultura Catarinense (1960-1980).....	43
Tabela	2.3.	Evolução do Valor da Produção Conforme o Tamanho do Estabelecimento (1970-1980).....	44
Tabela	2.4.	Efetivos de Bovinos, Suínos e Aves em Santa Catarina (1960-1980).....	45
Tabela	2.5.	Evolução do Valor dos Investimentos Agrícolas em Santa Catarina (1960-1980).....	46
Tabela	2.6.	Evolução do Valor das Despesas no Setor Agrícola Catarinense (1960-1980).....	47
Tabela	2.7a	Distribuição das Terras na Microrregião Colonial do Rio do Peixe.....	48

Tabela	2.7b	Área dos Estabelecimentos até 100ha na Microrregião Colonial do Rio do Peixe.....	48
Mapa	2.1.	Estrutura Fundiária dos Municípios Catarinenses...	49
Mapa	2.2.	Área de Integração Perdigão-Videira.....	50
Mapa	2.3.	Área de Integração (Aves e Suínos) Sadia-Concórdia..	51
Mapa	2.4.	Área de Integração Seara Avícola.....	52
Tabela	3.1.1.	Operações Contratadas pela Agência Florianópolis (BRDE), por Setor de Atividade.....	71
Tabela	3.1.2.	Evolução das Aplicações em Suinocultura e Avicultura .....	73
Tabela	3.1.3.	Operações Contratadas pela Agência Florianópolis (BRDE), por Gênero Industrial.....	80
Fluxog.	3.2.1.1.	Fluxograma do Sistema FUNDESC.....	83
Tabela	3.2.1.1.	Incentivos do FUNDESC - Liberação de Recursos por Microrregião.....	86

Tabela 3.2.1.2. Incentivos do FUNDESC - Liberação de Recursos por Atividade Econômica.....	88
Fluxog.3.2.2.1. Fluxograma do Sistema PROCAPE.....	92
Tabela 3.2.2.1. Recursos Alocados à Economia Estadual pelo Sistema FUNDESC/PROCAPE.....	93
Tabela 3.2.2.2. Liberação de Recursos do PROCAPE por Gênero de Ati- vidade.....	95
Tabela 3.2.2.3. PROCAPE - Participação Acionária Aprovada por Gêne- ro de Atividade.....	96
Tabela 3.2.2.4. PROCAPE - Participação Acionária Aprovada por Mi - crorregião.....	97
Tabela 3.2.2.5. PROCAPE - Liberação de Recursos por Microrregião..	98
Tabela 4.1. Diretoria Executiva da FIESC (incluindo Suplência, Conselho Fiscal e Delegação do CNI), SESI e SENAI, por Ramo Industrial (em %).....	107

Tabela	4.2. Diretoria Executiva da FIESC por Ramo Industrial e Diretoria Executiva da FIESC e Delegados no CNI por Ramo Industrial (números absolutos e % em parêntesis) .....	109
Tabela	4.3. Diretoria Executiva da FIESC (incluindo Suplência, Conselho Fiscal e Delegação do CNI), SESI e SENAI, por Microrregião (em %).....	110
Tabela	4.4. Diretoria Executiva da FIESC por Microrregião ...	111



## INTRODUÇÃO GERAL

O objetivo principal desta dissertação é de instalar uma discussão sobre o papel e a atuação do empresariado catarinense durante a década de '70, e a sua relação com o poder público estadual.

O empresário catarinense coloca-se e entende-se como típico "empresário schumpeteriano", empreendedor, competitivo e arrojado, que deve seu sucesso apenas a seu trabalho, dedicação e competência empresarial (vide Anais do I Simpósio Catarinense de História e Documentação Empresarial).

Atributos como inteligência, trabalho e dedicação estão vinculados, segundo seu discurso, à origem dos seus antepassados, sobretudo se alemães ou italianos. Esta visão não permeia apenas os meios de comunicação como, por exemplo, jornais locais, mas também está expressada em alguns estudos acadêmicos (Bossle, 1988; Hering, 1987) e trabalhos encomendados pelos próprios empresários (Ternes, 1986; 1988; Fontana, 1985).

Pretende-se questionar esta "imagem do empresário catarinense", mostrando que o mesmo não lutou de forma atomizada e isolada frente às instituições públicas estaduais, mas, pelo contrário, encontrou no Estado um forte aliado na busca de expansão.

Optou-se por trabalhar com conceitos teóricos que permitissem visualizar estratégias e táticas deste segmento social, enfocando principalmente sua atuação frente ao poder estatal.

Objetivou-se, ademais, identificar algumas lideranças empresariais e buscar subsídios para verificar a existência eventual de uma

organização e/ou hierarquia interna nestas lideranças.

A pesquisa empírica concentrou-se primeiramente nos boletins, relatórios e material diverso - discursos, propagandas, recortes de jornais - oriundos da FIESC (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina). Em relação ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), utilizou-se de relatórios e balanços, além de buscar, concomitantemente, outras fontes, como os programas e diagnósticos encomendados ou elaborados pelo próprio banco. Os subsídios necessários à análise da atuação do FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina) e do PROCAPE (Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas), foram cedidos pela Secretaria da Fazenda, somados ao material colhido pela Comissão Parlamentar de Inquérito formada para apurar as denúncias de irregularidades no funcionamento deste programa. A pesquisa realizada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUDESC) permitiu visualizar o crescimento das empresas estudadas no presente trabalho, juntamente com a revelação dos maiores acionistas de cada grupo empresarial. No Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (CEPA-SC) foram obtidos dados sobre a situação fundiária do estado. Na Secretaria de Estado e Coordenação Geral e Planejamento, mais especificamente junto às pastas cadastrais do Serviço de Pesquisa Legislativa, encontrou-se informações a respeito da ocupação de cargos diretivos das empresas estaduais e mixtas abordadas. Adicionalmente a estes levantamentos, foram realizadas entrevistas com vários funcionários das instituições supra mencionadas.

A presente dissertação foi estruturada da seguinte forma: após uma breve discussão teórica, onde são apresentados os principais conceitos utilizados na própria orientação da pesquisa e análise de

dados, são abordados alguns aspectos históricos envolvendo dois ramos industriais considerados neste trabalho, os setores têxtil e o agroindustrial. Optou-se em trabalhar com o setor têxtil por constituir-se num dos ramos mais tradicionais deste estado, e com o setor agroindustrial pelo seu destaque, principalmente durante a década de '70, em termos de sua expansão.

Segue a análise de algumas instituições vinculadas ao poder público estadual, como a ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina), o FUNDESC-PROCAPE, e o BRDE, órgãos importantes dentro do quadro desenvolvimentista da década de '70.

No capítulo seguinte é enfocada a estrutura e atuação da FIESC, na tentativa de identificar as lideranças empresariais vinculadas aos dois ramos industriais em pauta, além da obtenção de dados que permitissem levantar algumas hipóteses relativas a uma possível divisão interna no meio empresarial.

Pretendia-se ainda pesquisar as atuações do BADESC (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina) e BESC (Banco do Estado de Santa Catarina). Entretanto, em consequência da negativa por parte destas duas instituições quanto ao acesso a dados relevantes para a consecução da pesquisa, tal intento teve de ser abandonado.

Seguem as conclusões finais, recuperando os resultados dos capítulos anteriores e discutindo-os a partir dos conceitos teóricos apresentados.

## CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Dentro do objetivo principal do presente trabalho, pretende-se analisar mais especificamente de que forma uma parcela do empresariado catarinense organizou-se para ampliar seu espaço econômico e político no estado de Santa Catarina, e a dimensão do amparo governamental oferecido neste sentido.

Abrem-se várias perspectivas teóricas para analisar esta questão dentro da literatura específica, as quais serão discutidas, de forma resumida, a seguir.

Uma das possibilidades teóricas constitui o conceito de grupos de pressão. (vide nota 1 no final do trabalho)

Alguns autores (Finer, 1983; Henriquez, 1977; Knoke, 1986) enfatizam a validade da ação de grupos de pressão, quando os mesmos trabalham através de métodos lícitos, ou seja, sem recorrer ao suborno, chantagem, sabotagem ou ameaças, como forma de pressionar os parlamentares ou outras instâncias do aparelho governamental. Em outras palavras, pode-se dizer que, em países onde a democracia representativa mostrou-se um sistema político capaz de atender as reivindicações da maioria da população, mantendo como referencial a acumulação privada, a qual permite igualmente que a ação estatal seja controlada pela sociedade - através de eleições livres, nestas sociedades existe pouco espaço para atuações ilícitas dos grupos de pressão, e, segundo os autores acima, estes mesmos grupos fazem parte da própria realidade democrática.

Isto certamente não corresponde à situação política da maioria dos países terçeiromundistas, onde o regime político da democracia

representativa é exceção; onde a maioria da sociedade é excluída, tanto em termos econômicos como políticos; onde o poder não emana do povo; onde este mesmo povo não possui<sup>c</sup> instrumentos de controle da ação governamental; e, finalmente, onde o próprio Estado assumiu dimensões distintas das existentes nas sociedades de capitalismo avançado (Martins, 1985; Evers & Schiel, 1988; Cerqueira & Boschi, 1977).

Um dos poucos cientistas sociais que trabalha com este referencial teórico para tentar compreender a realidade brasileira, é o norte-americano Schmitter (1971). As principais críticas ao seu trabalho foram formuladas aqui no Brasil através de Cerqueira e Boschi (1977). Entre outras críticas, estes autores afirmam que Schmitter não soube dimensionar adequadamente o papel do Estado, atribuindo, assim, à burguesia nacional um papel passivo, vendo-a como elo fraco na estrutura social brasileira. Schmitter percebeu a diferenciação crescente dos interesses privados, mas não a interrelacionou com a especialização do aparelho de Estado (Cerqueira & Boschi, 1977:171, nota 9).

Cerqueira e Boschi, colocando-se criticamente frente às pesquisas de Schmitter, inauguraram uma nova linha de pesquisa relacionada com a avaliação real da importância do empresariado na sociedade brasileira, a partir da década de '30. Estes pesquisadores preocuparam-se com a análise dos órgãos corporativos e extra-corporativos do empresariado brasileiro, sendo que Minella afirma: "O estudo da burguesia através de expressões pontuais de sua organização corporativa e extra-corporativa, representou uma importante contribuição para o entendimento desta força social, revelando inclusive como um órgão formalmente corporativo pode atuar politicamente ..." (Minella,

1988:6).

Sem dúvida, as pesquisas destes cientistas sociais tornaram-se um marco nos estudos sobre o empresariado no país, mas Minella observa ainda que "... esta linha de pesquisa parece ter chegado a um impasse no que diz respeito a captar a dinâmica de tais órgãos no contexto de uma determinada conjuntura." (Minella, 1988:6).

Cerqueira e Boschi (1979) apontaram no seu relatório de pesquisa, as limitações de sua análise, pois observaram um privilegiamento de vínculos clientelistas por parte do empresariado com o Estado, ou, dito de outra forma, a análise das instituições de caráter mais formal não abrangem o "jogo" de influência deste segmento social nas decisões governamentais.

René Dreifuss oferece outros elementos teóricos, com os quais discute como a classe dominante se articula e age para manter sua posição social e seus privilégios econômicos, e ainda, como amplia seu espaço em termos políticos, não apenas em situações de crise, mas no cotidiano. O autor afirma que nem todos os membros desta classe elaboram ações cotidianamente, mas consistem numa elite com esta capacidade. "Esta elite são as que denominamos de elites orgânicas: agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe." (Dreifuss, 1986:26).

As questões básicas colocadas por este autor são: 1 - o que é a ação política em termos conceituais?; 2 - o que é realizado, analisando as atividades específicas e a organização estratégica?; 3 - quem realiza esta ação, isto é, quem constitui os agentes políticos?

Dreifuss procura analisar em que momento e de que forma o empresariado age conjuntamente, acima das suas contradições internas, objetivando a identificação de elementos da assim chamada "elite orgânica".

Como já fora explicitado no início deste capítulo, o objetivo principal desta dissertação é tentar contribuir para o entendimento da organização de uma parcela do empresariado catarinense e a sua relação com o poder público estadual, evidenciando possíveis contradições internas ou estratégias diferenciadas. Este objetivo, sem dúvida, não exclui as questões levantadas por Dreifuss, as quais contribuem para a identificação de possíveis integrantes de uma "elite orgânica" atuando ao nível estadual, mas o conceito não abrange as indagações específicas desta pesquisa, o que não significa que o mesmo não constitua um parâmetro teórico relevante neste trabalho.

Na busca de um referencial teórico que permitisse tanto elucidar a relação do Estado com a classe dominante, ou parte dela, num país terceiro-mundista, quanto analisar a atuação política cotidiana desta última, encontrou-se a pesquisa de Schiel e Evers (Schiel & Evers, 1988). Os dados empíricos apresentados pelos autores referem-se ao sudeste asiático (Indonésia, Malásia e Tailândia), mas estes autores colocam que este quadro teórico é aplicável a outros países do chamado Terceito Mundo, levando em consideração os seus contextos históricos específicos, como expressa o próprio título do seu livro: "Strategische Gruppen: Vergleichende Studie zu Staat, Buerocratie und Klassenbildung in der dritten Welt" (Grupos Estratégicos: Estudo Comparativo em Relação ao Estado, Burocracia, e Formação de Classe no Terceiro Mundo).

O conceito de grupos estratégicos não pretende ser universal, limitando-se apenas a sociedades do "capitalismo periférico". O seu nível de abstração é relativamente baixo, pois tenta intermediar entre a teoria de classe e a realidade empírica encontrada, redimensionando assim, a dinâmica de formação de classe, e/ou os seus conflitos internos.

Uma das premissas básicas desta conceituação é que o processo de formação de classe ainda não está concluído nestas sociedades, apesar de que estes países são integrados no sistema capitalista mundial.

Esta hipótese vem ao encontro de afirmações de Martins (Martins, 1984:334), referindo-se à sociedade brasileira como marcada pela desarticulação social e em contínua transformação.

Evers e Schiel conceituam estes grupos da seguinte forma: "Os grupos estratégicos compõem-se de pessoas, as quais são interligadas por um interesse comum na manutenção ou ampliação das suas chances de apropriação. Estas chances de apropriação referem-se não apenas a bens materiais, mas também podem conter poder, prestígio, saber, ou objetivos religiosos. O interesse comum possibilita a ação estratégica, significando perseguir a longo prazo, um programa para manutenção ou melhoramento das chances de apropriação". (Evers & Schiel, 1988:10)(2).

Ganhos econômicos não constituem necessariamente o único objetivo de um grupo estratégico, mas, segundo os autores, sempre são um elemento central na sua atuação. O elo de ligação reside no seu interesse comum, o qual, por sua vez, possibilita um planejamento de ação a longo prazo. A atuação estratégica direcionada para um objetivo complexo, caracteriza os seus integrantes enquanto grupo, os



quais não possuem uma participação igualitária no mesmo. Os autores diferenciam a atuação da base e lideranças dos grupos, aproximando-se, de certa forma, do conceito de elite orgânica de Dreifuss.

Uma outra preocupação sempre presente na ação destes grupos, é sua legitimidade e sua imagem frente à sociedade. Uma pesquisa em andamento (3) sobre as concessões de emissoras de rádio e televisão catarinenses, revela que os empresários dos ramos industriais aqui pesquisados, possuem estações de rádio e televisão, meios de comunicação que possibilitam uma interferência direta da imagem que a sociedade cria deste segmento social.

Estes grupos estratégicos formam-se onde surgem novas chances de apropriação, como através da introdução de novas tecnologias, mudanças econômicas, tanto ao nível nacional como transnacional, mudanças políticas e sociais, etc..

Os autores distinguem basicamente quatro formas de apropriação (Evers & Schiel, 1988:141), capazes de extrair parte da mais-valia socialmente produzida:

1 - Apropriação pessoal: fazem parte deste grupo profissionais liberais, pequenos comerciantes, etc., que, via de regra, apostam num sistema político de partidos fortes (tipo democracia representativa) para melhorar suas chances de apropriação;

2 - Apropriação coletiva: o funcionalismo público e os militares formam este grupo, e tendencialmente apostam na expansão do Estado (como as ditaduras militares), para manter ou aumentar suas chances de apropriação;

3 - Apropriação corporativa: dentro deste grupo encontram-se empresários e grandes comerciantes. Os autores diferenciam aqui dois sub-grupos: 3a) um conjunto mais forte pertencente ao capital mono-

polista, sendo sua força econômica traduzida não necessariamente em poder político, e que, para tanto, é preciso agir estrategicamente. Os autores colocam como atuação típica deste grupo: 3a1) fundação de partidos políticos; 3a2) estabelecimento de relações íntimas e informais com políticos e burocratas; 3a3) assunção de cargos políticos pelos próprios empresários.

O segundo sub-grupo dentro desta forma de apropriação seria: 3b) o capital concorrencial. A posição deste segundo conjunto é mais fraca e os autores diferenciam outras formas de ação, por exemplo: 3b1) formação de redes de relações entre empresas; 3b2) formação de redes de relações entre empresas do mesmo ramo industrial, o que possibilita uma atuação como a do capital monopolista.

Como última forma de apropriação, Evers e Schiel mencionam:

4 - A apropriação a partir da posse ou propriedade da terra.

Estas não seriam as únicas formas de apropriação, mas os autores salientam que os principais grupos estratégicos estudados enquadram-se nestas quatro formas aqui mencionadas.

O complemento teórico deste referencial são os "anti-grupos estratégicos", ou, melhor, os setores da sociedade que tentam se defender contra a ação estratégica e expropriadora dos grupos acima mencionados, como por exemplo, o movimento sindical, os movimentos sociais (sem-terra e sem-teto), associações populares, etc.. Torna-se evidente que esta tentativa teórica abrange apenas os setores organizados da sociedade, tentando compreender as mudanças socioeconômicas e políticas a partir da constelação de forças no interior de cada sociedade, sem no entanto, negar ou negligenciar a sua dependência em relação aos países do capitalismo avançado.

Este conceito, então, permite "visualizar" a atuação específica de cada grupo estratégico dentro de uma classe social já estabelecida e/ou em formação. A ação destes grupos não é limitada apenas à sua classe, mas ela pode também desencadear processos sociais nas classes subalternas, modificando, assim, correlações de força, relações de dependência e regimes de trabalho, entre outros.

As condições sócio-econômicas objetivas de uma sociedade abrem um espaço multidirecional em relação ao seu desenvolvimento, e as ações estratégicas de determinados grupos dentro desta sociedade, encaminham, ou melhor, direcionam, o seu desenvolvimento.

O campo principal desta ação estratégica é o Estado (lato sensu), onde estão localizados vários grupos com distintos objetivos. Como já foi mencionado, Evers e Schiel não consideram como necessária a correlação entre poder econômico e dominação política. A correlação de forças no interior do Estado tem de ser redefinida a qualquer momento. Este conceito tenta captar a dinâmica dos processos políticos e sociais, no cotidiano, mostrando como estes grupos agem frente às mudanças conjunturais, sem, entretanto, deixar de lado seus programas de longo prazo.

Em muitos momentos vários grupos necessitam de uma coligação para alcançar seus objetivos. Estas coligações podem ser apenas momentâneas, acerca de uma questão ou reivindicação específica, mas também duradouras, somando forças em situações adversas, constituindo, assim, uma nova "protoclasse" no interior de uma sociedade em transformação.

Em termos metodológicos, Evers e Schiel afirmam que a base de sua análise repousa em levantamentos de dados quantitativos em sequência temporal, como, por exemplo, a participação direta de empre-

sários nas instâncias decisórias da administração pública, a obtenção de subsídios ou outros apoios financeiros governamentais para determinadas empresas, o crescimento da burocracia num determinado espaço de tempo. Juntamente com os dados quantitativos, são analisados eventos históricos, na tentativa de obtenção de indicadores para verificar e assegurar a caracterização destes acontecimentos como ações planejadas ou apenas casuísticas. Além disto, os autores enfatizam que a análise da estrutura interna de cada grupo é uma tarefa mais complexa, requerendo uma pesquisa muito detalhada e rica em dados (Evers & Schiel, 1988:14).

Foi acima mencionado que o campo de ação estratégica principal é o próprio Estado, tornando-se, assim, importante uma curta discussão sobre seu papel.

Nos últimos anos, vários autores de escolas marxistas preocuparam-se em rediscutir o papel do Estado em sociedades capitalistas, e estas discussões "só ganham sentido teórico e prático (...)", segundo Martins, se forem relacionadas "...às formas particulares da estruturação da sociedade capitalista em contextos históricos específicos..." (Martins, 1985:18). O Estado capitalista assumiu tantos papéis e facetas distintos que o conceito mais abstrato da sua função no modo de produção capitalista - a de garantir as condições materiais de produção e sua reprodução - não expressa sua verdadeira dimensão e a sua interferência específica numa determinada sociedade.

Offe e Ronge (1984) repensaram o conceito de Estado para países de capitalismo avançado, elaborando quatro determinantes que o caracterizam:

1 - A privatização da produção: a produção de bens materiais é privada; o que será produzido e de que forma, independe de decisões políticas. A propriedade estatal de parte substantiva desta produção não constitui, necessariamente uma contradição, pois, via de regra, são produzidos bens infraestruturais (eletricidade, transporte, aço, etc.), oferecidos a baixo custo para a iniciativa privada, contribuindo, assim, para o sucesso da produção privada;

2 - Dependência dos impostos: os meios materiais para a ação estatal advém dos impostos.

3 - A acumulação como ponto de referência: Offe e Ronge ressaltam que esta determinação não se baseia numa aliança dos aparelhos de Estado e da classe dominante, mas expressa a dependência estrutural entre o poder estatal e o processo de acumulação. Quando mais favoráveis são as condições de acumulação e expansão econômica, mais impostos serão arrecadados, o que se traduz em maior poder para o Estado. "... o interesse supremo e mais geral dos detentores do poder do Estado consiste em manter as condições de exteriorização do seu poder através da constituição de condições políticas que favoreçam o processo privado de acumulação." (Offe & Ronge, 1984:124).

4 - A legitimação democrática: a ação estatal é legitimada a partir de um regime político de governo parlamentar democrático, que tem de se responsabilizar periodicamente frente ao eleitor. Offe e Ronge resumem: "O Estado capitalista está sujeito a uma dupla determinação do poder político - segundo sua forma institucional, este poder é determinado pelas regras do governo democrático-representativo; segundo seu conteúdo, é determinado pelo desenvolvimento e pelos requisitos do processo de acumulação." (Offe & Ronge, 1984:125).

Neste sentido, Offe e Ronge afirmam que a ação deste Estado pode ser somente uma: incluir cada cidadão nas relações de troca (Offe & Ronge, 1984:125).

É evidente que estes determinantes não refletem a realidade das sociedades de capitalismo periférico, mas ajudam a repensar o papel do Estado nestas sociedades, saindo de uma conceituação "marxista ortodoxa", que entende o Estado apenas como mero instrumento a serviço da classe dominante. Os autores acima, entretanto, elucidaram a dependência estrutural entre o poder estatal e a acumulação privada.

Neste particular menciona-se ainda o estudo de Lindblom, cuja ênfase de análise aponta na mesma direção de Offe e Ronge: interdependência entre Estado e empresas privadas. Segundo Lindblom "...o processo decisório político é controlado de forma especial pelas empresas: os funcionários governamentais (...) precisam dar-lhes o suficiente para motivá-los a produzir, gerando empregos e crescimento econômico. Deste modo, concedem-lhes direitos especiais de consulta e participação na formulação de políticas". (Lindblom, 1981:67). A participação dos empresários nos processos decisórios políticos é, segundo o autor, bem maior do que qualquer outro segmento social (Lindblom, 1981:69), pois sem crescimento econômico e sem oferta de empregos, o governo fica impossibilitado de garantir a paz social.

Voltando à questão específica do papel do Estado na sociedade brasileira, Martins (1985) afirma que o estabelecimento do modo de produção capitalista como dominante no Brasil foi resultado de decisões políticas. O próprio Estado transformou-se em agente histórico (Martins, 1985:27), não apenas criando condições favoráveis à acumulação privada, mas transferindo parte do orçamento estatal para a esfera privada - o que significa a privatização do Estado -, e

atuando como produtor direto.

Evers e Schiel ressaltam a tendência da privatização do Estado nos países terceiro-mundistas, pois, muitas vezes, a alocação dos recursos públicos não é orientada pelas necessidades sociais, ou parâmetros objetivos de desenvolvimento, mas via corrupção, é privatizada (Evers & Schiel, 1988:71), o que coloca em risco o próprio funcionamento do sistema econômico capitalista.

Segundo Offe e Ronge, um dos determinantes do Estado capitalista tem como ponto de referência a acumulação privada.

No Brasil pós-'64 foram criados incentivos fiscais e creditícios, ademais de subsídios, além da promoção do arrocho salarial, ou seja, criaram-se condições favoráveis à acumulação privada, possibilitando um crescimento econômico acentuado, e uma concomitante marginalização econômico-social da maioria da população. Esta política voltada apenas para um determinado segmento da sociedade, somente poderia ser realizada sob um regime ditatorial, contradizendo o quarto determinante de Offe e Ronge, em relação à sua caracterização do Estado capitalista. Isto não significa a invalidação de seu conceito para países de capitalismo avançado, mas deixa evidente que a definição do papel do Estado em sociedades capitalistas não pode ser abstraída de condições históricas específicas.

O Estado brasileiro emerge já na década de '30, como promotor e autor da industrialização, tentando compatibilizar a acumulação privada e tensões sociais, via políticas populistas (Martins, 1984:339). A partir de 1964 a política estatal teve como único parâmetro o crescimento econômico, e desenvolvimento tornou-se sinônimo de acumulação privada de capital (Fonseca, 1988:27).

Nestas circunstâncias, onde o executivo possui plenos poderes de alocação de recursos, torna-se intelegível o interesse dos grupos estratégicos de atuar no interior deste Estado, seja participando diretamente na sua administração, ou mantendo burocratas defendendo os seus interesses. A relação entre tarefa pública e interesse privado torna-se, assim, imediata e indissociável.

Antes de entrar na questão específica do papel da burocracia e da expansão do Estado no Brasil pós-'64, seria importante delimitar um pouco melhor o conceito de burocracia e sua função no capitalismo.

"Onde lucros privados, e, em geral, interesses privados dominam uma sociedade, uma sociedade além disso, na qual as coisas, as mercadorias, são o elo de ligação mais importante na relação social, lá, e apenas lá, as responsabilidades públicas tem uma existência separada e são entregues quase exclusivamente a um aparato especializado de profissionais.(...) O Estado tem, de forma paradoxal, exatamente nesta sociedade, uma inabdicável função monopolizada na reprodução das relações sociais globais, numa sociedade que insiste de forma verbal e veemente na liberdade estatal, mas que na realidade entrega suas responsabilidades públicas e direitos cada vez mais a um grupo profissional de serventes do Estado, aos burocratas." (Evers & Schiel, 1988:109) (4).

Os autores ressaltam que, por definição, existe assim uma separação necessária entre função pública e interesse privado nas sociedades capitalistas, enquanto nos países terceiro-mundistas, esta separação não se realiza. Evers e Schiel exemplificam esta afirmação com sua pesquisa sobre o sudeste asiático, relatando basicamente três formas que o aparelho burocrático encontrou para se apropriar



de uma parcela cada vez maior da mais-valia social, para seu próprio favorecimento, ou de outro grupo estratégico:

1 - Aumento de pessoal e aumentos salariais e de gratificações;

2 - Aumento das atividades estatais na economia;

3 - Combinação de função pública e atividade econômica privada (Evers & Schiel, 1988:248).

Segundo estes autores, esta última forma de apropriação justifica a denominação "capitalismo burocrático".

"A separação funcional entre cargo burocrático e interesses privados e econômicos não progrediu (ainda) o suficiente, apesar de que a economia capitalista mundial determina a estrutura da respectiva formação social. Por isto justifica-se a denominação 'capitalismo burocrático', (em contrapartida a outras expressões como 'capitalismo de Estado', 'capitalismo periférico', e outras)." (Evers & Schiel, 1988:247) (5).

Sem pretender se aprofundar no mérito da contribuição teórica desta nova denominação, o conceito de grupos estratégicos parece constituir-se numa tentativa teórica bem sucedida em adaptar uma teoria de leque explicativo bastante amplo - teoria de classe - a uma pesquisa empírica mais pontualizada.

Retomando a questão do papel do Estado e da burocracia no Brasil pós-'64, verifica-se que o país sofreu profundas mudanças, e, entre elas, uma extraordinária expansão do Estado. A base material desta expansão foi criada pelo aumento da capacidade extrativa fiscal, pela poupança forçada (PIS, PASEP, FGTS, etc.) e pelo endividamento externo e interno. Para ter-se uma idéia mais precisa da magnitude deste processo, alguns dados publicados no trabalho de Martins (1985:44), cuja fonte é o IBGE, são significativos: o orçamento de

índice 100 em 1960, pulou para 452,1 em 1974, e para 667,0 em 1980. O autor observa que "o que ocorreu após 1964, na verdade, foi uma completa reorganização do esquema de financiamento do Estado, do que resultou, por sua vez, na reorganização de todo o sistema financeiro do país." (Martins, 1985:44).

Este aumento das bases materiais do Estado brasileiro, não somente o transformou no maior investidor do país (em 1974, 72,2% dos empréstimos para capital de investimentos e 43,5% para capital de giro provinham de instituições oficiais (Martins, 1985:49)), mas também num importante produtor direto.

Foram criadas, durante os governos militares, inúmeras empresas públicas, ou mistas, ampliando desta forma, a ação empresarial do Estado (entre 1966 e 1976 foram criadas 60% de todas as empresas governamentais existentes (Martins, 1984:346)).

Esta intervenção do Estado na esfera econômica não somente fortaleceu sua burocracia, responsável pela administração das empresas estatais, ou seja, a administração indireta, mas também os burocratas e políticos da administração direta.

Como fora exposto anteriormente, Evers e Schiel colocaram que o aparelho burocrático dispõe de três formas de apropriar-se de uma parcela cada vez maior da mais-valia social, ou de favorecer este ou aquele grupo estratégico (aumento de pessoal e aumento salarial; aumento de atividades estatais na economia; e combinação de função pública e atividade econômica). Foi exatamente isso que aconteceu no caso brasileiro pós-'64 (Martins, 1985): um extraordinário crescimento da máquina estatal, uma interferência cada vez maior na economia, e, segundo a pesquisa de Dreifuss (Dreifuss, 1981), uma aliança direta entre setores empresariais e dos novos detentores do poder.

Dreifuss mostrou na sua análise sobre o golpe de 1964, não apenas o apoio dos civis, mas a sua participação ativa neste processo. Segundo o mesmo autor, empresários passaram a assumir postos-chaves na administração direta e indireta do Estado, garantindo a estes uma comunicação constante com os escalões mais altos do poder, e dispondo de meios diretos para influenciar o processo decisório.

Isto remete-nos à hipótese originalmente levantada por Evers e Schiel, segundo a qual uma das características do capitalismo nos países do Terceiro Mundo é a não separação entre as tarefas privadas e públicas.

Martins chegou a resultados semelhantes em relação às mudanças sócio-políticas e económicas ocorridas no bojo do golpe de Estado de 1964, e afirma que não foram apenas criados um novo sistema financeiro e novas relações entre Estado e sociedade civil, mas estabeleceu-se também "todo um novo (e momentaneamente influente) estrato empresarial" (Martins, 1984:345).

As constatações sobre estas mudanças ocorridas a partir de 1964, constituem o pano de fundo da presente dissertação, focalizando uma importante parcela do empresariado catarinense.

Para a pesquisa empírica foram escolhidos dois ramos industriais importantes na economia catarinense: o ramo têxtil, por ser o mais tradicional neste estado, e o ramo agroindustrial, por constituir-se num dos ramos industriais que mais cresceu durante o regime militar, sobretudo na década de '70, além de ter provocado profundas mudanças sociais no meio rural.

Primeiramente pesquisou-se a própria organização sindical patronal para detectar possíveis divisões inter-classe, estratégias diferenciadas na questão da representação sindical, demandas específicas

dos ramos industriais em questão, e, por fim, indicações de possíveis grupos estratégicos atuantes em Santa Catarina. Cerqueira e Boschi mostraram a importância política desta representação empresarial formal, mesmo no contexto político autoritário.

A partir das observações de Martins (Martins, 1984), onde são destacadas as implicações e importância do novo sistema financeiro criado a partir de 1964, caracterizado pela centralização dos recursos públicos em fundos de desenvolvimento à disposição do empresário, e pela abertura de novas chances de apropriação por parte dos industriais, definiu-se a razão de estudar a distribuição de recursos alocados por fundos de desenvolvimento (FUNDESC/PROCAPE) e órgãos financeiros (BRDE) do estado de Santa Catarina.

Devido à especificidade do ramo agroindustrial, incluiu-se ainda uma curta análise da extensão rural catarinense e a sua estrutura fundiária.

Relacionou-se, ainda, os ocupantes do primeiro escalão do governo estadual, no sentido de detectar a eventualidade dos empresários catarinenses desempenharem um papel ativo na administração pública.

Além dos levantamentos de dados quantitativos, foram realizadas entrevistas, tanto na FIESC como nas instituições estatais visitadas, as quais serviram de suporte adicional à análise final dos resultados.

Por fim, nas conclusões finais, menciona-se novamente os resultados obtidos em cada capítulo desta dissertação, interrelacionando-os com as preocupações teóricas expostas.

## Capítulo 1 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

A indústria têxtil e a agroindústria constituem dois ramos industriais importantes na economia de Santa Catarina. A tabela adiante (1.1) evidencia que a indústria alimentar, na qual se insere a agroindústria neste estado, em 1980 mantinha-se como o segmento industrial detentor de maior produção, enquanto que a indústria têxtil continua sendo uma das maiores empregadoras catarinense.

O curto histórico de ambos ramos industriais apresentado a seguir, pretende mostrar alguns dados históricos fundamentais para a compreensão, tanto do papel destas indústrias nas suas regiões de origem, como das principais etapas relacionadas com seu crescimento.

### 1.1. BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL

O setor industrial mais antigo de Santa Catarina é o da indústria têxtil. Desenvolveu-se inicialmente no Vale do Itajaí e no nordeste do estado, com destaque para Blumenau e Brusque.

Esta região foi colonizada a partir de meados do século XIX, através de imigrantes, sobretudo oriundos da Alemanha. A pequena propriedade, o trabalho livre e uma economia de subsistência, caracterizavam esta região nos primeiros tempos.

Pode-se identificar três fases no desenvolvimento econômico desses núcleos populacionais. A primeira foi denominada por Souto (1974) como a "Colônia-Venda", compreendendo o período entre 1850 e

TABELA 1.1

TIPO DE INDÚSTRIA	Nº ESTABELECIMENTOS						MÃO-DE-OBRA						VALOR DA PRODUÇÃO (C25 MILHÕES)					
	1960		1970		1980		1960		1970		1980		1960		1970		1980	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
TEXTIL	138	2,3	243	2,7	338	3,0	12.433	17,8	21.931	18,3	34.953	12,6	804	14,7	2.732	15,4	14.095	14,1
CONFECÇÕES	31	0,5	81	0,9	354	3,1	588	0,9	1.544	1,3	24.266	8,8	34	0,6	157	0,9	8.465	8,5
ALIMENTAR	1.244	21,0	1.505	21,4	2.003	17,6	7.961	11,4	12.703	10,6	27.323	9,9	1.443	26,3	3.689	21,9	19.052	19,1
MADERA	2.167	36,7	2.893	32,5	3.158	27,8	16.705	24,0	28.554	23,8	52.746	19,0	1.026	18,7	3.130	17,7	8.783	8,8
MECÂNICA	53	0,9	218	2,5	499	4,4	1.573	2,3	5.853	4,9	20.409	7,4	98	1,8	921	5,5	7.003	7,1
METALÚRGICA	150	2,5	261	2,9	629	5,5	3.214	4,6	5.243	4,4	16.507	6,0	234	4,3	665	4,9	6.025	6,0
QUÍMICA	151	2,6	192	2,2	99	0,9	1.112	1,6	335	0,3	3.576	1,3	99	1,8	335	1,9	5.854	5,9
MINERAIS NÑO METÁLICOS	781	13,2	1.003	11,3	1.596	14,0	5.180	7,4	9.853	8,2	27.862	10,0	177	3,2	641	3,6	5.309	5,3
MAT. PLÁSTICO	2		18	0,2	77	0,7	317	0,5	830	0,7	6.131	2,2	40	0,7	830	4,7	5.028	5,0
MOBILIÁRIO	455	7,7	812	9,1	946	8,3	3.510	5,0	6.317	5,3	14.901	5,4	118	2,2	457	2,6	2.828	2,8
EXTRAÇÃO MINE- RAL	46	0,8	114	1,3	196	1,7	7.378	10,6	6.770	5,6	9.962	3,6	553	10,1	671	3,8	1.939	2,0
OUTROS	696	11,8	1.115	16,6	1.476	16,3	9.711	13,9	20.112	16,7	38.177	13,8	857	15,6	3.029	17,1	15.353	15,4
T O T A L	5.914	100,0	8.895	100,0	11.371	100,0	69.682	100,0	120.045	100,0	276.813	100,0	5.483	100,0	17.717	100,0	99.627	100,0

- FONTE: BRDE

- VALORES ATUALIZADOS PARA MARÇO/86

In:BRDE (1981)

1880. A figura do vendeiro explicita esta fase, constituindo-se no intermediário entre os atacadistas das cidades e os colonos. A economia não era monetária, sendo que os colonos trocavam seus produtos de primeira necessidade (principalmente sal e tecidos), pelo excedente de sua produção. Devido à esta forma de pagamento, o vendeiro cumpriu tanto a função de interligação do polo produtor de alimentos (ou seja, os colonos) com o mercado consumidor (municípios maiores como, por exemplo, Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis), como a função de um "banco primitivo", pois na sua venda os colonos depositavam seus produtos, sem trocá-los imediatamente. O vendeiro mantinha-se como figura central em termos econômicos até aproximadamente 1880, época da fundação das primeiras indústrias familiares. No período de 1850 e 1880 foi criada a infra-estrutura necessária para garantir a sobrevivência da população.

As novas levadas de imigrantes possibilitaram a volta de alguns colonos às suas antigas profissões, como de marceneiro, pedreiro, ferreiro, sapateiro, tecelão, etc., permitindo o início de montagem de pequenas oficinas de fundo de quintal, muitas vezes com o auxílio do capital acumulado na atividade comercial dos vendeiros (Seyferth, 1974).

Em 1880 foi fundada a primeira malharia de Blumenau por Hermann Hering. Recém emigrado da Saxônia, viu sua firma na antiga pátria ir à bancarrota em 1875, à semelhança de muitas outras, esmagadas pela crise européia de 1873. Comprou seu primeiro tear no Brasil em 1880, contando como mão-de-obra, tanto com seu irmão como com seus filhos maiores, todos tecelões. Não faltava mercado consumidor interno, pois, em 1890, o município de Blumenau já abrigava quase 30000 habitantes (Piazza, 1985:531).

Em 1882 foi instalada na mesma cidade uma segunda oficina de tecelagem para a produção de panos de algodão, apresentando igualmente como proprietários, imigrantes alemães: Johann Karsten, Roeder e Haldich. Logo após surgia a terceira oficina ligada à produção têxtil, a futura Industrial Garcia.

O vendeiro Carlos Renaux aplicou, em 1892, seu capital acumulado na atividade de vendeiro, na compra de teares, localizados no futuro município de Brusque. A mão-de-obra por ele empregada consistiu em tecelões alemães de Lotz, hoje Polônia, que migraram para o Brasil fugindo do desemprego e da fome na Europa (Seyferth, 1974:126).

Isto marcou o início da indústria têxtil do Vale do Itajaí, e igualmente o estabelecimento de uma nova fase econômica, onde a figura do vendeiro foi gradualmente substituída pelas pequenas oficinas. De 1908 até a Primeira Guerra Mundial, as oficinas ampliaram tanto a sua capacidade de produção como também seu mercado consumidor. Os compradores de seus produtos já não eram apenas os colonos de seus próprios municípios, tendo o mercado expandido-se em direção ao litoral, ao oeste catarinense e também aos estados vizinhos, principalmente o Rio Grande do Sul.

A Primeira Guerra Mundial trouxe muitos problemas para os pequenos empreendimentos, pois o equipamento, os corantes, e, em muitos casos o próprio fio, eram importados da Alemanha. As indústrias que já contavam com uma fiação própria, como a Hering, a Karsten e a Renaux, todavia acabaram beneficiando-se disso, pois dependiam apenas da matéria-prima produzida no nordeste brasileiro. Estas fábricas aumentaram consideravelmente a sua produção nestes anos de beligerância internacional, substituindo as importações de tecidos que vinham, em tempos de paz, da Europa. Tomou-se definitivamente, a cons-



ciência da necessidade de autonomia em relação a equipamentos e produtos semi-manufaturados.

O período pós-guerra viu chegar novos imigrantes ao Vale, resolvendo, em parte, um outro problema encontrado pelos empresários, a falta de mão-de-obra especializada. Além do abastecimento das indústrias têxteis já existentes, foram fundadas novas empresas, como a Schloesser, cujo dono, tecelão e técnico na fabricação de teares de madeira, era antigo empregado de Carlos Renaux. Friedrich Kuenrich, dono da futura Teka, instalou seus primeiros teares em 1926, fabricando acolchoados, e posteriormente montou uma confecção de camisas.

Um pouco mais tarde, em 1935, foi fundada a fábrica de "Gazes Medicinais Cremer", e um ano depois Teófilo Zadrozny iniciou a produção de toalhas da atual marca Artex.

Os produtos têxteis do Vale do Itajaí destacaram-se no mercado nacional, por sua qualidade. Apesar das dificuldades de transporte e da falta de matéria-prima principal no próprio estado, a produção crescia, logo conquistando sua fatia no mercado nacional, expressivamente em São Paulo, e mais tarde também no Rio de Janeiro. O enquadramento destas empresas no contexto econômico nacional e sua definitiva consolidação, é identificada como a terceira fase do desenvolvimento industrial desta região catarinense, que teria iniciado com a Primeira Guerra Mundial (Souto, 1974).

Além da falta de mão-de-obra, os empresários tiveram de enfrentar outras dificuldades, decisivas na expansão deste ramo industrial. Por um lado, a falta de infra-estrutura adequada ao escoamento da produção para o mercado consumidor, e, por outro, a inexistência de abastecimento energético industrial.

Estas duas demandas empresariais mantiveram-se ao longo do tempo até a atualidade. Em relação às vias de comunicação, foi iniciada em 1906 a construção de uma ferrovia até Ibirama, e posteriormente realizou-se uma ligação entre Blumenau e Itajaí, porto importante para toda a região.

As empresas tentaram solucionar individualmente o problema energético, a partir da utilização da energia hidráulica. Em 1906, a Hering instalou a primeira turbina movida à água, como também o fez Johann Karsten. Antes da eclosão da guerra, foram importadas da Alemanha, máquinas a vapor movidas à lenha. A primeira usina no Vale do Itajaí foi construída em 1915 (a usina Salto), financiada por uma empresa paulista, segundo José de Souza Dias (Dias, 1987:113).

As primeiras indústrias têxteis já consolidadas, transformaram suas empresas em sociedades de ações no final da década de '20 e início da década de '30, ainda mantendo o capital fechado e permanecendo estritamente familiar (por exemplo: Hering, 1929; Karsten, 1933; Schloesser, 1933). O salto qualitativo para uma sociedade de capital aberto efetuou-se apenas durante a década de '60.

Os anos 40 e 50 significaram para as maiores empresas uma primeira verticalização da produção e modernização administrativa. Para as empresas mais recentes, significaram a consolidação e o equilíbrio econômicos.

Como afirmado anteriormente, as primeiras fábricas deste ramo industrial foram transformadas em sociedades de capital aberto na década de '60, mas, como observa Maria Luíza Renaux Hering (Hering, 1987:320), a maioria do capital permaneceu, mesmo assim, restrito aos descendentes dos imigrantes germânicos.

Para exemplificar, em 1985 o grupo Hering apresentou como maiores acionistas, descendentes de seu fundador Ingo Hering, como Dieter Hering, Ivo Hering e Hans Prayon. No grupo Artex, como maior acionista constava a Administradora Comercial S.A., cujos proprietários são Carlos Curt Zadrozny, Júlio Horst Zadrozny e Norberto Zadrozny. A família Karsten mantinha 26% das ações sob seu controle, sendo os principais acionistas da Cremer, Heinz Schrader e Arthur Fouquet (Benakouche, 1983).

Benakouche ressaltou no seu trabalho sobre os maiores grupos empresariais da região sul, algumas estratégias de crescimento adotadas a partir dos anos 50, mas intensificadas sobretudo no final da década de 60 e durante a década de 70. Segundo este autor, consistiram basicamente em três estratégias: a) a incorporação de empresas, oligopolizando o mercado; b) a diversificação da produção; c) a introdução de novas tecnologias (Benakouche, 1983:1).

Para esta nova fase de crescimento, estes grupos contaram com um forte aliado: o Estado. Benakouche afirma: "O papel do Estado é fundamental para explicar a expansão dos grupos do sul e do Brasil. Os incentivos fiscais e creditícios; a legislação que incentivou a centralização de capital; a estratégia exportadora; a política de arrocho salarial e a própria estrutura financeira e burocrática do Estado, transformaram-se em força produtiva do grande capital". (Benakouche, 1983:24).

Com os incentivos fiscais federais, foram fundadas, no final da década de '60 e durante a década de '70, várias filiais da indústria têxtil no nordeste brasileiro. Instalou-se, por exemplo, a TECÂNOR (Têxtil Catarinense no Nordeste), mantida por várias indústrias de Santa Catarina, e que acabou com controle acionário do grupo Hering.

A Sulfabril, uma das poucas grandes empresas deste ramo industrial fundada após a década de '30 (1947), estabeleceu-se no Rio Grande do Norte como a Sulfabril Nordeste S.A..

Este surto de expansão não se limitou apenas ao norte e nordeste do país, ou à instalação de novas fábricas têxteis em regiões fora do estado de Santa Catarina. De 1970 até 1985, as maiores empresas deste setor, buscaram, além da produção tradicional, a racionalização da administração e do processo de trabalho, e a diversificação de seu parque industrial, através da contratação de profissionais especializados nestes setores.

Em 1975, a Hering investiu na produção de óleo de soja, através da fundação da Ceval, que exporta hoje aproximadamente 12 vezes mais que a Hering-Têxtil. Isto significou seu primeiro investimento de grande vulto fora do ramo têxtil. Com a compra da agroindústria Seara Industrial S.A. e a Safrita S.A., com frigoríficos instalados em Xanxerê, Seara, e Itapiranga, a Ceval não se limitou apenas à produção de óleo e farelo de soja, mas penetrou na produção de frangos, suínos e derivados, expandindo-se para o meio-oeste e oeste catarinenses. Outros investimentos do grupo Hering, estão localizados nos setores de comércio e serviços, além da área hoteleira.

A Artex, para citar apenas mais um exemplo, inaugurou ainda na década de '60, escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte, e iniciando a produção na filial de São José dos Pinhais, no Paraná. Ela incorporou a Industrial Garcia em 1973, instalando-se no nordeste no início da década de '80 como a Artex S.A. Têxtil Nordeste. Este grupo alcançou a diversificação com a compra de Cristais Hering S.A., e concluiu, em 1985, a implantação de uma nova estrutura administrativa, jurídica e institucional, que ini-

ciou, no ano de 1974, uma fase de expansão física e de racionalização da produção, segundo Ady Vieira Filho (Vieira, 1985).

Da mesma forma que os agroindustriais, os empresários deste ramo industrial tiveram uma participação ativa na política local. Curt e Willy Hering participaram, de 1919 em diante, do Conselho Municipal de Blumenau, sendo o primeiro superintendente desta cidade durante o período 1925-1930.

Com a ascensão de Vargas ao poder, os empresários de origem alemã retiraram-se das funções públicas. Entretanto, a partir dos anos 50 pode-se observar novamente sua presença na Câmara Municipal (Ingo Hering, vereador de 1951 a 1970), e na prefeitura de Blumenau (Carlos Curt Zadrozny, vereador em 1961, e prefeito eleito em 1966).

Finalizando, citamos novamente M.L.Renaux Hering, descendente dos fundadores da indústria têxtil no Vale, que oferece a seguinte interpretação em relação ao desenvolvimento deste ramo industrial em Santa Catarina: "...no Vale do Itajaí formavam-se pequenas e médias empresas familiares, lideradas por empreendedores de origem alemã. Estes, sem contar com o favorecimento do governo, canalizavam os investimentos de base rural para a formação de empresas industriais e desenvolveram suas fábricas adotando como princípio de gerência empresarial a aplicação de recursos autogerados, representados basicamente pela capitalização da parcela dos rendimentos familiares." (Hering, 1987:318).

Sem pretender entrar mais detalhadamente no âmbito da questão da acumulação do capital destas empresas, salienta-se que o trabalho de Seyferth (1974) defende uma outra hipótese em relação ao desenvolvimento destas fábricas.

Este setor industrial, apesar de não contar com o apoio governamental nos seus primórdios, o teve a partir da década de '50. Benakouche vai mais além, quando afirma que seu crescimento excepcional durante os anos '70 fundamentou-se na ação estatal.

## 1.2. BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROINDUSTRIAL

A colonização da região do Vale do Rio do Peixe, no meio-oeste catarinense, sede da Sadia e Perdigão, tomou vulto com a construção da estrada de ferro pela firma norte-americana Brazil Railway Co., interligando os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. A construção do trecho catarinense demorou apenas dois anos (1908 a 1910), logo acompanhada da instalação dos primeiros povoamentos. O primeiro núcleo populacional foi o de Bom Retiro de Campos Novos (1916) próximo da atual cidade de Joaçaba, local onde Atílio Fontana instalou-se após sua saída do Rio Grande do Sul.

Sem aprofundar a questão da Guerra do Contestado, apenas salienta-se que o acordo subscrito em 1916 por Santa Catarina e Paraná, determinou que a região contestada - que incluía o meio-oeste, oeste e o extremo oeste catarinenses, o planalto de Canoinhas e parte do planalto de Lajes, perfazendo aproximadamente metade do território atual (Pimenta, 1984:15) - voltaria definitivamente para Santa Catarina. A partir do final deste conflito, o estado catarinense promoveu a criação de novos municípios, tais como, Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba), e Chapecó, todos dentro da área anteriormente contestada (Piazza & Huebner, 197 :123). Estimulou-se a vinda de novos imigrantes, mas sobretudo foram absorvidos muitos migrantes do Rio Grande do Sul, a grande maioria sendo de origem italiana.

O território do Vale do Rio do Peixe foi loteado e vendido pela Brazil Railway Co., comprometendo-se de colonizar esta área até 1940, caso contrário as terras retornariam ao patrimônio da União.

Facilitaram-se as formas de pagamento e o preço final dos lotes, possibilitando, assim, o estabelecimento de famílias de agricultores nesta região, que caracteriza-se pela pequena propriedade e produção familiar. Esta característica fundiária tornar-se-á fundamental mais tarde, constituindo ponto de partida para o fenômeno da "integração".

Da década de '20 em diante o oeste e o extremo oeste foram colonizados através de empresas colonizadoras, com sede no Rio Grande do Sul. Lotes de 20 a 25 hectares foram vendidos a famílias de agricultores gaúchos, e alguns poucos lotes de 100 a 1000 hectares a fazendeiros, com a intenção de desenvolver atividades extrativas ou pastoris. Entretanto, do mesmo modo que no meio-oeste, esta região está basicamente ocupada por pequenas propriedades. Em 1980, 98% dos estabelecimentos rurais no oeste possuíam menos do que 100 ha, ocupando cerca de 80% da área total (Pimenta, 1984a:41).

A família Brandalise estabeleceu-se na década de '20 na Vila Perdizes (hoje Videira), com uma loja comercial de secos e molhados. Em 1934 foi fundada a primeira firma da família Brandalise, juntamente com Ângelo Ponzoni, a qual seria posteriormente denominada Perdigão.

Attílio Fontana, lavrador gaúcho nascido em 1900, instalou-se no Vale do Rio do Peixe em 1920. Cinco anos após inaugurou sua primeira venda de artigos de primeira necessidade para os colonos locais, tendo desenvolvido paralelamente um comércio de suínos e cereais. Comprava o excedente dos agricultores e revendia os produtos em São Paulo. As estações situadas ao longo da ferrovia transformaram-se em entrepostos receptores de suínos, como constatou Ady Vieira Filho (Vieira, 1985:148). Em 1936 Fontana administrava seis casas comer-



ciais do gênero, tendo expandido sua área de compra de suínos e cereais de Marcelino Ramos-RS, até o norte do Paraná. Em 1940 Fontana vendeu duas casas comerciais para reativar o Frigorífico Concórdia Ltda., que se encontrava desativado, a convite do então prefeito de Concórdia, Douglas Goss. Paralelamente, instalou-se um moinho de trigo. Em 1944 foi lançado o nome Sadia para sua firma.

A Seara S.A., frigorífico fundado em 1949, e posteriormente incorporado pela Ceval, teve seu capital inicial vinculado à atividade comercial. Pimenta observa: "A monotonia na repetição dos históricos de vida, revela a dependência do colono em relação ao comerciante, na colocação dos produtos nos centros consumidores. Este processo destinou ao colono sua simples reprodução, mantendo sua posição social e concentrando a riqueza do setor nas mãos dos mercadores, os atuais empresários da frigorificação". (Pimenta, 1984:90). Tanto Seyferth (1974) em relação à indústria têxtil, como Pimenta (1984), afirmam que o capital inicial da maioria dos grupos empresariais destes setores advinham da atividade comercial.

No oeste, especialmente em Chapecó, observam-se duas fases distintas de implantação de frigoríficos. A primeira fase (décadas de '50 e '60) caracterizou-se pela fundação de empresas frigoríficas com capital local. Exemplificando, os casos da Chapecó Indústria e Comércio S.A. (SAIC), fundada em 1952, liderada por Plínio Arlindo de Nês, e a Safrita em Itapiranga, fundada em 1962, posteriormente incorporada pela Ceval.

A segunda fase consistiu na implantação de filiais por empresas já consolidadas, como por exemplo, a Sadia Avícola S.A. em Chapecó (1975), e a penetração da Ceval com a compra da Safrita. Em relação à refinação de óleos vegetais, destaca-se a compra, igualmente pela

Ceval, da Extrafino de Chapecó.

No final da década '50, os frigoríficos do Vale do Rio do Peixe, iniciaram suas atividades relativamente à criação de aves. Com a inauguração da granja modelo Santa Luzia da Sadia, começou o processo de integração dos pequenos produtores. O maior problema vinculado à expansão da produção foi a falta de vias de comunicação para seu escoamento. Produtos alimentares não-defumados ou não-salgados, tinham de ser transportados rapidamente ao mercado consumidor. Desta preocupação nasceu, nos anos '50, a Transbrasil S.A., iniciativa de Osmar Fontana, filho de Atílio, utilizando-se das facilidades criadas durante o governo Kubitschek.

A Perdigão ampliou suas atividades industriais com a instalação de uma pequena fábrica de ração balanceada, em 1955, aproveitando os resíduos da industrialização da carne e do trigo, o que, por sua vez, impulsionou a avicultura.

Nos anos '60 tanto a Sadia como a Perdigão expandiram-se além dos limites de Santa Catarina. Atílio Fontana já havia iniciado anteriormente este processo com a compra do Moinho da Lapa em São Paulo. Em 1964 inaugurou-se a Frigobrás (SP), além da criação da Sadia Comercial Ltda. no Rio de Janeiro, e da aquisição do Frigorífico Pioneiro, em Toledo-PR (1966).

Saul Brandalise, na busca de aperfeiçoamento na rede de distribuição dos seus produtos (já contava nesta época com filiais comerciais em São Paulo e Rio de Janeiro, além de Baurú e Santos), implantou novas filiais em Curitiba e Brasília.

Desde cedo a Perdigão mostrou-se preocupada com a diversificação de sua produção, criando, em consequência, a Gráfica Perdigão Ltda., e o Empório de Couros S.A., este nascido através de uma associação

com o grupo Bonato, segundo Vieira Filho (Vieira, 1985:159).

Como a indústria têxtil, a agroindústria utilizou os incentivos fiscais, oferecidos pelo governo federal e estadual, sobretudo na década de '70. Em 1974 a Sadia inaugurava a Sadia Oeste S.A., em Várzea Grande-MT, e, além disto, instalou, como já fora mencionado anteriormente, uma nova fábrica de industrialização de carnes de aves em Chapecó, em associação com a firma canadense Hybrid. Neste processo houve a transferência de know-how relativo à criação de perús, com a utilização de recursos do FUNDESC. No final da década '70, a Sadia entrou no mercado de refinação de óleos vegetais, adquirindo o controle acionário de uma empresa de Joaçaba.

A Perdigão havia abraçado um pouco mais cedo o setor de extração de óleo de soja, além da abertura do mercado(1975) em relação ao Oriente Médio e à União Soviética, para exportação de frangos. Além da Perdigão, mais dois frigoríficos iniciaram esta atividade de exportação, a qual, em 1984, atingiu 55% dos frangos produzidos em Santa Catarina, como afirma Pimenta (1984a).

Saul Brandalise investiu igualmente na fruticultura, adquirindo grandes pomares de maçã na região de Fraiburgo. Além disto, intensificou a exportação de couros, carne suína, e, posteriormente, farelo e óleo de soja.

Para a SAIC a década de '70 também significou expansão. Além de novas filiais comerciais, foi implantada a Chapecó Paraná S.A., industrializando carnes de aves e ração balanceada. Flínio de Nês começou a penetrar no mercado internacional através do fornecimento de frangos para o Kuwait, a partir de 1977.

As décadas de '70 e de '80 caracterizaram-se pela tendência de concentração de capital neste setor industrial. Frigoríficos menores

foram incorporados ou comprados pelos grupos maiores. Segundo as informações do CEPA, no início da década de '70 funcionavam 23 frigoríficos em Santa Catarina. Na década de '80 restaram apenas 7 grandes frigoríficos, incluindo as cooperativas.

Pelo levantamento realizado na JUCESC, a Perdigão adquiriu nos anos '80 o controle acionário da Indústria Reunidas Ouro S.A., de Capinzal-SC; da empresa de reflorestamento Reflora; criou a Perdigão Florestal S.A.; além da compra do mais antigo frigorífico do estado, pertencente à família Pagnocelli, para citar apenas alguns exemplos.

A Sadia lançou-se em outros ramos de atividade, criando uma corretora de seguros, uma gráfica e uma firma de processamento de dados.

Plínio de Nês também procurou diversificar suas atividades, além de expandir as tradicionais. Ainda nos anos 70, criou a Chapecó Construção S.A., atuante na construção civil, além de trabalhar com processamento de dados e uma gráfica.

Este breve histórico, pretendeu mostrar, em linhas gerais, o processo de colonização do Vale do Rio do Peixe e do oeste catarinense, além do desenvolvimento e expansão das indústrias frigoríficas localizadas nestas regiões.

Ressaltou-se, anteriormente, o papel do Estado no histórico correspondente à indústria têxtil. A ação estatal foi igualmente fundamental para a expansão do ramo agroindustrial, onde pode-se ainda mencionar algumas particularidades.

O objetivo primordial desta dissertação consiste em analisar o desempenho do poder público ao nível estadual, mas cabe destacar aqui algumas reflexões no âmbito municipal, utilizando-se basicamente a dissertação de Yan Carreirão (1988), onde foi analisado o com-

portamento eleitoral catarinense no período 1945-1979.

A primeira constatação consistiu no padrão eleitoral fortemente conservador, comparável somente com o norte e o nordeste do país. Uma das explicações oferecidas pelo autor está vinculada à agroindústria. Nos municípios de Concórdia e Videira, sede da Sadia e Perdigão, respectivamente, Carreirão encontrou "um domínio político quase completo da Arena nas áreas mais próximas das sedes dos grupos mencionados" (Carreirão, 1988:251). O autor vinculou este padrão eleitoral ao tipo de industrialização ocorrido na região.

Em Santa Catarina existem vários municípios relativamente pequenos, que abrigam apenas uma grande empresa. As empresas nesta situação "detém um poder econômico e político muito grande - pela contribuição em impostos, pelos empregos que geram e dispõem, pelas relações que estabelecem com outros setores da atividade econômica, etc. ..." (Carreirão, 1988:250-251).

Onde existe um grande centro industrial, o poder econômico e político de uma grande empresa dilui-se, pois não representa a única força econômica a pressionar as instituições municipais e estaduais. No meio-oeste catarinense, até o final da década de '70, ocorreu o inverso.

Para efeito de ilustração, em Videira e Concórdia existia apenas uma grande indústria, que não somente oferecia empregos para a população urbana, mas que também estendia sua área de influência à região rural, integrando os agricultores. A revista Expressão publicou os seguintes dados: "A maioria dos habitantes da cidade de Concórdia vive e se sustenta em função da Sadia. Nos arredores da cidade esta empresa conta com seis mil famílias integradas, produzindo suínos, e 900 famílias produzindo aves". Carreirão sugere que este

contexto "propicia a dominação oligárquica (...), caracterizada pela concentração de poder econômico não-agrícola" (Carreirão, 1988:250).

Em nenhum outro município catarinense as vitórias da Arena, partido que abrigou quase exclusivamente o empresariado catarinense durante o período bipartidário, foram tão expressivas no âmbito municipal e estadual do que naqueles dois municípios. Empresários como Atílio Fontana (Sadia), De Nêz (SAIC) e Bonato (Perdigão), ocuparam funções públicas tanto no âmbito municipal como no estadual.

Partindo destas constatações e considerando o processo histórico da colonização e industrialização das regiões mencionadas, o presente estudo pretende contribuir para uma melhor compreensão da atuação e organização destes empresários no estado de Santa Catarina.

## Capítulo 2 - A EXTENSÃO RURAL NO OESTE CATARINENSE

A extensão rural realizada pela ACARESC foi um fator fundamental no desenvolvimento agroindustrial catarinense. Junto à Secretaria da Agricultura, que estabeleceu as linhas gerais da política agrária estadual, a ACARESC realizou um trabalho com os agricultores, preparando-os, a partir da década de '60, para um novo patamar de qualidade de seus produtos, exigido pelas empresas agroindustriais, alcançado através do emprego de tecnologias modernas. Desta forma, estas empresas tornaram-se competitivas no mercado nacional e originaram o pré-requisito para o lançamento de seus produtos no mercado internacional.

Esta modernização permitiu desenvolver o interior catarinense e interferiu sensivelmente na estrutura fundiária e social.

A primeira parte deste capítulo será dedicada à apresentação de um conjunto de dados que mostram, por um lado, a estrutura fundiária catarinense e sua evolução, através de dados comparativos em sequência temporal, e, por outro, alguns dados ilustrativos da força da modernização catarinense via integração.

A segunda parte é endereçada a uma brevíssima análise da atuação da ACARESC e outras instâncias estaduais, vinculadas ao meio rural. Segundo o referencial teórico empregado neste trabalho, o campo privilegiado dos grupos estratégicos consiste nos aparelhos de Estado. Foram mencionadas no capítulo teórico várias estratégias utilizadas pelos integrantes destes grupos, no sentido de se impor institucionalmente. Entre elas foi destacada a ocupação de postos institucio-

nais chaves, e a cooptação de burocratas pelos membros dos grupos estratégicos.

Não foi realizada aqui uma ampla análise das políticas específicas adotadas pelos órgãos públicos estaduais, pois seriam ultrapassados os limites desta dissertação, mas efetivou-se um levantamento de pessoas que ocuparam postos-chaves no interior da administração pública, como forma de ilustrar uma das estratégias desenvolvidas pela agroindústria, no sentido de melhorar suas chances de apropriação.

Utilizou-se basicamente os dados e tabelas elaborados pelo instituto CEPA-SC, para demonstrar as modificações ocorridas no meio rural catarinense no período de 1960 a 1980.

Em termos fundiários, Santa Catarina caracterizou-se como um dos estados brasileiros detentores de menor índice de concentração de terra.(6)

A tabela 2.1 mostra que acima de 85% de todos os estabelecimentos rurais encontram-se na faixa de 0 a 50 ha., ocupando, entretanto, apenas 39% da área total, referente ao ano de 1980, enquanto 8,8% dos estabelecimentos pertencem à faixa entre 50 e 200 ha, ocupando apenas 22% da área. Em outras palavras, isto expressa que 61% das áreas rurais são ocupadas por propriedades de pequeno e médio porte, representando um total de 97,9% do total dos estabelecimentos rurais catarinenses.

Mesmo assim, num dos estados brasileiros de menor concentração de terra como o de Santa Catarina, o latifúndio é uma realidade (Tabela 2.1). Entretanto, em determinadas regiões como no Vale do Rio do Feixe (Tabelas 2.7a-b), no oeste e extremo oeste catarinenses, há uma concentração de terra menor que no resto do estado, o que permi-



tiu um processo de modernização *sui generis* para aquelas regiões.

Em 1970 estava praticamente concluído o processo de incorporação de novas terras agrícolas (Tabela 2.2), enquanto que o processo de modernização, já iniciado no final dos anos 50, foi, quase que exclusivamente, o responsável pelo aumento da produção.

Uma das formas de modernização consistiu na integração dos agricultores à agroindústria, iniciada pela Sadia em Concórdia, integrando os suinocultores locais.

Este fenômeno pressupõe a existência de agricultores detentores de pequenas e médias propriedades, capazes de subsistir no campo, e, concomitantemente, de modernizar seus estabelecimentos. É igualmente necessário contar com a mão-de-obra familiar e estar disposto a aprender novas técnicas do ramo, tanto no trato de animais como no cultivo da lavoura. Tanto o minifúndio (propriedade até 10 ha.), como o latifúndio (acima de 1000 ha.), não participaram desta forma de modernização.

Nos dados apresentados pelo CEPA (Tabela 2.4), pode-se observar que o maior responsável pelo crescimento do valor da produção agrícola foi a produção animal. Na década de '70 "...o plantel avícola no estado mais que quadruplicou (427%), enquanto o rebanho suíno cresceu em ritmo bastante modesto (63%) - mas foi acompanhado de uma ampla renovação de plantel -..." (Santa Catarina, 1984:16), através da substituição do porco tipo banha pelo porco tipo carne, utilizado na indústria frigorífica.

As tabelas 2.5 e 2.6 mostram a evolução do valor de investimento e do valor das despesas no setor agrícola catarinense. Elas traduzem em números, o processo de modernização ocorrido no estado. Na tabela 2.5 observa-se que os investimentos com animais e veículos, máquinas

TABELA 2.1

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - SANTA CATARINA - 1960/70/80

CLASSES DE ÁREA (ha)	1960		1970		1980							
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área						
0 - 10	48.513	30,7	235.532	4,0	66.074	31,9	339.673	4,8	75.724	35,1	376.793	5,0
10 - 20	40.136	25,4	556.949	9,4	56.235	27,1	789.319	11,2	58.943	27,3	824.559	11,0
20 - 50	48.224	30,5	1.436.734	24,2	61.160	29,5	1.834.402	26,1	57.588	26,7	1.720.445	23,0
50 - 100	13.377	8,4	880.614	14,9	34.754	7,1	987.259	14,1	14.257	6,6	953.380	13,0
100 - 200	4.578	2,9	600.539	10,1	4.939	2,4	665.133	9,4	4.546	2,2	670.444	9,0
200 - 500	2.146	1,3	632.202	10,6	2.664	1,3	806.632	11,4	2.901	1,3	861.613	12,0
500 - 1000	712	0,4	479.990	8,1	874	0,4	591.453	8,4	1.009	0,5	634.035	9,0
Mais de 1000	454	0,3	1.118.391	18,8	469	0,2	1.012.247	14,4	624	0,3	1.352.505	18,0
TOTALS	158.140	100	5.948.950	100	207.199	100	7.025.326	100	215.992	100	7.473.778	100

Fonte: Fundação IBGE - Censos Agropecuários de Santa Catarina - 1960, 1970, 1980

In: Santa Catarina (1984)

TABELA 2.2.

## ÁREA EM EXPLORAÇÃO E ÁREA TRABALHADA, NA AGRICULTURA CATARINENSE, 1960-80

## a) Nº ABSOLUTOS

ANOS	Nº DE ESTABELEÇ.	ÁREA TOTAL (ha)	ÁREA EM EXPLORAÇÃO		ÁREA TRABALHADA		
	N		N	% área total	N	% área total	% área exploração
1960	158.268	5.948.950	4.838.617	81,3	1.323.776	22,3	27,4
1970	207.218	7.025.325	5.551.214	79,0	1.839.316	26,2	33,1
1980	216.159	7.473.775	6.076.858	81,3	2.765.670	37,0	45,5

## b) Nº ÍNDICES (1960=100)

1970	131	118	115	139
1980	137	126	126	209

Fonte: Censo Agropecuário, 1960, 1970 e 1980

TABELA 2.3

EVOLUÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO, CONFORME O TAMANHO DO ESTABELECIMENTO. 1970 - 1980

a) 1970, em Cr\$ 1.000,00 correntes

CLASSES DE ÁREA (ha)	ANIMAL	AGRÍCOLA	EXTRATIVA	TOTAL
MENOS DE 10	67.792	124.114	21.147	213.053
10 - 20	97.155	175.867	15.531	288.553
20 - 50	146.650	258.623	23.561	428.834
50 - 200	62.184	97.895	20.110	180.189
200 - 500	14.796	14.933	14.523	44.252
MAIS DE 500	18.151	13.817	19.526	51.494
TOTAL	406.728	685.249	114.398	1.206.375

b) 1970, em Cr\$ 1.000,00 de 1980

MENOS DE 10	1.557.034	2.850.628	485.700	4.893.363
10 - 20	2.231.438	4.039.281	356.713	6.627.433
20 - 50	3.368.231	5.940.006	541.145	9.849.381
50 - 200	1.428.231	2.248.435	461.883	4.138.548
200 - 500	339.834	342.978	333.562	1.016.372
MAIS DE 500	416.889	317.346	448.470	1.182.705
TOTAL	9.341.655	15.738.674	2.627.472	27.707.802

c) 1980, em Cr\$ 1.000,00

CLASSES DE ÁREA (ha)	ANIMAL	AGRÍCOLA	EXTRATIVA	TOTAL
MENOS DE 10	6.682.722	6.816.443	194.707	13.693.870
10 - 20	8.587.529	10.358.141	346.061	19.291.730
20 - 50	13.637.793	14.613.855	844.020	17.247.036
50 - 200	7.359.531	6.983.128	1.052.964	15.395.617
200 - 500	1.884.338	1.808.528	412.368	4.105.232
MAIS DE 500	1.841.897	3.480.733	1.377.514	6.700.138
TOTAL	39.993.810	44.060.828	4.227.634	76.433.623

d) 1980, n<sup>os</sup> INDICES (1970 - 100)

MENOS DE 10	429	239	40	280
10 - 20	385	256	97	291
20 - 50	405	246	156	175
50 - 200	515	311	228	372
200 - 500	554	527	124	404
+ de - 500	442	1.097	307	567
TOTAL	428	280	161	276

FONTE: Insituto CEPA

In: Santa Catarina (1984)

TABELA 2.4

EFETIVOS DE BOVINOS, SUÍNOS E AVES EM SANTA CATARINA. PERÍODO 1960-80

a) N<sup>os</sup> ABSOLUTOS

ANOS	SUÍNOS	AVES	BOVINOS		
			EFETIVOS	PASTAGENS	BOVINOS/HA
1960	2.393.474	8.295.673	1.201.993	1.993.015	0,50
1970	3.145.337	12.699.471	1.955.228	2.467.985	0,79
1980	3.696.822	43.697.654	2.615.629	2.490.923	1,05

b) N<sup>os</sup> INDICES (1960=100)

1970	131	153	163	124	103
1980	163	527	218	125	175

Fonte: Censos Agropecuários de Santa Catarina, 1960, 1970 e 1980

Int: Santa Catarina (1984)

TABELA 2.5

EVOLUÇÃO DO VALOR DOS INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS EM SANTA CATARINA. PERÍODO 1960-80

a) NOMINAL (Em Cr\$ 1.000,00 correntes)

ANOS	BENEFICÍORIAS	ANIMAIS	NOVAS CULTURAS PERM E MATAS PLANTADAS	VEÍCULOS, MÁQ. INSTRUM. AGRÍCOLAS E INSTAL.	TOTAIS
1960	2.211	1.147	-	479	3.836
1970	113.883	26.729	32.247	53.936	226.795
1980	9.348.280	6.284.995	1.061.425	3.872.994	20.567.694

b) REAL (Em Cr\$ 1.000,00 de 1980)

1960	1.760.154	913.115	-	381.327	3.053.799
1970	2.615.644	613.907	740.643	1.238.792	4.943.398
1980	9.348.280	6.284.995	1.061.425	3.872.994	20.567.694

c) N<sup>os</sup> INDICES (1960=100)

1970	149	67	100	325	162
1980	531	688	143	1.016	574

Fonte: Censos Agropecuários de Santa Catarina de 1960, 1970 e 1980

In: Santa Catarina (1984)

TABELA 2.6

EVOLUÇÃO DO VALOR DAS DESPESAS, NO SETOR AGRÍCOLA CATARINENSE - PERÍODO 1960 - 1980

VALORES NOMINAIS (em Cr\$ 1.000,00)

a) Números Absolutos

ANOS	DESPESAS DE CUSTEIO						SUBTOTAL	DEMAIS DESPESAS			TOTALS
	Utiliz. e Direct.	Sementes e Mudas	Agroquímicos	Alimentação trato anim.	Salários	Quota-Parte prod. parcc.		Arrendamento	Outras Despesas		
1960	123	183	107	594	715	1.722	215	75	676	2.698	
1970	16.731	11.239	7.809	76.610	44.062	156.451	4.570	16.249	116.022	293.252	
1980	3.067.980	1.230.424	1.024.977	13.767.553	5.250.024	22.341.358	179.202	1.672.759	9.642.390	31.983.748	

b) Números Relativos (%)

1960	4,6	6,8	4,0	22,1	26,6	64,1	8,0	2,8	25,1	100
1970	5,7	3,8	2,7	26,1	15,0	53,3	1,6	5,5	29,6	100
1980	9,6	3,8	3,2	43,0	19,2	69,9	0,6	5,2	30,1	100

VALORES REAIS (em Cr\$ 1.000,00 de 1980)

a) Números Absolutos

1960	97.919	145.684	85.182	472.877	559.204	1.370.866	171.159	559.797	538.156	2.139.888
1970	394.274	258.135	179.356	1.759.565	1.912.038	3.593.338	104.963	373.204	2.664.772	6.736.277
1980	3.067.980	1.230.424	1.024.977	13.767.553	5.250.024	22.341.358	179.202	1.672.759	9.542.390	31.983.748

b) Números Índices (1960 = 100)

1970	392	177	210	372	178	262	61	67	495	315
1980	3.133	845	1.203	2.912	571	1.630	105	299	1.792	1.495

Fonte: Censos Agropecuários de Santa Catarina - Período 1960 - 1980

IN: SANTA CATARINA (1984)

TABELA 2.7a-b

DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS NA MICRORREGIÃO COLONIAL DO RIO DO PEIXEDADOS EM PORCENTAGEM

	0 - 10 ha		10 - 100 ha		100 - 1000 ha		1000 →	
	E	A	E	A	E	A	E	A
1950	11,20	1,49	83,84	58,19	4,63	21,70	0,31	18,60
1960	19,06	2,79	77,40	59,49	3,12	17,89	0,24	19,68
1970	22,15	3,63	75	52,24	2,56	19,43	0,29	15,61
1975	20,82	3,20	75,87	57,56	3,62	19,65	0,35	19,59
1980	21,95	3,32	74,42	55,18	3,24	21,91	0,34	19,53

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS ATÉ 100 HA NA MICRORREGIÃO COLONIAL DO RIO DO PEIXEDADOS EM PORCENTAGEM DE ÁREA E ESTABELECIMENTOS TOTAIS

	1950		1960		1970		1975	
	E	A	E	A	E	A	E	A
menos de 1 ha	0,26	0,0016	0,42	0,0049	0,72	0,009	0,47	0,00
1 ha a menos de 2 ha	0,41	0,01	0,6	0,021	1,31	0,05	0,94	0,03
2 ha a menos de 5 ha	3,28	0,26	7,46	0,70	7,95	0,85	6,87	0,67
5 ha a menos de 10 ha	7,25	1,21	10,58	2,06	12,17	2,72	12,54	2,49
10 ha a menos de 20 ha	24,70	7,77	27,16	9,96	29,12	12,27	28,77	11,02
20 ha a menos de 50 ha	46,58	31,65	40,36	32,28	38,37	34,43	38,57	31,49
50 ha a menos de 100 ha	12,57	18,77	9,88	17,20	7,52	14,63	8,52	15,05

E = número de estabelecimentos

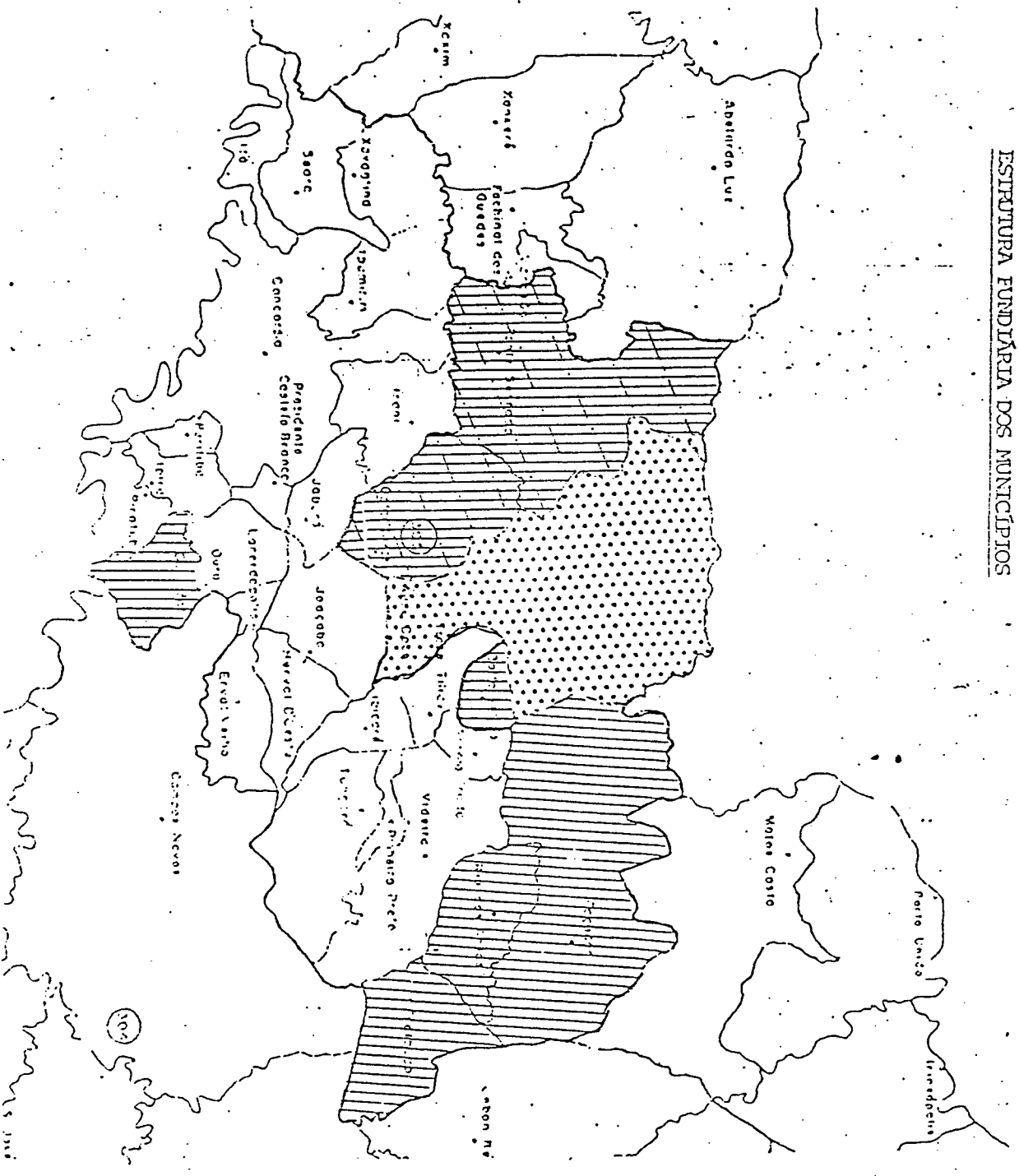
A = área em ha

Observação: No Censo Preliminar de 1980 não existe esta classificação; os dados são de 0 - 10 ha e 10 - 100 ha

Fonte: Pimenta, M. (1984)



ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS



Município que possui mais de 50% de sua área acima de 1000 ha



Municípios que possuem mais de 40% de sua área acima de 100 ha

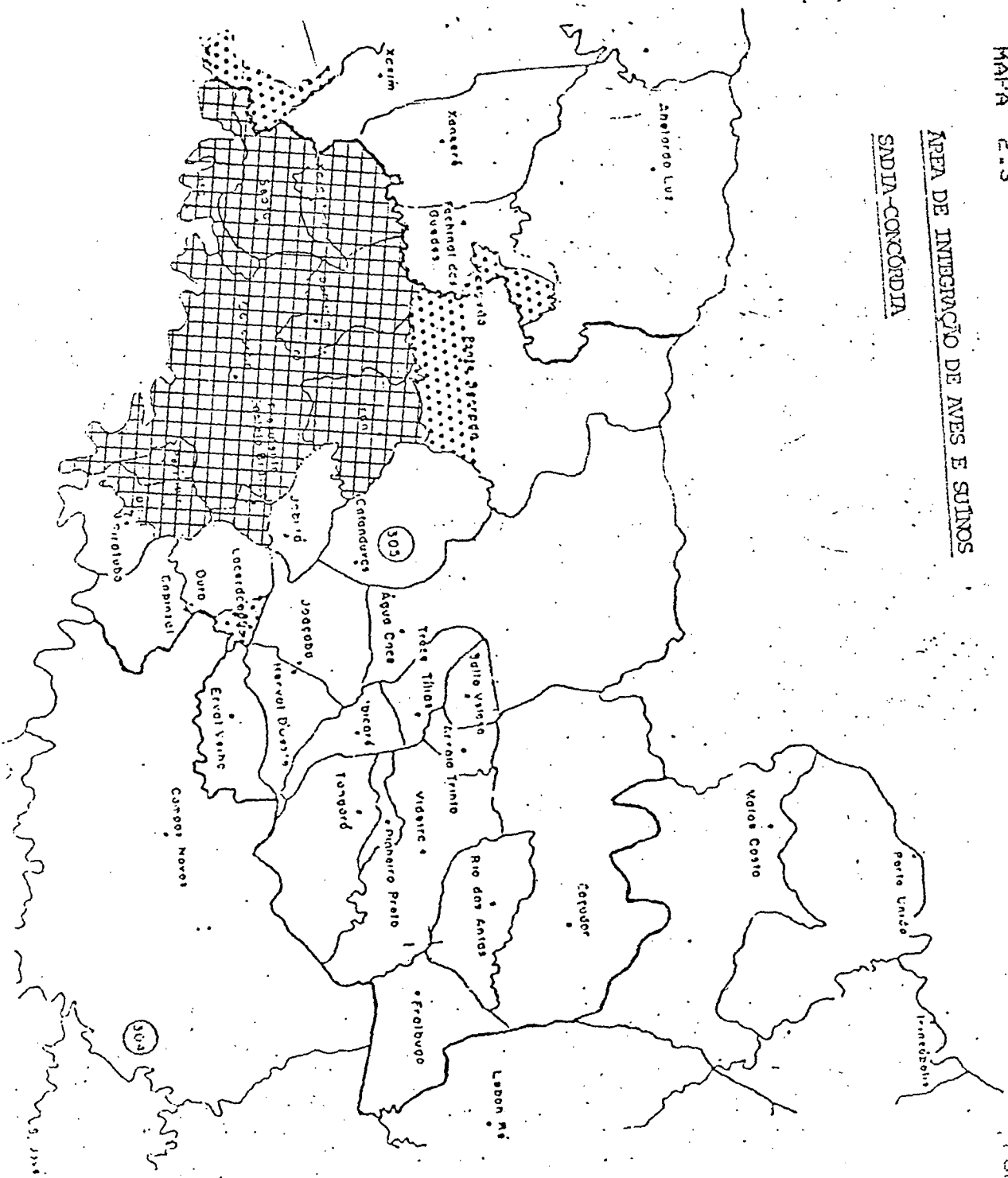



Municípios que possuem mais de 40% de sua área acima de 100 ha e possuem uma propriedade de acima de 10000 ha




MAPA 2.3

ÁREA DE INTEGRAÇÃO DE AVES E SUÍNOS  
SADIA-CONCÓRDIA



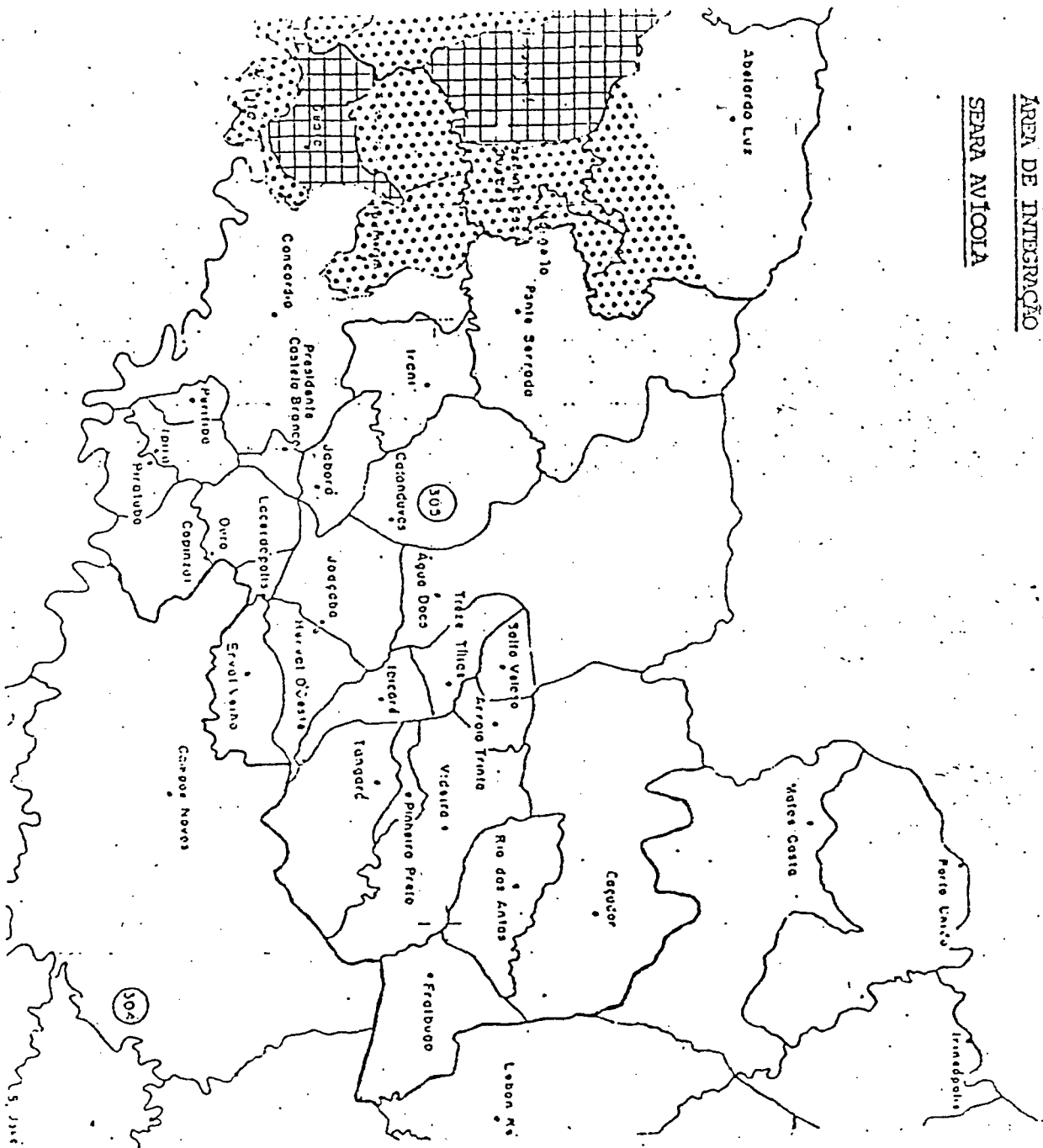
 Área de concentração

 Área integrada

Fonte: Pimenta, M. (1984)

ÁREA DE INTEGRAÇÃO

SEARA AVÍCOIA



Área de concentração



Área de integração

Fonte: Pimenta, M. (1984)

e instalações agrícolas, cresceram vigorosamente. Em consequência, uma das despesas de custeio que mais aumentou, sobretudo durante a década de '70, foi a alimentação e o trato com animais.

Estes dados reforçam a importância passada e presente da integração efetuada na suinocultura e na avicultura, e da interferência da agroindústria no meio rural catarinense.

Os dados da tabela 2.7a revelam que, para o Vale do Rio do Peixe, mais de 95% dos estabelecimentos são de pequeno e médio porte (área por estabelecimento menor do que 100 ha.), ocupando, em 1970, 65% de toda área desta microrregião. A tabela 2.7b, mais detalhada, evidencia a existência de mais de 70% destes estabelecimentos na faixa de 10 a 50 ha.. Em outras palavras, tanto minifúndios como latifúndios não caracterizam esta região em termos fundiários.

Voltando-se aos mapas da região (mapas 2.1, 2.2 e 2.3) a análise é reforçada ainda mais. Nas regiões onde há concentração de terras (mapa 2.1), as agroindústrias não demonstraram interesse em termos de integração. As áreas de integração correspondentes à Perdigão, Sadia e Seara Avícola, coincidem exatamente com as áreas de baixa concentração de terra, onde predomina o pequeno e médio agricultor, alvos da extensão rural catarinense.

A ACARESC, órgão executor da extensão rural em Santa Catarina, foi fundada em 21.06.1957. Idealizada por Glauco Olinger, Alcides Abreu, Oswaldo Nicolau e líderes do sindicato rural patronal, esta instituição desempenhou um papel fundamental no processo de modernização da agricultura catarinense.

No resumo de sua dissertação de mestrado, R. Seifert (1990:X) observa: "A análise dos principais programas desenvolvidos pela extensão rural catarinense revela traços peculiares (...) gerando mo-

dificações na estrutura agrocomercial e agroindustrial, que vieram a colocar o Estado em posição de liderança enquanto produtor nacional de alimentos."

O objetivo da extensão rural nas décadas de '60 e '70 foi o de trabalhar com os pequenos e médios agricultores cuja base de produção consiste na mão-de-obra familiar. Além disto, esta política teve como alvo, os agricultores com uma certa liderança em seu meio social, de preferência alfabetizados e donos de uma extensão territorial suficientemente grande para manter sua família, e de permitir a produção de um certo excedente a ser investido em programas de modernização. Olinger expressa-se da seguinte forma neste sentido: "Se quisermos executar uma política agrária que, em prazo mais curto, contribua para o aumento da produção, é necessário oferecer condições àqueles que provaram possuir maior capacidade empresarial." (Olinger, 1964:32).

Segundo um extensionista da ACARESC, trabalhou-se entre 1960 e 1970, apenas com a "nata" dos agricultores catarinenses.

Além da assistência técnica gratuita, a ACARESC oferecia a estes agricultores, crédito orientado mediante convênios com o Banco do Brasil, Banco do Estado de Santa Catarina, Banco Mercantil, o Bamerindus e o BRDE.

Somado aos recursos financeiros advindos da cooperação realizada com os bancos acima referidos, a ACARESC mantinha um orçamento próprio, com recursos da Secretaria da Agricultura, do Ministério da Agricultura, e, em menor grau, colaborações de prefeituras municipais.

Desde a sua criação, a extensão rural foi inserida nas políticas agrárias estaduais "...enquanto instrumento de intervenção moderni-

zadora na economia agrícola." (Seifert, 1990:89).

Resumidamente, com base na pesquisa de Seifert, pode-se diferenciar dois períodos de atuação da ACARESC no intervalo de tempo considerado no presente trabalho (1970-1985), em relação às demandas do empresariado agroindustrial:

a) a década de '60 até aproximadamente 1978, onde os empresários agroindustriais demandaram frente ao poder estadual uma ação modernizadora no meio rural, cuja mola-mestra foi o crédito orientado e a assistência técnica gratuita oferecida pela ACARESC, permitindo não somente a introdução de novas tecnologias, mas garantindo, através da integração, o fornecimento contínuo de matéria-prima às indústrias, sem o qual não seria possível o seu extraordinário crescimento. Esta ação da extensão rural veio acompanhada de campanhas do governo estadual, normalmente realizadas através da Secretaria da Agricultura ou Secretaria do Oeste, de eletrificação rural e asfaltamento de estradas vicinais, fatores infraestruturais importantes para a consecução de qualquer programa de modernização.

b) a partir de meados da década de '70, às atuações das secretarias da Agricultura e do Oeste e da ACARESC no meio rural catarinense, somaram-se as atividades desempenhadas pelo CEPA (1975), EMATER-SC (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) (1975), e a EMPASC (Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária) (1976). Com a mudança das demandas empresariais, após a solução do problema básico da qualidade dos produtos e fornecimento de matéria-prima, as próprias empresas assumiram a assistência técnica dos seus integrados, mudando, conseqüentemente, a clientela da ACARESC.

As questões mais técnicas como o controle da produção de sementes e mudas, a classificação de produtos de origem vegetal, estatís-

ticas de produção, pesquisas em geral, etc., foram entregues a órgãos competentes, como o CEPA, EMPASC, e EMATER-SC.

A ACARESC foi chamada para tentar resolver novos problemas surgidos no meio rural: as tensões sociais. A abertura política da época permitiu que desajustes sociais viessem à tona, tendo os empresários recorrido novamente ao Estado, desta feita para pacificar o meio rural. A nova clientela da extensão rural consiste no agricultor de baixa renda, e, ultimamente no recém assentado, oriundo dos movimentos sociais dos sem-terras. Entretanto, segundo os próprios funcionários responsáveis por este setor na ACARESC, faltam recursos e uma ação contínua, coerente e a longo prazo, para a obtenção de resultados positivos neste sentido.

Paulilo (1987:61) afirma que em Santa Catarina estabeleceu-se uma distinção entre produtores de alimento de base (que não recebe transformação) e produtos destinados à agroindústria.

Seifert enfatiza que os produtores dedicados aos produtos de subsistência e ao consumo da população, foram marginalizados pela política agrária do estado, enquanto que os produtores que se dedicaram a culturas dinâmicas como soja, milho, suínos, aves e maçã, ou seja, produtos de interesse da agroindústria, foram francamente privilegiados. (Seifert, 1990:110). Além disso, este autor chega à conclusão que a ACARESC nasceu e fortaleceu-se devido à sua ligação com as classes patronais (Seifert, 1990:183).

Esta ligação não caracterizou e orientou apenas o desempenho da ACARESC, mas influenciou toda a política agrária catarinense. O suporte para esta última afirmação será desenvolvido a seguir, a partir de uma curta análise sobre os responsáveis vinculados aos órgãos públicos relacionados com o meio rural.



De 1957 até 1975 a ACARESC foi presidida pelo secretário executivo e co-fundador Glauco Olinger, um dos membros da equipe estadual que elaborou o PLAMEG I (Plano de Metas do Governo). Presidiu a EMATER-SC durante os governos Geisel e Figueiredo, sendo titular da Secretaria da Agricultura de 1970 a 1975. Olinger foi igualmente co-fundador do curso de agronomia da UFSC, e um dos primeiros defensores da modernização agrícola vinculada à agroindústria. Como secretário da agricultura, Olinger expôs, durante uma conferência para a ADESG/SC (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) (Adesg, 1973:30), que devem ser estimuladas: "...a produção de frutas de clima temperado, soja, suínos, aves e bovino para carne(...) estimular a formação de empresas rurais de médio e grande porte (...), criar estímulo contínuo da produtividade mediante subsídios (...)" . Em seu livro sobre a política agrária, Olinger recomenda: "Por isso, os governos devem estabelecer um sistema de crédito fácil, desburocratizado, de baixo juro ou sem juro e com prazo para liquidação de acordo com a atividade financiada." (Olinger, 1964:58).

De 1979 a 1983 este cargo foi ocupado por Genésio Mazon, já falecido. Na revista ACARESC: 25 Anos de Extensão, datada de dezembro de 1981, página 37, foram enumerados os diversos cargos que o mesmo ocupou até então: "...chefia do Centro de Treinamento de Urussanga (Ministério da Agricultura), Departamento de Fomento Agropecuário da Cia. Souza Cruz, supervisoria do frigorífico Frisula, e da Agropecuária Eliane, consultor da Seara Brascarne, (...) diretor da Agropecuária São Pedro D'Aora, proprietário e administrador de empresas rurais ligadas à avicultura, suinocultura, viti-vinicultura e produção de cereais (...); Genésio Mazon destacou-se como uma das maiores

autoridades do setor agroindustrial". Além destas funções, Mazon foi diretor do BESC, respondendo pela área de crédito rural durante o período de 1983 a 1985, tendo sido cogitado seu nome para a pasta da agricultura, caso Kleinuebing fosse eleito governador nas eleições estaduais de 1986.

Sérgio Nerbass ocupou o cargo de secretário-executivo da ACARESC de 1983 a 1987. Nerbass igualmente não foi um desconhecido na política agrária catarinense. Secretário da agricultura de 1981 a 1983, e diretor-presidente da EMATER-SC em 1983, está hoje à disposição da Associação Catarinense de Criadores de Bovinos, e é empresário agroindustrial em Lages.

O órgão que estabeleceu as metas mais gerais e amplas para o meio rural foi a Secretaria da Agricultura. O primeiro secretário desta pasta durante o espaço temporal aqui abordado, foi Luiz Gabriel, durante o período 1966 a 1970, quando licenciou-se para realizar um curso na ESG (Escola Superior de Guerra). Natural da região de Videira, foi diretor da Perdigão, participando atualmente do conselho administrativo e como acionista deste mesmo grupo.

Glauco Olinger ocupou esta secretaria de 1970 a 1975, e investiu, segundo um funcionário do CEPÁ, na extensão rural através da ACARESC. Trabalhou pela implantação de novas tecnologias no campo e melhoramento do solo, aspectos importantes para as agroindústrias, as quais se encontravam em plena fase de expansão.

De 1975 a 1978 um dos proprietários do grupo Sadia assumiu a Secretaria da Agricultura: Vitor Fontana, o qual se mostrou preocupado com um planejamento a longo prazo. Durante seu mandato foram implantados em Santa Catarina, o CEPÁ, a EMPASC e a EMATER-SC, na tentativa de realizar uma política agrária conjunta. Segundo o depoimento

de funcionários do CEPA e da ACARESC, esta intenção não saiu do papel até 1984, ano do início da gestão de Kleinuebing. Cada órgão operava de forma bastante isolada através da atuação de seus próprios líderes.

Seu assessor especial, Carlos Antônio de Azambuja Loch, coordenou o CEPA em seus primeiros anos, tornou-se seu sucessor na Secretaria da Agricultura durante o período de 1978 a 1979.

Segundo um ex-secretário adjunto desta pasta, Hélio Antônio Andreazza, secretário da agricultura de 1979 a 1981, Loch também fez parte do grupo de Vitor Fontana e esteve politicamente ligado ao PDS.

As atividades de seu sucessor, Sérgio Nerbass (1981 a 1983) já foram comentadas anteriormente.

Vilson Kleinuebing, funcionário de carreira da Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina), pertenceu à Câmara dos deputados durante 1983-1987 pelo PDS, encabeçando a chapa do PFL nas eleições para governador do estado em 1987. Concorreu novamente às eleições estaduais de 1990, sendo eleito por uma ampla coligação partidária (PDS, PFL, PTB e outros partidos menores). Ocupou a Secretaria da Agricultura de 1983 a 1985. Depoimentos de funcionários entrevistados no CEPA, lembraram-no como o secretário que teve um pouco mais de sucesso na tentativa de unir os principais órgãos vinculados ao meio rural, no sentido de estabelecer uma política agrária unificada.

A Secretaria da Agricultura foi, sem dúvida, uma instância política importante para o crescimento agroindustrial de Santa Catarina, sobretudo na década de '70. Além de sua política creditícia, esta secretaria alocou recursos na ACARESC, órgão importante no processo

de modernização, além de pressionar o governo estadual para intensificar programas como o da eletrificação rural, imprescindível à modernização da agricultura.

Várias demandas empresariais foram encaminhadas a esta pasta. Alguns exemplos neste sentido: uma das preocupações empresariais esteve centrada na dependência do Estado em relação aos insumos para a produção de ração balanceada de suínos e aves. Segundo os empresários, as constantes importações de milho, acompanhadas do respectivo pagamento de ICM, aumentavam o custo de produção e o encarecimento do produto catarinense, tanto no mercado externo como no interno. Através da Secretaria da Agricultura foi encaminhado ao governo estadual o pedido de isenção da cobrança daquele imposto na importação de milho. Além disto, foi encaminhada à EMPASC, uma pesquisa com os objetivos de a) desenvolver sementes de milho mais adequadas às condições catarinenses, e b) diminuir a dependência em relação às sementes híbridas, não produzidas em Santa Catarina.

Outra demanda estava atrelada ao problema infraestrutural. Para atender as reivindicações de armazenagem e asfaltamento de estradas vicinais, foi criado, durante o governo Bornhausen, o Proinfra.

Em relação à direção de outras instituições ligadas ao meio rural, como por exemplo, o CEPA, EMPASC e aos diretores do BESC responsáveis pelo crédito rural, serão tecidos a seguir breves comentários.

Apenas em 1982 o CEPA tornou-se um instituto com direção própria, onde o secretário-executivo é indicado pelo secretário da agricultura. Walter Antônio Casagrande ocupou esta função de 1982 a 1985, sendo logo após nomeado secretário-adjunto por Vilson Kleinuebing da Secretaria da Agricultura.

A EMPASC, criada em 1976, foi presidida durante o período de 1976-1987, por José Oscar Kurtz, indicado pelo então secretário da agricultura Vitor Fontana, e manteve-se na função de diretor-presidente durante os governos da antiga Arena e, posteriormente do PDS. Em 1987, quando as eleições foram ganhas pelo PMDB, houve mudanças na direção deste órgão.

De 1962 a 1971, Ilo de São Plácido Brandão esteve na direção do BESC responsável pelo crédito rural. A modernização da agricultura catarinense vinculada à agroindústria foi vista na sua gestão como a única solução dos problemas do meio rural. Num artigo do jornal O Estado, com título "Crédito rural e desenvolvimento", Ilo Brandão expressa claramente sua opinião: "Se quisermos uma agricultura como negócio, exportar para valer, ganhar dinheiro, produzir divisas, então a mentalidade deverá ser empresarial, com adoções de novas técnicas, modernização de equipamento (...). Nenhum desenvolvimento se faz sem uma classe empresarial esclarecida e inovadora (...). O crédito rural é imprescindível neste processo de desenvolvimento (...). Coloca nas mãos dos produtores os recursos necessários para investir no desenvolvimento de sua empresa." (O Estado 18.02.70:7).

Álvaro Tomazelli, hoje empresário, sucedeu Brandão, tendo trabalhado na ACARESC anteriormente, junto com Glauco Olinger, e ocupado o cargo correspondente à carteira de crédito rural do BESC no período de 1971 a 1975.

Vitor Oswaldo Konder Reis, hoje assessor financeiro da Perdigão, não apenas foi responsável pelo crédito rural no BESC (1975-1979), mas tornou-se, em 1979, igualmente diretor do BESCAM (BESC S.A.-Corretora de Títulos, Valores e Câmbio) e, no mesmo ano, fez parte do conselho de administração do BESC. Ainda em 1979, ocupou a presidên-

cia deste mesmo banco.

De 1979 a 1983, Marco Aurélio Garcia, funcionário do Banco Central, assumiu este cargo, sendo Genésio Mazon (1983-1985) seu sucessor.

A atuação política cotidiana dos empresários agroindustriais, ou de técnicos atuando nas instâncias estaduais vinculadas ao meio rural e ideologicamente ligados aos empresários, foi um fator importante para a expansão de seus empreendimentos. Este setor industrial manifestou-se, além da atuação de "lobbistas", através da ocupação de espaços e cargos políticos de forma direta. Dos cinco maiores grupos agroindustriais, sem contar as cooperativas, aparentemente apenas um, a Ceval, não foi representada diretamente no legislativo ou executivo estaduais.

O industrial Plínio Arlindo de Nês, diretor-presidente da SAIC, foi deputado estadual de 1963 a 1966, além de ocupar a prefeitura de Chapecó (1956-1961). Em 1971, sob o governo de Colombo Salles, foi nomeado secretário do oeste, pasta importante para os agroindustriais desta microrregião.

A Ferdigão esteve representada indiretamente por Luiz Gabriel de 1966 a 1970, na Secretaria da Agricultura, enquanto Ivan Bonato, co-proprietário deste grupo, ocupou a Secretaria da Fazenda de 1975 a 1979.

As empresas do grupo Eliane, localizadas no sul do estado, penetraram mais tarde no ramo agroindustrial e foram representadas pelo seu conselheiro de administração e co-proprietário, Jarvis Gaidzinski, eleito deputado estadual em 1983 pelo PDS. Hoje este empresário está abrigado pela sigla do PL, na condição de deputado federal.

O fundador da Sadia, Atílio Francisco Xavier Fontana, exibe o currículo mais expressivo nas funções públicas. Além de haver sido presidente do diretório municipal do PSD de Joaçaba (1945-1947), e vereador em Concórdia (1951-1954), foi deputado estadual (1955-1958), deputado federal (1959-1962), e senador (1963-1971). De 1961 a 1962, ocupou a Secretaria da Agricultura.

Vitor Fontana ingressou na vida pública do estado, após uma longa experiência na direção de várias empresas do grupo Sadia. De 1975 a 1979, foi secretário da agricultura, e, logo depois (1979-1983), eleito deputado estadual pela Arena, ocupando ainda o cargo de vice-governador de 1983 a 1986.

Retomando a questão teórica, pode-se constatar que os empresários agroindustriais tiveram uma atuação muito marcante no meio rural catarinense, nele transformando relações sociais, redefinindo regimes de trabalho, introduzindo novas tecnologias, semeando uma nova mentalidade.

Além da interferência direta como empregador de mão-de-obra ou como empresa integradora, as grandes agroindústrias abriram seu espaço político durante a década de '60, influenciando diretamente nos rumos da política agrária estadual.

Tudo indica que estes empresários atuaram estrategicamente de forma conjunta, principalmente ao longo das décadas de '60 e '70. Além de dividir territórios de integração (ver mapas 2.2, 2.3 e 2.4) e de estabelecer preços - ação intermediada pelos sindicatos de carne, com sede nas próprias instalações da Sadia em Concórdia, foram desenvolvidas estratégias de ocupação de postos-chaves na administração pública através dos próprios empresários ou por intermédio de

funcionários identificados com a idéia de que a modernização conservadora constituía o único caminho viável para o desenvolvimento.

As empresas cresceram de uma forma extraordinária. A revista Expressão exhibe alguns dados expressivos para a visualização da importância econômica deste ramo industrial:

Exportações em milhões de dólares americanos (1985):

Ceval.....	: 580
Sadia.....	: 250
Perdigão.....	: 105
S A I C.....	: 37
Coopercentral....	: 30
Eliane.....	: 15

Fonte: Revista Expressão, Ano I, nº 1.

Atualmente estas indústrias estão trabalhando com cerca de 50000 agricultores catarinenses integrados, respondendo por mais de 50% de todos os frangos exportados pelo país (140000 ton) e 38% da carne suína exportada. Cerca de 250000 catarinenses dependem hoje, direta ou indiretamente da atividade das empresas agroindustriais.

De toda a exportação catarinense, 20% é realizada através da agroindústria, consistindo os produtos básicos de exportação, a carne de aves e suínos, e os produtos oriundos da soja, como farelo e óleo. Foram exatamente estes produtos que receberam apoio financeiro e assistência técnica da ACARESC.



Como já fora mencionado anteriormente, um dos objetivos básicos deste trabalho consiste numa contribuição ao entendimento da ação exercida por uma parcela do empresariado catarinense junto ao poder público, a partir do conceito de grupos estratégicos.

O presente capítulo sobre extensão rural foi introduzido neste trabalho em consequência de sua importância funcional junto às empresas agroindustriais e ao meio rural.

As reflexões sobre a argumentação e os dados expostos até este ponto do trabalho conduzem à comprovação da seguinte hipótese: as agroindústrias catarinenses formaram um grupo estratégico muito bem sucedido e articulado neste estado. Souberam não somente aproveitar os espaços abertos pelo poder público, como os próprios empresários desenvolveram estratégias de ocupação de postos-chaves na administração estadual visando a consolidação, ampliação e expansão de seus empreendimentos.

Capítulo 3 - ATIVIDADES DO BRDE E FUNDESC/PROCAPE RELACIONADAS COM O DESENVOLVIMENTO DOS SETORES TÊXTIL E AGROINDUSTRIAL CATARINENSES.

Inicialmente pretendeu-se realizar um levantamento de dados sobre as atividades financeiras do BESC e BADESC em relação ao desenvolvimento industrial no estado, mas, ademais das limitações relacionadas com o fator temporal, surgiram dificuldades quanto ao acesso a dados junto à direção destas instituições.

Considerando estas dificuldades, foram analisados apenas dois órgãos financiadores da indústria catarinense, o BRDE/SC e o FUNDESC/PROCAPE.

O BRDE, banco ligado ao governo federal, esteve administrado pelos três estados do sul (RS, SC e PR). O BRDE recebeu a maior parte de seus recursos através de fundos federais, redistribuídos junto a estes três estados da federação. Cada agência estadual possuía plena liberdade de alocar sua parcela de recursos, a partir de suas próprias demandas (ver tabelas relativas à Santa Catarina - Tabelas 3.1.2 e 3.1.3). Este mecanismo justificaria por si só a inclusão deste banco na presente pesquisa, pois os financiamentos decorrentes de sua atividade poderiam eventualmente expressar certas forças e pressões políticas específicas de cada estado.

O FUNDESC/PROCAPE, órgão financeiro vinculado à Secretaria da Fazenda, constituiu-se numa instituição genuinamente catarinense de extraordinária importância para o desenvolvimento industrial. Segundo Jayme Scherer, ex-superintendente do PROCAPE, e Alcides Abreu, hoje consultor jurídico do SENAI, pode-se falar de história do de-

envolvimento catarinense antes e depois da implantação destes órgãos financiadores, devido à importância de sua atuação. Em entrevista, Scherer declarou que o volume de dinheiro movimentado pelo PROCAPE, era muito superior ao correspondente aos financiamentos concedidos pelo BESC durante o período que vai desde o final da década de '70 até os primeiros anos da década de '80. Infelizmente esta assertiva não pode ser comprovada pela impossibilidade de acesso às informações relativas ao BESC já mencionada acima.

### 3.1. A - A ATUAÇÃO DO BRDE

Durante o segundo governo Vargas foi criado, em 1952, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), abraçando o desenvolvimentismo como ideologia de modernização da sociedade brasileira. Segundo Fonseca, "este ideário tem as suas raízes no positivismo, cuja concepção do Estado é a de um órgão centralizador promovendo o progresso, mas de forma gradual e persistente (...) sem rupturas ou por meio de vias revolucionárias: o progresso dentro da ordem." (Fonseca, 1988:14). Buscava-se, através da intervenção estatal, a harmonia social.

A concepção desenvolvimentista revelou vários pontos contraditórios em relação ao trabalhismo de Vargas. Pretendia-se, simultaneamente, a máxima acumulação para o capital e a melhor distribuição para o trabalho. este constante conflito foi uma das razões da crise do populismo, segundo Fonseca (1988:23).

Após o golpe de Estado de 1964, esta contradição deixou de ter importância na política estatal, pois foram abandonadas "as pretensões distributivistas em favor do crescimento." (Fonseca, 1988:27). Desenvolvimento tornou-se sinônimo de acumulação de capital, tendo sido criados vários fundos neste sentido, agilizada a política creditícia, além de ativada a bolsa de valores.

A criação do BRDE, em 1961, teve um papel especial dentro deste modelo de modernização, pois atuou tanto na função de banco de fomento na região sul, como possuía ainda a missão de superar as desigualdades regionais, não somente dentro dos três estados integrantes do sul, mas igualmente em relação a outras regiões do país, como, por exemplo, a região sudeste. Um acordo entre os três estados sulinos previam áreas preferenciais de atuação deste banco:

- a) investimentos infraestruturais de interesse regional;
- b) projetos especiais de colonização agropecuária e de reforma agrária;
- c) exploração de recursos minerais;
- d) desenvolvimento industrial, investimentos na pequena e média empresa, expansão e reequipamento das indústrias existentes, instalação de novas indústrias, notadamente onde a matéria-prima local é utilizada, e outras de caráter pioneiro;
- e) construção e ampliação de armazéns, silos, matadouros e frigoríficos;
- f) constituição e ampliação de empresas para a exploração de serviços de utilidade pública;
- g) serviços de interesse regional (Fonseca, 1988:48-49).

A partir de 1965 o BRDE foi incluído nas linhas operacionais de crédito recém criadas pelo governo federal, aumentando não apenas os

recursos deste banco, mas, conseqüentemente, o seu papel no desenvolvimento econômico na região sul. "Em síntese, o estado deveria exercer a função alocativa, retirando recursos de uns para dar a outros." (Fonseca, 1988:86).

O desenvolvimentismo como estratégia estatal de crescimento foi discutido primeiramente em Santa Catarina durante o governo de Irineu Bornhausen (1951-1956), sendo fruto desta discussão o primeiro plano governamental de obras e equipamentos, sem envolver, no entanto, a sociedade catarinense.

No final da década de '50, a FIESC realizou um seminário na área sócio-econômica, com o objetivo de apontar os pontos de estrangulamento da economia de Santa Catarina. O resultado concreto deste encontro foi o primeiro plano governamental plurianual (PLAMEG I), colocado em prática posteriormente por um dos integrantes do grupo, o governador Celso Ramos (1961-1965), empresário e co-fundador da FIESC.

Os governos seguintes continuaram a apresentar à sociedade catarinense planos plurianuais de desenvolvimento, prometendo um crescimento rápido e ordenado para o estado.

Com o agravamento da crise econômica no final da década de '70 e sobretudo no início da década de '80, redefiniu-se o papel do Estado. A política desenvolvimentista contribuiu consideravelmente com o endividamento, gerando uma inflação desenfreada e uma agudização dos problemas sociais, assim contribuindo para o ressurgimento do ideário neo-liberal e limitando a ação do estado nas áreas da educação, saúde pública e segurança. A interferência estatal na economia nacional é vista por esta ideologia como nociva. Neste contexto torna-se intelegível a extinção do BRDE e outros órgãos financiadores

criados durante os governos militares.

Em Santa Catarina o BRDE desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento dos setores primário e secundário.

No final da década de '60 e início dos anos '70, Santa Catarina foi o estado que mais se beneficiou da atuação deste banco, como afirma Fonseca (1988:73).

A agroindústria catarinense, incluindo a indústria frigorífica, a indústria de produção de ração balanceada, de óleo comestível e outras assemelhadas, objeto deste estudo, beneficiou-se duplamente dos financiamentos oriundos do BRDE. De um lado recebeu verbas enquanto indústria do setor privado (dentro do gênero industrial concernente a produtos alimentares), e, por outro lado, participou direta e indiretamente da alocação de recursos no setor primário (Ver Tabela 3.1.1).

Um dos maiores problemas enfrentados pela indústria frigorífica foi a quantidade e qualidade da matéria-prima fornecida pelos agricultores. Através de acordos entre a ACARESC, a Secretaria da Agricultura e o BRDE, houve incentivo de projetos de integração a partir da década de '60. Os agricultores receberam crédito para a renovação de plantel de animais, modernização de instalações e compra de novos equipamentos agrícolas para aumentar a produtividade de sua atividade. Enquanto a ACARESC fornecia assistência técnica, o BRDE encarregou-se do crédito.

O próprio banco elaborou internamente vários programas de financiamento da suinocultura e avicultura. Em relação à suinocultura, os técnicos do BRDE expressaram-se da seguinte forma: "...tornou-se imperativa a necessidade de fomento à produção de suínos tipo carne"

TABELA 3.1.1

## OPERAÇÕES CONTRATADAS PELA AGENCIA DE FLORIANÓPOLIS, POR SETOR DE ATIVIDADE

SETOR	PERÍODO								TOTAL	1
	1963-64	1965-67	1968-70	1971-73	1974-76	1977-80				
Primário	-	152.017	856.866	1.822.079	8.935.027	2.901.221	14.667.210	14,8		
Secundário	29.403	1.037.673	3.061.508	14.909.001	30.534.695	13.623.381	63.195.661	63,6		
Terciário	65.462	377.614	2.755.107	484.416	2.887.843	14.980.147	21.550.589	21,6		
TOTAL	94.865	1.567.304	6.673.481	17.215.496	42.357.565	31.504.749	99.413.460	100,0		

Cr\$ mil

Preços de Julho/81 (Valores corrigidos pelo Índice Geral de Preços)

FONTE: BRDE - Agência de Florianópolis

(...), devendo ser estimulada "crediticiamente a modalidade de integração produtor-indústria...". (BRDE-PROFASC, 1976, s.p.).

No "Programa para o Desenvolvimento da Indústria de Frigoríficos de Suínos e Aves em Santa Catarina - PROFASC", de 30.9.1976, o BRDE (agência Florianópolis) previa o financiamento de vários frigoríficos, dentre os quais, o grupo Perdigão, a Sadia, SAIC e o grupo Eliane. Como justificativa deste novo empréstimo, o BRDE argumentou que consideráveis recursos foram investidos neste setor industrial, e financiados muitos agricultores, principalmente na suinocultura.

Um outro programa, elaborado em 1981, previa o beneficiamento de 177 suinocultores integrados (Programa de Aplicações Seletivas - PROASE - BRDE/ag.Flo, março de 1981) (ver Tabela 3.1.2).

Finalizando este particular, menciona-se o "Plano de Ação 1976-1979 do BRDE, citando-se apenas alguns trechos de seu conteúdo: "Terão prioridade as iniciativas que visam a implementação de projetos integrados aos frigoríficos." (BRDE, 1976:8); "A produção de rações, integrada com os frigoríficos será incentivada, objetivando o fortalecimento agroindustrial suíno-aves." (BRDE, 1976:11). Em relação à mecanização agrícola em Santa Catarina foi afirmado: "A região oeste catarinense terá tratamento prioritário, especialmente as áreas utilizadas pelas culturas de milho e soja." (BRDE, 1976:10).

A diferença mais significativa entre a suinocultura e a avicultura, consistiu numa maior concentração espacial verificada nesta última; em 1975, 95% da capacidade produtiva estava concentrada no oeste catarinense. Esta região foi a mais privilegiada pela ação do BRDE no setor rural, de acordo com seus relatórios: 62% de todas as aplicações no setor primário destinaram-se à região acima mencionada entre 1963 e 1980. As culturas que receberam as maiores cotas de fi



TABELA 3.1.2 - EVOLUCAO DAS APLICACOES EM SUINOCULTURA E  
AVICULTURA PELO BRDE.

PERIODO	TOTAL Cr\$	SUINOCULTURA	%	AVICULTURA	%
1970	7.768.206	1.845.638	23,76	592.097	7,62
1971	11.392.508	3.522.339	30,92	876.933	7,70
1972	12.007.592	3.980.048	33,15	536.752	4,47
1973	31.398.381	3.379.480	10,76	2.872.887	9,15
1974	74.786.441	10.289.670	13,76	7.132.630	9,54
1975	162.227.208	37.869.590	23,34	14.492.290	8,93
1976	325.404.500	46.333.300	14,24	73.203.500	22,50
1977	597.199.900	8.852.000	1,48	23.223.400	3,89
1978*	322.947.400	326.000	0,10	9.060.282	2,81

\* - Ate junho/1978.

Fonte: BRDE/Agencia Florianopolis.

nanciamento foram o milho e a soja, produtos básicos para a fabricação da ração de suínos e aves, além da matéria-prima para a produção de óleos comestíveis, um ramo agroindustrial em plena expansão durante este período.

Por outro lado, a indústria frigorífica beneficiou-se diretamente deste órgão financiador. Um dos maiores mutuários do BRDE/ag.Flo. foi o grupo Perdigão. Num relatório de auditores independentes, encomendado pelo próprio banco, constatou-se em 1982 o seguinte: " a) embora (...) considere desnecessário um maior acompanhamento do mutuário, por considerar cliente tradicional, sugerimos examinar o aspecto da participação do grupo Brandalise nas operações da agência Florianópolis; b) somente em setembro (1982) a operação com a Perdigão S.A. foi de Cr\$ 650.000.000,00, representando 41% das operações do mês". (BRDE, 1982:90).

Em relação à indústria têxtil foi encontrado um número menor de programas específicos referentes a este ramo industrial. O "Diagnóstico da Indústria Têxtil", publicado em 1975 pelo BRDE-SDE-IBAGESC-FUNDESC, afirma que 70% dos investimentos realizados neste setor localizaram-se na região de Blumenau-Brusque, e 26% na região de Joinville. Nas conclusões, afirma-se, em relação a este ramo industrial, que "...tendo em vista que a quase totalidade dos empreendimentos foi viabilizada financeiramente pelo sistema financeiro/fiscal do Estado, mais necessário se faz a orientação normativa do governo." (Santa Catarina, 1975:113).

No "Plano de Ação 1976-1979" do BRDE, o banco referiu-se relativamente à modernização da indústria têxtil catarinense, da seguinte forma: "O programa prevê a canalização maciça de recursos para a mo-

dernização e ampliação seletiva da capacidade instalada, a fim de preservar a competitividade deste segmento industrial no mercado brasileiro e aumentar a penetração no exterior." (BRDE, 1976:12).

Em setembro de 1986 foi elaborado um "Programa de Reaparelhamento do Setor Têxtil Catarinense - PROTEXTIL" conjuntamente pelo BRDE e BADESC. Dos investimentos previstos, 69,5% foram destinados à substituição de máquinas e equipamentos, e 17,4% a obras civis. Além destes percentuais, pode-se observar que 68,3% do total dos investimentos previstos destinaram-se às grandes empresas de capital aberto e 22,2% às grandes empresas de capital fechado.

Antes de entrar na análise dos balanços e relatórios deste banco, é necessário mencionar algumas dificuldades encontradas durante a pesquisa:

a) na biblioteca do BRDE (ag. Florianópolis) não foram localizados os relatórios de 1972-1975, e de 1981-1983;

b) a forma de apresentação dos relatórios muda praticamente a cada ano. Para os anos 1970, 1980, 1984 e 1985, por exemplo, não se encontrou uma especificação dos ramos industriais financiados em Santa Catarina.

Nos relatórios buscou-se, principalmente, a especificação dos percentuais dos ramos industriais financiados, além de algumas indicações da política creditícia do banco.

Encontraram-se dados correspondentes às operações contratadas pela agência de Florianópolis, por setor de atividade e gênero industrial, na dissertação de mestrado de Vegara, para o período de 1963 a 1980 (Vegara, 1985). Os relatórios não discriminam os dados congêneres para o período 1980-1985.

O ramo industrial dos produtos alimentares durante o período de 1963 a 1980, constituiu-se no gênero industrial mais beneficiado pela atuação do BRDE no estado, seguido pelo setor têxtil. No triênio 1971 a 1973, estes dois ramos industriais abocanharam quase 50% de todos os investimentos realizados pelo banco no setor secundário privado, e justamente neste mesmo triênio, o setor secundário obteve 86,6% de todas as operações contratadas em Santa Catarina.

O relatório de 1971 enfatizou que o oeste de Santa Catarina recebeu a maior parcela dos investimentos no setor rural catarinense, tendo o relatório de 1977 ressaltado "...que os segmentos industriais que mais cresceram são justamente os que tem maior participação na formação do produto industrial da região. Este é o caso da agroindústria, que contribuiu com aproximadamente 56% da renda do setor secundário regional." (Relatório BRDE 1971, s.p.).

O mesmo relatório publicou ainda um plano de metas para 1978, onde a indústria de carne catarinense obteve 11,1% do total dos investimentos previstos para o setor secundário privado, além de contar com 24% dos investimentos do setor primário para a suinocultura e avicultura integradas.

Em vários momentos o BRDE destacou a sua intenção de concentrar os investimentos do setor primário para agricultores integrados. No relatório de 1980, o banco expressa-se assim: "Na produção e armazenagem de alimentos e beneficiamento de produtos primários, continua a ênfase aos programas integrados produtor-beneficiador, especialmente através de cooperativas." (Relatório BRDE, 1980, s.p.).

Em relação às cooperativas, o BRDE publicou no relatório de 1978 os seguintes números: na região sul 79,1% dos investimentos do setor primário foram destinados às cooperativas. Em Santa Catarina, em es-

pecial, apenas 20,7% destes investimentos foram canalizados para as cooperativas e 79,3% encaminhados diretamente ao produtor. (Relatório BRDE, 1978, s.p.). Esta situação explica-se pelo fenômeno peculiar da integração agricultor-agroindústria neste estado.

Quanto à indústria têxtil, o relatório de 1977 mencionou um programa de desenvolvimento deste ramo industrial e o banco propôs um acompanhamento sistemático. "Em razão dos altos investimentos efetivados com o apoio creditício do BRDE, necessário se faz o acompanhamento sistemático da indústria têxtil..." (Relatório BRDE, 1977, s.p.).

Nos relatórios de 1983-85, não foram mais publicadas orientações de política creditícia do banco, nem programas específicos de desenvolvimento, nem tampouco análises conjunturais.

Na análise dos balanços do BRDE/ag.Flo, encontrou-se dificuldades semelhantes às verificadas nos relatórios. Na biblioteca deste banco não foram localizados todos os balanços dentro do período 1970-1985. A apresentação dos mesmos foi modificada consideravelmente, o que impossibilitou a apresentação de dados agregados durante os quinze anos em questão. De 1976 a 1983, a publicação dos balanços veio acompanhada da relação dos mutuários do BRDE/ag.Flo, e dos valores dos empréstimos recebidos, sendo esta apresentação igualmente desuniforme durante este intervalo. Para poder completar as informações faltantes nos balanços, solicitou-se ao diretor do banco vista aos projetos aprovados, o que foi negado, sob a alegação de que se tratava de informação sigilosa. Apesar disto, é possível tecer algumas considerações:

a) todas as grandes agroindústrias frigoríficas receberam generosos financiamentos de vários fundos estaduais, e principalmente federais. Os empréstimos e financiamentos beneficiaram tanto o setor primário privado como o setor secundário privado;

b) o grupo Perdigão destacou-se entre 1975 e 1983 pelo maior número e pelos valores dos contratos realizados com o BRDE/ag.Flo. Em 1983, por exemplo, a Perdigão Alimentos S.A. recebeu em torno de 16,7% do total circulante pago naquele ano pelo banco;

c) no balanço de 1978 aparecem como pessoa jurídica beneficiada por empréstimos do banco, os acionistas do grupo Perdigão, Flávio Brandalise, Saul Brandalise, Ivan Bonato, Luiz Gabriel e Ângelo Leoni;

d) na indústria têxtil destaca-se a Cremer S.A. durante o período 1974 a 1983, em termos de contratos realizados com o BRDE/ag.Flo;

e) no balanço de 1980, Carlos Cid Renaux foi beneficiado como pessoa jurídica através de um financiamento;

f) a indústria têxtil parece revelar um menor grau de concentração de empréstimos fornecidos, comparativamente à agroindústria.

Pelos dados da tabela 3.1.3 depreende-se que os gêneros industriais têxteis e de produtos alimentares, foram os mais beneficiados entre os anos de 1963 a 1980. Durante o triênio 1965-1967, com o BRDE já incluído nos fundos federais recém criados pelo governo autoritário, estes dois gêneros industriais canalizaram 74% do total do orçamento da agência Florianópolis. Deste percentual, 42,8% das operações contratadas foram destinados à indústria têxtil, e 31,2% a de produtos alimentares, sem contabilizar o beneficiamento indireto da agroindústria através da atuação do BRDE no setor primário.

De 1968 até 1976, a participação do ramo industrial de produtos alimentares manteve-se sempre acima da indústria têxtil. Por outro lado, apenas de 1974 a 1976 outros dois ramos industriais (ver tabela 3.1.3) receberam uma parcela orçamentária significativamente maior do que as indústrias em questão; mantiveram, mesmo assim, uma participação acima de 10% do total das operações contratadas. Ao longo de todo o período considerado, tanto a indústria têxtil quanto a agroindústria, foram incluídas em programas especiais de desenvolvimento, reaparelhamento e modernização.

A argumentação acima representa mais um indicador em direção à hipótese inicialmente levantada no presente trabalho, mostrando a necessidade dos empresários agroindustriais e da indústria têxtil de se organizarem para a obtenção de apoio econômico estatal junto a seus projetos de expansão.

Não por acaso, a reivindicação de uma maior orientação normativa do governo no setor, esteve manifesta no "Diagnóstico da Indústria Têxtil", do ano de 1975, já que a quase totalidade dos empreendimentos foi viabilizada pelo sistema financeiro estatal.

Partindo da hipótese da existência de uma organização empresarial dentro dos setores industriais referidos, e de que este segmento social organiza-se na forma de grupos estratégicos, também não seria de estranhar, nos relatórios de auditores independentes, o destaque relacionado com o vulto dos financiamentos concedidos ao grupo Perdigão.

Reforçando os dados anteriormente referidos, funcionários do próprio BRDE, ressaltaram em entrevista que, dentro dos gêneros industriais em pauta, foi notório o favorecimento em relação à agroindústria e ao contínuo reaparelhamento da indústria têxtil.

TABELA 3.1.3

OPERAÇÕES CONTRATADAS PELA AGENCIA DE FLORIANÓPOLIS, POR GÊNERO INDUSTRIAL

GRUPOS E GÊNEROS INDUSTRIAIS	PERÍODOS										TOTAL	1
	1963-1964	1965-1967	1968-1970	1971-1973	1974-1976	1977-1980						
INDÚSTRIA EXTRATIVA	-	-	11.488	-	3.214	64.649	79.351	9.1				
PRODUTOS MINERAIS	-	-	11.488	-	3.214	64.649	79.351	0.1				
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	29.403	1.037.673	3.050.020	14.909.001	30.531.481	13.558.732	63.116.310	99.9				
TRADICIONAIS	-	888.883	1.977.987	11.011.434	12.837.378	6.644.583	33.360.265	52.8				
I. A	-	819.779	1.722.851	9.092.326	9.812.651	5.242.762	26.690.369	42.2				
15. Madeira	-	36.857	119.836	1.309.378	1.602.184	701.180	3.769.435	6.0				
19. Couro, Peles e Produtos Similares	-	15.067	5.845	460.313	226.695	14.866	722.786	1.0				
24. Têxtil	-	444.492	709.838	2.981.823	3.733.880	2.035.816	9.905.849	15.7				
26. Produtos Alimentares	-	323.363	887.222	4.335.617	4.176.397	2.024.145	11.746.874	18.6				
27. Bebidas	-	-	-	5.195	73.545	466.735	545.475	0.9				
28. Fumo	-	-	-	-	-	-	-	-				
I. B	-	69.104	255.136	1.919.108	3.024.727	1.401.821	6.669.896	10.6				
16. Mobiliário	-	-	132.614	1.019.908	654.428	580.163	2.382.113	3.8				
21. Prod. Farmacêuticos e Mediciniais	-	-	-	-	39.261	118.494	157.755	0.2				
22. Perfumaria, Sabões e Velas	-	-	-	-	-	-	25.252	0.04				
25. Vest., Calçados e Artef. Tecido	-	7.014	14.612	10.640	1.256.746	256.373	2.327.948	2.1				
29. Editorial e Gráfica	-	-	14.981	792.834	49.546	64.804	199.055	0.3				
30. Diversos	-	62.090	36.409	72.541	1.024.746	381.987	1.577.773	2.5				
DINÂMICAS	29.403	148.790	1.072.033	3.897.567	17.694.103	6.914.149	29.756.045	47.1				
II. A	29.403	137.117	756.530	2.238.816	12.369.747	4.994.476	20.525.799	32.5				
10. Minerais não Metálicos	-	26.257	497.047	1.072.630	5.411.726	756.100	7.763.760	12.3				
11. Metalúrgica	-	38.010	69.173	426.293	4.325.530	2.520.773	7.379.779	11.3				
17. Papel e Papelão	29.403	38.574	124.834	157.759	1.041.417	636.563	2.028.550	3.2				
18. Borracha	-	6.137	-	1.122	8.417	-	16.676	0.02				
20. Química	-	28.139	26.824	86.910	773.470	704.874	1.620.217	2.6				
23. Prod. de Matéria Plástica	-	-	38.652	493.812	809.187	376.166	1.717.817	2.7				
II. B	-	11.673	315.503	1.659.041	5.324.356	1.919.673	9.230.246	14.6				
12. Mecânica	-	-	31.066	669.004	2.989.415	771.333	4.460.818	7.1				
13. Mat. Elétrico e de Comunicação	-	11.673	230.279	793.280	1.503.265	875.063	3.413.560	5.4				
14. Material de Transporte	-	-	54.158	196.757	831.676	273.277	1.355.868	2.1				
TOTAL	29.403	1.037.673	3.061.508	14.909.001	30.534.695	13.623.381	63.195.661	100.0				



### 3.2 - A ATUAÇÃO DO FUNDESC/PROCAPE

#### 3.2.1. - O FUNDESC

O ideário desenvolvimentista foi responsável pela criação de várias formas de financiamento ligadas às indústrias nacionais. Dentro da euforia de crescimento que tomou conta do país já na era Kubitschek (realizar 50 anos em 5), e largamente explorada pelos governos militares pós-'64, as unidades federativas criaram seus próprios fundos regionais para fomentar a indústria local.

Além do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BDE - 1961), posteriormente transformado no Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), foi criado um fundo de desenvolvimento, o FUNDESC, no ano de 1963, para servir de fonte de recursos do BDE, no bojo do PLAMEG I.

Este fundo ficou sem ação real até 1968, quando foi instaurado um Conselho Administrativo próprio, entrando em operação um "Regime de Incentivos Fiscais do ICM" (lei 4225 de 18.10.68). O fluxograma anexo (3.2.1.1), elaborado pelo PROCAPE, mostra o funcionamento do FUNDESC. Não estão indicados os recursos oriundos de dotações orçamentárias estaduais, mantidos até 1973 em cerca de 40% do total do orçamento do fundo (não foi possível a obtenção de dados correspondentes aos anos de 1974 e 1975).

O sistema de incentivos fiscais, base financeira das operações do FUNDESC, funcionava da seguinte forma: todas as empresas podiam descontar 10% do ICM devido, na aplicação em projetos industriais

encaminhados e aprovados pelo fundo, comprando ações preferenciais do empreendimento a ser financiado. O FUNDESC agiu como órgão administrador destes projetos, liberando os recursos advindos destas parcelas do ICM, onde o contribuinte optante deste incentivo tinha liberdade de escolha de investimento entre os projetos aprovados.

Para obter a aprovação de um projeto de modernização, fundação ou capitalização de empresa, o FUNDESC exigia em torno de 20% de capital próprio, 40% de financiamento através de algum banco de desenvolvimento, sendo os 40% restantes financiados pelo próprio fundo.

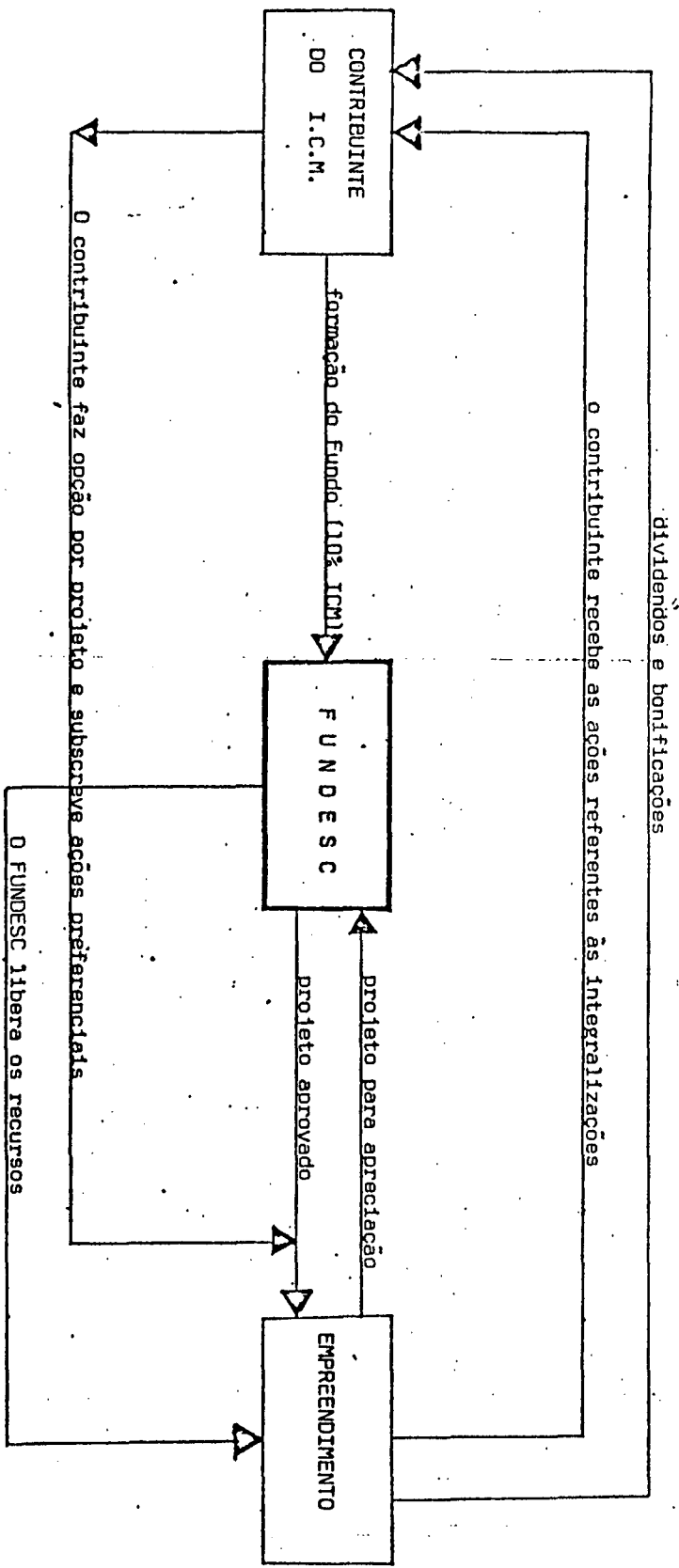
A parcela de recursos do FUNDESC advindos de dotações orçamentárias, foi utilizada basicamente em termos de subsídios, segundo entrevista realizada com Jayme Scherer, Superintendente do PROCAPE no período 1975-1981, e ex-colaborador da equipe do FUNDESC. Scherer exemplificou sua afirmação da seguinte forma: supondo que uma empresa recebeu empréstimos do BRDE, a ação do FUNDESC limitava-se ao pagamento de uma parcela dos juros correspondentes ao empréstimo.

Nem na Secretaria da Fazenda como tampouco no Tribunal de Contas foram localizados os relatórios ou prestações de contas concernentes aos beneficiados destes subsídios, mas apenas alguns microfiches em péssimo estado de conservação, sobre a ação do FUNDESC-PROCAPE. Segundo estes documentos, todas as grandes empresas do setor têxtil (com exceção da Cia. Schloesser) e do setor agroindustrial foram contempladas com estes subsídios estatais.

Para melhor avaliar a importância do FUNDESC, são citados a seguir os depoimentos dos empresários Ingo Hering e Carlos Cid Renaux, publicados no Boletim da FIESC (Ano I, número 8, p.6): "O Sr. Ingo Hering (...) fez questão absoluta de comentar a atuação do FUNDESC e as suas possibilidades (...)". Parafraseando I. Hering, o boletim

FLUXOGRAMA 3.2.1.1

FLUXOGRAMA DO SISTEMA FUNDESC



In: Santa Catarina (1980a)

Fonte: Diretoria de Operações PROCAPI

continua: " O FUNDESC (...) nos limites das possibilidades do erário estadual, foi uma das maiores conquistas alcançadas pelo homem de empresa do governo de Santa Catarina." Logo adiante, o boletim contempla o depoimento de C. Renaux sobre o mesmo assunto: "...transmitimos às autoridades competentes nossas preocupações a respeito do FUNDESC, que deve subsistir, pois tem prestado os mais relevantes serviços às indústrias catarinenses e ao nosso crescimento econômico (...)"(Boletim FIEESC, Ano I, nº8:6).

A lei 4225 previa ainda a criação de zonas de desenvolvimento prioritário, onde o fundo deveria concentrar seus recursos. O relatório interno da Secretaria da Fazenda, elaborado pela assessoria técnica em 1980, expressa-se da seguinte forma relativamente as estas zonas: "...indo o Estado em socorro das regiões que, a critério do governo, através do FUNDESC, necessitam de maior incidência do amparo na distribuição dos estímulos administrativos, visando ao desenvolvimento integral."(Santa Catarina, 1980a, s.p.). Foi proposta a aplicação de recursos do FUNDESC em zonas pouco industrializadas.

Como até o ano de 1968 estas zonas não estavam definidas, o executivo contornou a situação com o decreto SF-6-69/7885, permitindo a aplicação de recursos com base na divisão micro-regional do estado, fixada pelo Conselho Nacional de Geografia (Steil, 1975:70).

As zonas prioritárias nunca foram estabelecidas e Steil observa, em seu trabalho sobre o FUNDESC: " Pelo contrário, as aplicações dos recursos dos incentivos fiscais do ICM iriam contribuir para agravar a tendência à concentração territorial da indústria de Santa Catarina" (Steil, 1975:70).

Se analisarmos a tabela 3.2.1.1, constata-se que as microrregiões mais privilegiadas pelo fundo consistiram o médio-vale do Ita-

jaí (região de Blumenau), o nordeste do estado (região de Joinville), e o oeste catarinense (região de Chapecó). As primeiras duas áreas, mencionadas coincidem com regiões do estado de acentuado grau de industrialização.

O meio-oeste (vale do Rio do Peixe) teve uma participação percentual relativamente modesta, o que não significou falta de recursos às importantes agroindústrias desta região. A Sadia, por exemplo, instalou uma nova fábrica - a Sadia Avícola S.A. - em Chapecó, através de recursos do FUNDESC (segundo dados obtidos na JUDESC), pois o oeste mostrou-se mais adequado para novos programas de integração, principalmente na avicultura.

Nesta época iniciou-se também a extração de óleo de soja, constituindo novo ramo industrial explorado principalmente pela Ceval (com sede em Gaspar), tendo recebido apoio do FUNDESC. Como mostram os dados da JUDESC, a Extrafino, posteriormente incorporada pela Ceval, lançou-se igualmente nesta atividade industrial no oeste catarinense com financiamento do FUNDESC. Segundo Jayme Scherer, este setor agroindustrial tornou-se uma atividade atraente para os empresários devido ao apoio oferecido pelo FUNDESC, e, posteriormente, através do PROCAPE.

Uma outra preocupação do governo catarinense no lançamento do FUNDESC esteve relacionada com o tipo de industrialização ocorrido até então no estado. Estabeleceu-se que a ação governamental deveria concentrar seus esforços na indústria dinâmica, "onde são maiores os efeitos multiplicadores e aceleradores sobre a renda da economia e sobre o emprego" (Steil, 1975:67).

A tabela 3.2.1.2 mostra que, durante oito anos, apenas 34,3% dos recursos oriundos dos incentivos fiscais tiveram aplicação nos ramos

TABELA 3.2.1.1

## FUNDESC (Incentivos)

## LIBERAÇÕES DE RECURSOS POR MICRORREGIÕES

Em mil Cruzetiros

MICRORREGIÕES	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	TOTAL	PARTICIPAÇÃO RELAT.
GRANDE FLORIANÓPOLIS	-	-	-	-	7.589	15.381	15.253	1.700	-	39.923	7,1
F0Z DO RIO ITAJAÍ	1.127	3.521	1.775	80	5.971	10.498	24.504	565	391	48.432	8,7
MÉDIO VALE DO ITAJAÍ	502	173	2.970	3.916	6.726	19.880	27.751	17.370	7.500	86.788	15,5
ALTO VALE DO ITAJAÍ	-	765	1.335	-	5.320	12.480	3.200	-	-	23.100	4,1
NORDESTE DE S.C.	-	396	1.800	13.483	33.139	23.369	23.475	14.814	8.623	119.099	21,3
PLANALTO NORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALTO RIO DO PEIXE	-	-	-	-	3.823	19.566	8.246	1.186	17.000	49.821	8,9
MEIO OESTE CAT.	-	-	800	3.900	8.300	3.213	287	-	-	16.500	3,0
OESTE DE S.C.	337	2.326	7.906	7.057	10.935	12.723	18.848	8.916	6.609	75.657	13,5
EXTREMO OESTE DE S.C.	-	-	313	1.688	3.005	7.103	11.613	6.928	-	30.650	5,5
SERRANA	-	467	1.658	335	6.060	1.185	8	-	-	9.713	1,7
LAGUNA	-	-	-	10.000	2.100	13.000	6.800	4.000	9.000	44.900	8,0
SUL DE STA. CATARINA	4.071	162	1.996	186	507	399	589	5.613	1.313	14.836	2,7
ALTO URUGUAI CAT.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.037	7.810	20.553	40.645	93.475	138.797	140.574	61.092	80.436	559.419	100,0

Fonte: Secretaria da Fazenda (PROCAPE)

Elaboração: Assessoria SEF.

dinâmicos da indústria. O setor contemplado com a maior parcela dos recursos foi o de produtos alimentares, beneficiado com 43,3% de todas as aplicações. Em segundo lugar, contando com 15,8% dos recursos, vinha a indústria têxtil. Steil observa: "...os projetos aprovados (...) não tem oferecido muitas modificações no panorama industrial, pois se continua insistindo em financiar indústrias tradicionais." (Steil, 1975:69).

Estes percentuais também não mudaram significativamente após a extinção do FUNDESC em 1975, substituído pelo PROCAPE, como ilustram as tabelas apresentadas adiante (Tabelas 3.2.2.2, 3.2.2.3, 3.2.2.4 e 3.2.2.5).

Por último, dentro da previsão da lei 4225 de 1968, indicando a aplicação de recursos do fundo preferencialmente em pequenas e médias empresas, além da implantação de novas fábricas, Steil apresenta uma lista dos projetos aprovados pelo FUNDESC (Anexo 1). Entre os beneficiados constam as maiores empresas agroindustriais catarienses, como o grupo Sadia, o grupo Perdiggão, o grupo Hering-Ceval, e, em termos da indústria têxtil, o grupo Renaux.

A lei 4225, prevendo uma ação do fundo no sentido de equilibrar diferenças regionais e estimular a indústria dinâmica, na prática e na sua essência ela não foi cumprida corretamente quanto à destinação de seus recursos.

Com o fito de entender melhor esta discrepância entre o estabelecido em lei e a prática adotada, foram realizadas algumas entrevistas junto a ex-colaboradores do FUNDESC pertencentes à Secretaria da Fazenda. Neste sentido foram obtidas as seguintes informações:

Segundo os técnicos, o fundo tinha duas opções: ou obedecia estritamente a regulamentação da lei, sem garantia entretanto do su

TABELA 3.2.1.2

FUNDESC (Incentivos)  
LIBERAÇÕES DE RECURSOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA

Em mil cruzeiros

GÊNERO DE ATIVIDADE	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	TOTAL	PARTICIPAÇÃO RELATIVA
<b>TRADICIONAIS</b>	<u>408</u>	<u>3.720</u>	<u>15.368</u>	<u>18.918</u>	<u>62.017</u>	<u>90.188</u>	<u>99.365</u>	<u>44.786</u>	<u>32.422</u>	<u>367.192</u>	<u>65,6</u>
Madeira	-	-	-	-	3.904	8.611	3.815	-	-	16.330	2,9
Textil	-	-	-	2.000	11.000	23.148	27.852	17.000	7.500	88.500	15,8
Produtos Alimentares	408	3.720	15.368	16.518	41.683	55.119	56.285	27.416	24.922	241.439	43,2
Vestuário	-	-	-	-	-	1.460	10.663	-	-	12.123	2,2
Mobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Editorial e Gráfica	-	-	-	400	5.430	1.850	750	370	-	8.800	1,5
<b>DINÂMICAS</b>	<u>5.629</u>	<u>4.090</u>	<u>5.185</u>	<u>21.727</u>	<u>31.458</u>	<u>48.609</u>	<u>41.209</u>	<u>16.306</u>	<u>18.014</u>	<u>192.227</u>	<u>34,4</u>
Minerais não Metálicos	4.000	-	1.800	10.000	-	-	-	-	-	15.800	2,8
Papel e Papelão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metálgica	-	-	-	-	4.130	13.400	15.050	11.000	12.500	56.080	10,0
Mecânica	1.127	3.521	2.316	10.721	21.754	6.040	700	492	-	46.671	8,4
Materiais Plásticos	502	569	1.069	1.006	4.997	19.646	20.459	4.814	5.514	58.576	10,5
Material Eletr. Com.	-	-	-	-	577	9.523	5.000	-	-	15.100	2,7
<b>T O T A I S</b>	<b>6.037</b>	<b>7.810</b>	<b>20.553</b>	<b>40.645</b>	<b>93.475</b>	<b>138.797</b>	<b>140.574</b>	<b>61.092</b>	<b>50.436</b>	<b>559.419</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda - Relatórios PROCAPE  
Elaboração: Assessoria SEF



cesso do investimento nos projetos aprovados, ou apostava na capacidade gerencial já demonstrada por alguns empresários, ou seja, apoiar projetos de empresas e empresários já consolidados no estado. Optou-se pela segunda via para, segundo os mesmos funcionários, garantir o desenvolvimento de Santa Catarina e não desperdiçar recursos, levando ainda em consideração a geração imediata de empregos para a crescente população urbana.

De acordo com a Secretaria da Fazenda a não criação das zonas de desenvolvimento prioritário constituiu-se em algo correto: "Esta tentativa, porém, nunca saiu do papel. E foi bom que não se tenha efetivado, porque seria muito grande a probabilidade de existirem em localidades não capacitadas, complexos industriais inacabados ou inativos, tal como ocorreu na região da SUDENE." ( Santa Catarina, 1980a, s.p.).

Ainda na tentativa de buscar maior esclarecimento sobre esta questão, foi contatado um dos idealizadores do fundo, Alcides Abreu,

Em relação ao FUNDESC, Abreu colocou que a idéia do fundo foi boa e válida, mas questiona hoje a sua legitimidade, pois poucos dele se beneficiaram. Ainda segundo Abreu, não foi realizado um "grande leilão de oportunidades", e quem conseguiu financiamento foi "altamente beneficiado". Afirmou ainda que os contatos políticos e laços pessoais influenciaram na aprovação ou não dos projetos entregues ao fundo.

### 3.2.2. - O PROCAPE

Após a proibição do FUNDESC pela lei federal complementar nº 24/75, que impedia a manutenção ou criação de incentivos com base no ICM, o fundo foi transformado no sistema PROCAPE. Como a lei a resguardava direitos incorporados, o PROCAPE administrou e garantiu a realização dos projetos em andamento ou aprovados pelo FUNDESC até 1975. "Desta forma, a rigor, não existe uma marca divisória entre os dois sistemas depois de 1975." (Santa Catarina, 1980a, s.p.).

O funcionamento do PROCAPE foi bem distinto do FUNDESC, como ilustra o fluxograma 3.2.2.1 e o quadro das características determinantes destes dois sistemas financiadores (Anexo 2).

Uma parcela dos recursos do PROCAPE provinha do orçamento estadual (em torno de 10% do ICM, vide tabela 3.2.2.1). A outra parcela, denominada no fluxograma como outras receitas, é resultado da compra das ações pelas empresas beneficiadas, dividendos e bonificações. As empresas desenvolveram projetos de modernização, de aumento ou fundação de fábricas. Se o projeto fosse aprovado pela equipe técnica do PROCAPE, este comprava ações preferenciais da empresa, com finalidade de capitalização num prazo de dois anos. A empresa beneficiada, por sua vez, comprometia-se a recomprar estas ações num prazo de cinco anos. Segundo o ex-superintendente Scherer, o PROCAPE nunca investiu mais do que 48% do capital social em ações preferenciais.

Scherer afirmou que este órgão de financiamento foi idealizado por uma equipe técnica procedendo da seguinte forma: após análise dos resultados do extinto FUNDESC, no sentido de evitar a repetição

de possíveis erros cometidos, passava-se a uma etapa de consulta aos empresários. A questão colocada ao empresariado era de qual seria sua expectativa em relação ao novo fundo de desenvolvimento, segundo as suas necessidades e preocupações. A partir destas informações foi montada a nova estrutura deste fundo estadual.

Ainda segundo Scherer, foi a agroindústria que mais se beneficiou com a atuação do PROCAPE. A indústria têxtil modernizou seu obsoleto parque industrial com os investimentos do programa, visando a concorrência no mercado externo.

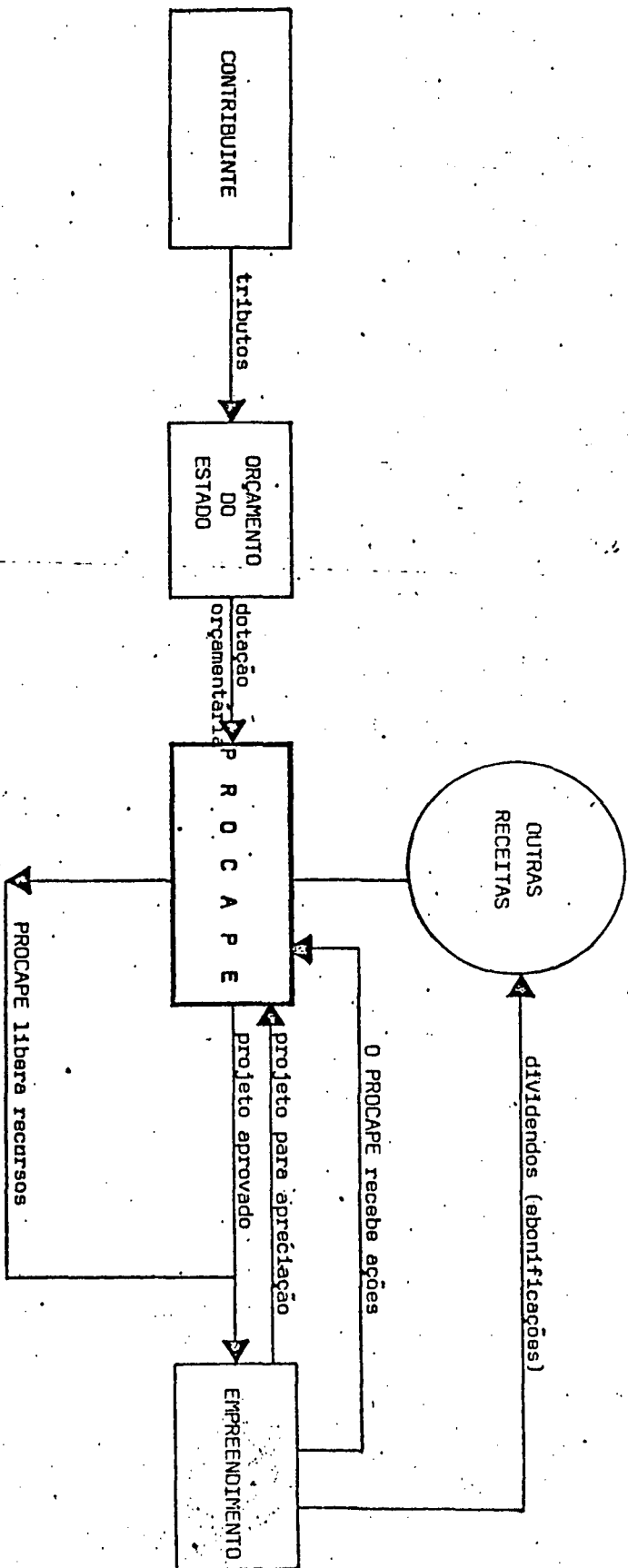
Comparando os dados das tabelas 3.2.2.2 e 3.2.2.3 com os da tabela 3.2.2.1, pode-se afirmar, primeiramente, que o setor dos produtos alimentares continuou com a maior participação percentual do total dos recursos. O desequilíbrio entre as indústrias tradicionais e as indústrias dinâmicas manteve-se praticamente inalterado. O setor têxtil, entretanto, perdeu em termos percentuais durante a atuação do PROCAPE.

As tabelas 3.2.2.4 e 3.2.2.5 mostram os recursos aplicados por região. Novamente destacam-se as regiões do médio-vale do Itajaí e o nordeste catarinense, além da grande Florianópolis. O meio-oeste catarinense, região dos maiores frigoríficos de Santa Catarina, manteve-se em terceiro lugar, considerando a soma dos percentuais relativos às tabelas 3.2.2.4 e 3.2.2.5.

Segundo relatório da Secretaria da Fazenda, explica-se o elevado percentual relativo à indústria dos produtos alimentares, pelo fato de ser uma indústria tradicional catarinense, além de promover a integração entre o campo e a cidade. Argumenta ainda o relatório que, apesar das zonas catarinenses mais industrializadas serem contempladas com a maior parcela dos recursos disponíveis do FUNDESC/PROCAPE,

FLUXOGRAMA 3.2.2.1

FLUXOGRAMA DO SISTEMA PROCAPE



In: Santa Catarina (1980)

Fonte: Diretoria de Operações do PROCAPE

TABELA 3.2.2.1

## RECURSOS ALOCADOS À ECONOMIA ESTADUAL PELO FUNDESC/PROCAPE

ANOS	FUNDESC/PROCAPE (milhões)	ICM (milhões)	PERCENTAGEM DO ICM
1970	26,5	333,9	7,9
1971	28,4	412,8	6,9
1972	55,1	574,7	9,6
1973	79,4	843,7	9,4
1974	169,1	1.215,9	13,9
1975	242,6	1.577,7	15,4
1976	204,8	2.256,7	9,1
1977	305,5	3.751,8	8,1
1978	423,2	5.939,1	7,1
TOTAL	1.534,6	16.906,3	9,1

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA (PROCAPE)

In: Santa Catarina (1980a)

estes órgãos estariam todavia atentos às questões regionais, dividindo da melhor forma possível os recursos.

Opinião diversa teve a bancada do PMDB na Assembléia Legislativa Estadual, chegando a requerer, em 1983, uma CPI para apurar denúncias sobre irregularidades existentes no FUNDESC/PROCAPE. O relator da CPI expressou-se a respeito, da seguinte forma: "Antes mesmo de iniciarmos os nossos trabalhos, a sociedade catarinense já revelava sintomas alarmantes. As coisas não acontecem por acaso. O que se passava dentro do PROCAPE estava nas ruas, na boca de todos. O que impunha era uma apuração rigorosa, precisa, isto não só no interesse da salvaguarda de um valioso patrimônio dos catarinenses, como da própria imagem da administração pública." (Relatório CPI, 1984: fl.2).

As conclusões mais importantes desta CPI publicadas no mesmo relatório são:

"Delibera e faz constar

Que, as avaliações dos critérios de concessão de participação com incentivos fiscais ou acionária, já ficou claro que essas deixaram muito a desejar, tanto no que respeita à seletividade dos tomadores, quanto às cautelas necessárias para garantir o resgate ou a rentabilidade do capital investido;

Que um reduzido grupo de privilegiados, evidencia-se de forma dirigida o favorecimento, em detrimento de uma legião de pretendentes, geralmente mais zelosos e pontuais no honrar seus compromissos;

(...)

Que os valores investidos na Santinvest S.A., até aqui não justificaram o empreendimento, não atingiu os objetivos do PROCAPE, os recursos estão há quatro anos no mercado financeiro, desvirtuando

TABELA 3.2.2.2

PROCAPE  
LIBERAÇÕES DE RECURSOS POR GÊNERO DE ATIVIDADE

Em mil cruzeiros

GÊNERO DE ATIVIDADE	1975	1976	1977	1978	TOTAL	PARTICIPAÇÃO RELATIVA
<b>TRADICIONAIS</b>						
Madeira	-	13.720	105.956	189.091	308.767	60,8
Textil	-	5.550	47.040	28.752	81.342	16,0
Produtos Alimentares	-	-	6.500	20.465	26.965	5,3
Vestuário	-	8.170	44.416	118.114	170.700	33,6
Mobiliário	-	-	1.500	11.160	12.660	2,5
Editorial e Gráfica	-	-	6.500	8.100	14.600	2,9
	-	-	-	2.500	2.500	0,5
<b>DINÂMICAS</b>						
Minerais não Metálicos	4.766	5.857	78.522	92.847	181.992	35,8
Papel e Papelão	4.766	2.903	21.000	33.547	62.216	12,2
Metalmúrgica	-	-	7.200	3.750	10.950	2,2
Mecânica	-	154	11.322	26.800	38.276	7,5
Química	-	2.800	26.800	19.100	48.700	9,6
Material Plásticos	-	-	6.500	4.150	10.650	2,1
Material Elétr. e Comunicações	-	-	5.700	5.500	11.200	2,1
<b>DUTRAS</b>						
Serviços	-	-	7.636	9.725	17.361	3,4
Atividades Diversas	-	-	7.600	8.965	16.565	3,3
	-	-	36	760	796	0,1
<b>T O T A I S</b>	<b>4.766</b>	<b>19.577</b>	<b>192.114</b>	<b>291.663</b>	<b>508.120</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda (PROCAPE)

Im: Santa Catarina (1980a)

TABELA 3.2.2.3

P R O C A P E

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA APROVADA POR GÊNERO DE ATIVIDADE

Em mil cruzetiros

GÊNERO DE ATIVIDADE	1975	1976	1977	1978	TOTAL	PARTICIPAÇÃO RELATIVA
<b>TRADICIONAIS</b>	<u>7.000</u>	<u>65.980</u>	<u>110.088</u>	<u>382.390</u>	<u>565.458</u>	<u>63,7</u>
Madeira	-	27.200	31.840	58.150	117.190	13,2
Textil	-	2.000	20.100	14.365	36.465	4,1
Produtos Alimentares	7.000	30.280	55.648	229.215	322.143	36,3
Vestuário e Artefatos de Tecidos	-	-	2.500	49.160	51.660	5,8
Mobiliário	-	6.500	-	28.500	35.000	4,0
Editorial e Gráfica	-	-	-	3.000	3.000	0,3
<b>DINÂMICAS</b>	<u>4.766</u>	<u>30.336</u>	<u>122.528</u>	<u>140.525</u>	<u>298.155</u>	<u>33,6</u>
Minerais não Metálicos	4.766	2.904	47.465	65.845	120.980	13,6
Papel e Papelão	-	1.000	6.200	5.500	12.700	1,4
Metálgica	-	512	31.463	38.800	70.775	8,0
Mecânica	-	15.500	24.200	12.000	51.700	5,8
Materiais Plásticos	-	-	7.700	6.280	13.980	1,6
Material Eletr. Comunicações	-	3.920	5.500	-	9.420	1,1
Química	-	6.500	-	-	6.500	2,1
<b>OUTROS</b>	<u>-</u>	<u>8.600</u>	<u>7.132</u>	<u>8.600</u>	<u>24.332</u>	<u>2,7</u>
Atividades Diversas	-	-	4.760	3.200	7.960	D,9
Serviços	-	8.600	2.372	5.400	16.372	1,8
<b>T O T A I S</b>	<u>11.766</u>	<u>104.916</u>	<u>239.748</u>	<u>531.515</u>	<u>887.945</u>	<u>100,0</u>

Fonte: Secretaria da Fazenda (Relatórios PROCAPE)

In: Santa Catarina (1980a)



TABELA 3.2.2.4

PROCAPE  
PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA APROVADA POR MICROREGIÃO

Em mil cruzêtos

MICRO - REGIÕES	ASSOCIAÇÃO	ATÉ 1975	1976	1977	1978	TOTAL	PARTICIPAÇÃO RELATIVA
GRANDE FLORIANÓPOLIS		-	10.500	9.872	78.388	98.760	11,1
FOZ DO RIO ITAJAI		-	21.680	7.200	38.078	66.958	7,6
MÉDIO VALE DO ITAJAI		4.766	16.424	39.493	29.000	89.683	10,1
ALTO VALE DO ITAJAI		3.000	13.500	12.060	12.500	41.060	4,6
NORDESTE DE SANTA CATARINA		-	2.000	26.800	165.410	194.210	21,9
PLANALTO NORTE		-	6.000	13.800	18.600	38.400	4,3
ALTO RIO DO PEIXE		-	10.000	22.500	23.900	56.400	6,4
MEIO OESTE CATARINENSE		-	10.000	22.740	54.800	87.540	9,9
OESTE DE SANTA CATARINA		-	-	-	19.000	19.000	2,1
EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA		-	-	11.000	33.300	44.300	5,0
SERRANA		4.000	-	13.600	379	17.979	2,0
LAGUNA		-	7.312	26.418	38.900	72.630	8,2
SUL DE SANTA CATARINA		-	1.000	34.265	19.260	54.525	6,1
ALTO URUGUAI CATARINENSE		-	6.500	-	-	6.500	0,7
<b>T O T A I S</b>		<b>11.766</b>	<b>104.916</b>	<b>239.748</b>	<b>531.515</b>	<b>887.945</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda (Relatórios PROCAPE)

TABELA 3.2.2.5

PROCAPE  
LIBERAÇÕES DE RECURSOS POR MICRORREGIÕES

Em mil cruzeiros

MICRORREGIÕES	1975	1976	1977	1978	TOTAL	PARTICIPAÇÃO RELATIVA
GRANDE FLORIANÓPOLIS	-	1.000	14.286	34.423	49.709	9,8
NORDESTE	-	-	7.500	63.836	71.336	14,0
FOZ DO RIO ITAJAI	-	-	23.180	13.600	36.780	7,2
MÉDIO VALE DO ITAJAI	4.766	2.904	26.065	43.800	77.535	15,3
ALTO VALE DO ITAJAI	-	8.550	11.416	12.803	32.769	6,5
PLANALTO NORTE	-	-	14.300	13.552	27.852	5,5
ALTO RIO DO PEIXE	-	-	17.500	22.800	40.300	7,9
ALTO RIO URUGUAI	-	1.750	4.750	-	6.500	1,3
MEIO OESTE CATARINENSE	-	2.800	25.940	34.688	63.428	12,5
OESTE DE SANTA CATARINA	-	-	-	3.000	3.000	0,6
EXTREMO OESTE	-	-	-	11.000	11.000	2,2
SERRANA	-	2.420	15.220	379	18.019	3,5
LAGUNA	-	153	19.677	15.502	35.332	6,9
SUL DE SANTA CATARINA	-	-	12.280	22.280	34.560	6,8
<b>T O T A I S</b>	<b>4.766</b>	<b>19.577</b>	<b>192.114</b>	<b>291.663</b>	<b>508.120</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda (PROCAPE)

In: Santa Catarina (1980a)

completamente a missão de criar empregos e receitas tributárias ao estado, que tenha uma definição urgente ou que volte ao PROCAPE, e sejam destinados a novas empresas;

(...)

Que, dentre outras, considera haverem concorrido significativamente para o decréscimo do patrimônio da autarquia,

- a) afrouxamento dos critérios para definir operações;
- b) elevado índice de inadimplências;
- c) patrocínio de divulgação institucional;
- d) grandes valores investidos em projetos que não foram implantados." (Relatório CPI, 1984:20-21).

O acesso ao material utilizado pela CPI foi limitado, mas, apesar disso, algumas contradições foram observadas conforme segue.

O PROCAPE elaborou e enviou duas relações de empresas que obtiveram participação acionária do fundo. Na primeira (Anexo 3) não consta nenhuma empresa do grupo Perdigão nem da Seara Brascarne Agropecuária S.A.. Na segunda relação (Anexo 4) constam, além da Seara Brascarne, três empresas do grupo Perdigão.

Nos projetos aprovados (Anexo 5) do setor financeiro do PROCAPE, de 1977 (quando as operações de participação acionária tomaram vulto - vide Anexo 6) até 1980, consta a aprovação concernente à empresa Seara Brascarne, mas nenhuma aprovação de projeto referente às empresas do grupo Perdigão. Isto poderia ter ocorrido após 1980, mas no Anexo 3 não consta nenhuma resolução neste sentido.

O deputado que gentilmente forneceu o material da CPI fez anotações manuscritas sobre este fato, mas no relatório final não houve menção desta contradição. Outras possíveis incoerências relacionadas

com empresas de outros ramos industriais não foram aqui analisadas, pois fugiriam do objetivo do presente trabalho.

No material fornecido não há igualmente nenhuma indicação das empresas beneficiadas pelo item 5 do Anexo 6. Obteve-se ainda informações sobre a destinação das verbas de incentivos fiscais (Anexo 7). Fica evidente que todas as grandes agroindústrias beneficiaram-se deste incentivo, enquanto no ramo têxtil foi localizada apenas uma grande empresa, a Fiação Renaux.

Estes dados acima apresentados não correspondem integralmente às informações fornecidas pelo ex-superintendente do PROCAPE, quando afirmava em entrevista, que todas as grandes empresas catarinenses utilizaram os serviços do PROCAPE. Na própria Secretaria da Fazenda foram efetuadas declarações contraditórias. Altos funcionários desta secretaria afirmaram que a CPI constatou apenas o óbvio, sem se aprofundar realmente na atuação do PROCAPE.

Fica em aberto o interesse do desenvolvimento de uma pesquisa mais detalhada e aprofundada envolvendo especificamente o FUNDESC/PROCAPE, restando ao presente trabalho somente os questionamentos ora levantados.

Evidenciou-se no material aqui apresentado, que o ramo industrial da produção alimentar, nele incluídas as empresas agroindustriais, obteve a maior parte do recursos destes fundos, enquanto as grandes empresas do setor têxtil tiveram, aparentemente, uma participação mais reduzida nos mesmos.

Dentro das preocupações teóricas de caracterização dos empresários da agroindústria como um grupo estratégico, foram encontrados mais argumentos para o fortalecimento desta hipótese. Este grupo conseguiu, ao longo de 10 anos, manter um privilegiamento em termos

econômicos face o poder estadual. Durante todo este período, este setor manteve-se na liderança quanto à concessão de recursos, sendo superado apenas uma vez (1977) pelo setor madeireiro. Isto justifica a suposição de influência direta ou indireta nos canais de decisão do governo estadual.

Relativamente ao setor industrial têxtil, a análise é mais complexa, e, de acordo com os dados fornecidos, aparecem poucas empresas de grande porte, não significando, entretanto, ausência de sua participação, tanto no FUNDESC como no PROCAPE. Como já mencionado anteriormente, foi impossibilitada a obtenção total de dados concernentes aos recursos alocados por estes dois órgãos estaduais.

Considerando a parcela de recursos do FUNDESC oriunda de dotações orçamentárias e repassada ao setor privado em forma de subsídios, constatou-se que houve benefício para as grandes empresas têxteis como a Artex, Hering, Cremer e Teka, entre outras. Isso tornou-se evidente pela leitura de microfilmes existentes na Secretaria da Fazenda. Dados agregados não foram localizados, e o péssimo estado de conservação do material impediu a tentativa de fornecer uma visão mais adequada sobre as empresas beneficiadas pelos subsídios ou incentivos fiscais, e sua importância econômica para estas empresas.

Uma insuficiência de dados poderia induzir a conclusões falsas e precipitadas, se considerado apenas o material anteriormente levantado. Entretanto, observam-se regularidades de comportamento nas instituições examinadas e fatos a elas relacionados, que vem ao encontro da hipótese originalmente apresentada.

O médio-vale do Itajaí e o nordeste de Santa Catarina constituíram-se nas regiões mais beneficiadas pelos recursos do FUNDESC/PROCAPE. Estas regiões são as mais industrializadas do estado, sendo

identificados muitos paralelos no seu desenvolvimento. São regiões de forte influência germânica, e os históricos de vida de muitos empresários destas regiões são muito semelhantes. Antigos laços culturais mantiveram-se até hoje, como o idioma, a prática religiosa, costumes, etc..

Isso conduziu à reformulação da hipótese originalmente levantada em relação aos empresários da indústria têxtil, no sentido de formarem um grupo estratégico específico. A partir dos resultados desta pesquisa (vide capítulo sobre a FIESC adiante), e através das entrevistas realizadas, formou-se a noção de que os empresários deste ramo industrial fazem parte de um grupo estratégico maior, formado desde a década de '40, quando as empresas das duas microrregiões acima mencionadas começaram a conquistar o mercado nacional. Apesar de sua crescente importância econômica, tiveram uma participação política direta relativamente menor no período estudado.

Um passo importante para a criação de uma entidade capaz de constituir-se num interlocutor frente ao poder estadual, foi a fundação da FIESC, onde os empresários do Vale do Itajaí mostraram-se bastante ativos, adicionalmente aos canais informais já existentes.

Na parte teórica fez-se referência à conceituação de grupos estratégicos elaborada por Evers & Schiel. Os empresários da região de Joinville e Blumenau uniram-se tanto pelo interesse comum de aumento de suas chances de apropriação, como também por sua identidade cultural e étnica, enfrentando os detentores do poder estadual, propondo uma modernização do estado, promovendo uma forte industrialização e reivindicando o apoio estatal.

A FIESC realizou, no final da década de '50, um seminário para a discussão dos novos rumos da política estadual, convidando tanto os

empresários como os políticos e intelectuais catarinenses. O resultado concreto destas discussões foi o esboço de um Primeiro Plano Plurianual de Desenvolvimento, que se transformou no PLAMEG I, plano de governo de Celso Ramos (1961-1966), co-fundador e ex-presidente da FIESC.

Segundo Evers & Schiel, grupos estratégicos são constituídos da mesma classe social e unem-se em vários momentos quando se trata de conquista de demandas e interesses comuns.

A criação da Santinvest, empresa gerada para realizar a implantação da Sidersul - Indústria Siderúrgica de Santa Catarina, utilizando insumos disponíveis no próprio território estadual - constituiu-se num destes momentos de união empresarial, significando, ao mesmo tempo, o investimento mais polêmico do PROCAPE.

No material fornecido pela CPI consta o histórico da constituição do Santinvest, prevendo que "...as empresas privadas assumiriam, em ações ordinárias com direito a voto, o equivalente a um terço do capital programado, cabendo ao Estado, através do PROCAPE, por decisão governamental, a subscrição dos dois terços restantes, em ações preferenciais sem direito a voto (...)" (Relatório CPI, 1984:4).

As principais empresas do estado fizeram-se presentes na assembleia de constituição do Santinvest. Cita-se apenas alguns representantes das empresas vinculadas aos ramos têxtil e agroindustrial: Romano A. Fontana (Sadia Concórdia S/A; Sadia Avícola S/A; Transbrasil S/A); Júlio H. Zadrozny (Artex S/A); Ivo Hering (Ceval Agro-Industrial S/A); Hans Prayon (Ind. Tex. Cia. Hering), Saul Brandalise (Perdigão S/A); Siegfried Liesemberg (Teka S/A), Heinz Schrader (Cremer S/A), Carlos Cid Renaux (Schloesser S/A; Renaux S/A).

A Sidersul nunca saiu do papel, e, devido ao vulto de seus investimentos, converteu-se numa das iniciativas do PROCAPE mais criticadas pela opinião pública catarinense.

Sem pretender analisar com mais profundidade a atuação do Santinvest e as eventuais atuações ilícitas do PROCAPE (vide conclusões da CPI anteriormente referidas), servem estes aspectos aqui para reforçar a demonstração de que grupos estratégicos atuantes dentro de um determinado espaço político e geográfico, coligam-se quando existe um interesse comum para seu fortalecimento enquanto classe.



## Capítulo 4 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA F I E S C

A federação das indústrias do estado de Santa Catarina (FIESC), órgão de representação sindical do empresariado, foi fundada em 1950. O seu quadro de associados ampliou-se ano após ano, contando em 1986 com 53 associados. O órgão máximo desta instituição é a assembléia dos representantes dos sindicatos filiados, que elegem a diretoria executiva e os seus suplentes, o conselho fiscal, bem como os delegados da Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

Apesar da hipótese defendida por Boschi e Dreifuss, de que durante a ditadura militar muitos órgãos oficiais de representação perderam seu papel tradicional dentro da sociedade, uma breve análise do sistema FIESC, e, em especial o comportamento do ramo industrial têxtil e de alimentos, torna-se imprescindível, para tentar entender a organização da classe empresarial catarinense. Estes autores afirmam que, com a proibição da formação de sindicatos livres da tutela estatal, tornou-se mais importante o acesso direto à tecnoburocracia indicada pelos militares, do que as suas instituições de representação.

Para fins de análise, elaborou-se uma lista e tabelas envolvendo todos os empresários participantes dos órgãos decisórios do sistema FIESC (FIESC/SESI/SENAI), onde estão explicitados tanto o ramo industrial a que pertencem como a localização das suas empresas (Tabelas 4.1 e 4.3).

Nos dados da tabela 4.1, onde estão contemplados tanto a diretoria-executiva e seus suplentes, como o conselho fiscal e delegados do CNI, e ainda as diretorias do SESI e SENAI, evidencia-se, primei-

ramente, que apenas dois setores industriais mantiveram uma representação constante em todo o sistema FIESC: a indústria têxtil e a indústria madeireira, os dois setores industriais mais tradicionais neste estado. Na tabela 4.1 ainda é possível observar que a participação da indústria têxtil na direção da FIESC diminuiu consideravelmente em 1971, enquanto a participação deste mesmo ramo industrial manteve-se mais estável na direção do SENAI e SESI.

O setor industrial de alimentos não manteve nenhuma representação no SESI e SENAI, no período analisado.

A tabela 4.2, a qual não considera todo o sistema FIESC, mas apenas a diretoria-executiva da FIESC e os delegados do CNI, revela uma outra situação. Observa-se que o setor têxtil tem uma representação bem modesta (ausência durante o período de 1974 a 1980), e apenas os setores de alimentos e metal-mecânico mantiveram uma representação contínua durante todo o período estudado (1970-1985).

As tabelas 4.3 e 4.4, referentes às origens regionais dos empresários, revela, à primeira vista, que a cada gestão aumentou a diversidade das regiões representadas na diretoria do sistema FIESC. É importante destacar que a região melhor representada é o Vale do Itajaí, seguida da região de Joinville e da grande Florianópolis. Deve-se ressaltar a situação específica desta última região, para não se incorrer em análises errôneas. A grande maioria dos sindicatos filiados na FIESC é de âmbito municipal, entretanto, Florianópolis abriga vários sindicatos estaduais por ser a capital do estado, ou seja, os dados relativos à região de Florianópolis não expressam, necessariamente, a real representação desta região na direção do sistema FIESC.

**TABELA 4.1 - DIRETORIA EXECUTIVA DA FIESC (INCLUINDO SUPLENTES, CONSELHO FISCAL E DELEGADOS E SUPLENTES DO CNI), DO SESI E SENAI POR RAMO INDUSTRIAL (EM %)**

RAMO	1969-1971			1971-1974			1974-1977			1977-1980			1980-1983		
	FIESC	SESI	SENAI	FIESC	SESI	SENAI	FIESC	SESI	SENAI	FIESC	SESI	SENAI	FIESC	SESI	SENAI
Textil	42,9	30,0	36,4	18,6	20,0	27,2	12,0	10,0	36,4	12,0	20,0	36,4	11,5	30,0	28,2
Metal	13,8	-	-	18,8	10,0	9,1	24,0	10,0	18,2	28,0	10,0	9,0	23,1	10,0	18,2
Alimentos	23,8	-	-	29,3	-	-	28,0	-	-	20,0	-	-	26,9	-	-
Constr. Civil	9,5	10,0	9,1	11,8	10,0	9,1	8,0	-	9,0	12,0	10,0	9,0	3,8	10,0	9,1
Madeira	9,5	30,0	18,2	23,4	30,0	18,1	20,0	40,0	9,0	12,0	40,0	9,0	11,5	30,0	9,1
Plastico	-	-	-	-	-	-	4,0	-	-	4,0	-	-	7,7	-	-
Pesca	-	10,0	-	-	10,0	-	4,0	10,0	-	-	-	-	3,8	-	-
Ceramica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,0	-	-	3,8	-	-
Vidros/Cristais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,0	-	-	3,8	-	-
Repres. Governam.	-	20,5	36,4	-	20,0	36,3	-	20,0	27,3	-	20,0	36,4	-	20,0	36,4

Torna-se evidente que a diversificação das regiões representadas foi mais acentuada na diretoria-executiva da FIESC do que nos órgãos executivos do SESI e do SENAI. As três regiões acima mencionadas quase que monopolizaram os órgãos de direção do SESI e SENAI, destacando-se ainda, a região do Vale do Itajaí, em relação à direção do SENAI.

A diversificação provavelmente deve-se ao extraordinário crescimento da indústria catarinense ocorrido na década de '70 em várias regiões do estado, juntamente com o crescimento da própria federação. Esta diversificação industrial pode ser considerada como uma das razões da constante diminuição do setor têxtil na cúpula da FIESC, mas ela por si só não explica este comportamento.

Um outro fator é intrínseco ao próprio desenvolvimento deste ramo industrial. As indústrias têxteis mais importantes, como a Cia. Hering, Artex S.A., Renaux S.A., e a Cia. Cremer, aumentaram e modernizaram sua produção ao longo da década '60, e, sobretudo, na década de '70 (Vieira Filho, 1985). Com o crescimento deste ramo industrial, o qual já havia consolidado sua posição no mercado nacional, e se lançado ao mercado internacional, modificaram-se também as suas preocupações sindicais e políticas, ultrapassando o nível meramente estadual. Na década de '80, N. Zadrozny assumiu a presidência da Associação dos Exportadores do Brasil, com sede em São Paulo.

Isto certamente constitui um ponto explicativo para a baixa representação dos industriais têxteis na direção executiva da federação, apesar deles constituírem um dos ramos industriais mais importantes na economia catarinense.

Um outro aspecto explicativo torna-se evidente, quando a natureza das principais demandas empresariais é considerada. Elas permeiam

TABELA 4.2. - 1) DIRETORIA EXECUTIVA DA FIESC POR RAMO INDUSTRIAL  
2) DIRETORIA EXECUTIVA DA FIESC E DELEGADOS DO CNI POR RAMO INDUSTRIAL

RAMO	1969 - 1971		1971 - 1974		1974 - 1977		1977 - 1980		1980 - 1983		1983 - 1986	
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Textil	1(25)	2(25,0)	-	1(14,3)	-	-	-	-	2(20)	2(16,7)	-	-
Metal	1(25)	2(25,0)	1(20)	1(14,3)	2(20)	3(25,0)	3(30)	4(33,3)	2(20)	3(25,0)	4(40)	5(41,5)
Alimentos	2(50)	3(37,5)	1(20)	1(14,3)	3(30)	3(25,0)	3(30)	3(25,0)	2(20)	2(16,7)	3(30)	3(25,0)
Constr. Civil	-	-	-	-	1(10)	1(8,3)	-	-	-	-	1(10)	1(8,3)
Madeira	-	1(12,5)	2(40)	3(42,8)	2(20)	3(25,0)	2(20)	3(25,0)	1(10)	2(16,7)	2(20)	3(25,0)
Plastico	-	-	-	-	1(10)	1(8,3)	1(10)	1(8,3)	1(10)	1(8,3)	-	-
Pesca	-	-	1(20)	1(14,3)	1(10)	1(8,3)	-	-	1(10)	1(8,3)	-	-
Ceramica	-	-	-	-	-	-	1(10)	1(8,3)	1(10)	1(8,3)	-	-
Uldros/Cristais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1 = Diretoria Executiva FIESC.  
2 = Diretoria Executiva FIESC + Delegados CNI.  
Numero entre parenteses ( ) representa porcentagem.

TABELA 4.3 - DIRETORIA EXECUTIVA DA FIESC (INCLUINDO SUPLENTES, CONSELHO FISCAL E DELEGADOS E SUPLENTES DO CNI), DO SESI E SENAI POR MICRORREGIAO (EM %)

POR REGIAO	1969-1971			1971-1974			1974-1977			1977-1980			1980-1983		
	FIESC	SESI	SENAI	FIESC	SESI	SENAI	FIESC	SESI	SENAI	FIESC	SESI	SENAI	FIESC	SESI	SENAI
Vale do Itajai	52,3	30,0	36,4	41,2	30,0	27,3	24,0	20,0	36,4	20,8	30,0	36,4	19,2	40,0	36,4
Grande Fpolis	4,8	30,0	18,2	35,3	30,0	18,2	28,0	30,0	9,1	12,5	20,0	9,1	19,2	10,0	9,1
Joinville	13,8	20,0	9,1	-	20,0	9,1	24,0	20,0	18,1	29,2	20,0	9,1	19,2	20,0	9,1
Rio do Peixe	9,5	-	-	18,6	-	-	12,0	-	-	8,2	-	-	7,7	-	-
Pl. Canoinhas	9,5	-	-	-	-	9,1	4,0	-	9,1	8,2	-	9,1	7,7	-	-
Pl. Lages	9,5	-	-	5,8	-	-	4,0	10,0	-	4,2	10,0	-	3,8	10,0	-
Oeste	-	-	-	-	-	-	4,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Carbonifera	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,2	-	-	7,7	-	-
Itajai/Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,2	-	-	3,8	-	-
Alto Itajai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,2	-	-	11,5	-	9,1
Repres. Governam.	-	20,0	36,4	-	20,0	36,4	-	20,0	27,3	-	20,0	36,4	-	20,0	36,4

**TABELA 4.4 - DIRETORIA EXECUTIVA DA FIESC POR MICRORREGIAO (EM NUMEROS ABSOLUTOS)**

POR REGIAO	69-71	71-74	74-77	77-80	80-83	83-86
Vale do Itajai	3	1	1	1	1	1
Joinville	-	-	2	2	1	1
Grande Fpolis	1	2	2	2	3	3
Meio-Oeste	-	1	2	2	1	1
Lages	-	1	1	1	-	1
Pl. Canoinhas	1	-	-	-	-	-
Sul	-	-	-	1	1	1
Sao Bento do Sul	-	-	1	-	1	-
Jaragua do Sul	-	-	1	1	1	1
Rio do Sul	-	-	-	-	1	1

os meios de comunicação, os pronunciamentos do presidente da FIESC, e transparece, ainda, no Boletim da FIESC e nas entrevistas realizadas com integrantes desta instituição.

Destacam-se aqui algumas das mais importantes reivindicações empresariais apresentadas: no boletim da FIESC (Ano II, nº 18: p.36), o grupo empresarial Sadia colocou como ponto crucial de sua expansão, o melhoramento da malha rodoviária de Santa Catarina; B. Werner, presidente da FIESC de 1971 a 1986, ressaltou sobremaneira a gravidade do problema de transporte nos seus pronunciamentos (Werner, vol. I, discurso, p. 10), referindo-se a "ilhas econômicas". Segue afirmando que a integração estadual supõe a construção da BR-282, ligando o oeste com o leste catarinense, bem como a conclusão da BR-101, no litoral. Enfatiza ainda (Werner, vol. I, discurso, p.37) que o melhoramento da malha rodoviária não é suficiente para baratear o transporte, devendo ser também aumentadas as redes marítima e ferroviária.

Em termos de política de crédito, outro ponto de estrangulamento econômico segundo os empresários, o Boletim da FIESC propõe, em 1970 (Boletim FIESC ano II, nº 15:10), um fundo de modernização e reorganização industrial vinculado ao BNDE. Werner foi mais enfático (Werner, vol. I, discurso, p. 89), ao afirmar que, em Santa Catarina, o sistema de crédito é precário, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Segundo o mesmo empresário, o desenvolvimento de Santa Catarina depende de crédito fácil e abundante, pois isto possibilita a expansão e modernização do parque industrial (Werner vol. I, discurso, p. 56).

Junto com uma política de crédito mais flexível, reivindicou-se ainda mudanças na tributação. Propõe-se um prazo maior para o reco-



lhimento do ICM no sentido de desafogar financeiramente as empresas, através de épocas diferenciadas na cobrança do ICM e IPI (Boletim FIESC, ano II, nº 16:9).

Em termos de energia, a FIESC realizou a seguinte análise: a) insuficiência administrativa; b) obsolescência de equipamentos; c) falta de mão-de-obra especializada; d) falta de recursos; e) falta de informação (Boletim FIESC, ano II, nº 15:10). Durante todo o período estudado, os empresários queixaram-se das tarifas demasiadamente elevadas, o que, ao seu ver, restringia seu desenvolvimento.

As telecomunicações foram vistas como insuficientes, e, por isto, fator igualmente limitante ao crescimento econômico; todavia, o programa da Telesc em aumentar a rede de telecomunicações foi avaliado como realista e compatível (Werner, vol. I, discurso, p. 9).

Por último, menciona-se ainda um pronunciamento de Werner (Werner vol. I, p. 45), onde demandou ao governo estadual, institucionalizar mecanismos capazes de dinamizar e facilitar a ação privada, para possibilitar uma crescente representação de Santa Catarina em relação à economia nacional. O poder público estadual ainda foi chamado para realizar investimentos públicos, permitindo, assim, saltar etapas de desenvolvimento e possibilitar um crescimento econômico maior que a média nacional.

Sintetizando, constata-se que as demandas empresariais mais importantes frente ao governo estadual, são as seguintes: melhoramento dos meios de transporte, aumento da produção energética e, sobretudo, o barateamento da energia fornecida, aumento das linhas de crédito e facilidades tributárias, e, finalmente, melhoramentos dos meios de comunicação.

Algumas destas demandas acima podem ser relacionadas com questões emergenciais de determinadas regiões. Não há em Santa Catarina apenas um polo industrial, mas vários centros de pequeno e médio porte. Os mais importantes são:

a) a região serrana (Lages): indústria madeireira, agropecuária, e agroindústria de frutas clima temperado, esta última a partir de década de '70;

b) o Vale do Itajaí (Blumenau/Brusque): indústria têxtil, indústria metal-mecânica, e agroindústria a partir da década de '70;

c) o nordeste do estado (Joinville): indústria dinâmica (metal-mecânica e plásticos) e indústria têxtil;

d) o oeste catarinense (abrange as microrregiões do Vale do Rio do Peixe - Concórdia, Videira e Joaçaba; o oeste - Chapecó; e o extremo-oeste catarinense - São Miguel do Oeste): agroindústria de suínos e aves a partir da década de '60; ração animal e produtos de soja, a partir da década de '70;

e) a grande Florianópolis: polo administrativo; indústria cerâmica, indústria têxtil de pequeno porte e outras de diferentes gêneros de pequeno e médio porte;

f) a região sul (Criciúma): indústria de carvão, indústria de minerais não-metálicos a partir da década de '70; agroindústria de suínos e aves a partir da década de '70.

Voltando à questão anteriormente colocada acerca da baixa representatividade da indústria têxtil na diretoria executiva da sua federação, pode-se afirmar que a natureza das principais demandas frente ao poder público estadual são, ou comuns a todos empresários (crédito) ou referem-se a aspectos regionais (vias de transporte e

telecomunicações).

A tabela 4.4 revela que o Vale do Itajaí, local das maiores empresas do ramo têxtil, possui uma representação constante na diretoria da FIESC. Neste caso específico, o empresário a representar esta região, foi o próprio presidente da entidade, B. Werner, dispensando provavelmente desta forma, uma participação adicional do setor têxtil na mesma.

Como já fora mencionado, a grande Florianópolis igualmente mantém uma constante representatividade nesta instituição. Mas deve-se ressaltar que, delegados como Milton Fett, são representantes de sindicatos estaduais e não municipais, com sede em Florianópolis. Apenas o sindicato de panificação e confeitaria (participou duas vezes na diretoria da FIESC) caracterizou-se como um sindicato municipal representante da grande Florianópolis.

As microrregiões do Vale do Rio do Peixe e do oeste do estado estiveram representadas, de 1971 a 1986, por Saul Brandalise, diretor e co-proprietário da Perdigão.

O nordeste do estado manteve uma representação contínua apenas a partir de 1974, apesar de ser o maior polo industrial de Santa Catarina.

Em Lages destaca-se o trabalho sindical de C. M. Bampi, ligado ao setor madeireiro, enquanto no sul a representação ficou por conta do sindicato das indústrias de cerâmica para construção e olarias, de Criciúma.

A partir destas constatações, é possível verificar que a diretoria da FIESC foi provavelmente composta com a preocupação de escolher representantes dos diversos polos industriais catarinenses que apresentaram acentuado crescimento durante a década de '70.

Isto significa, para fins da presente análise, que é importante levar em consideração não apenas o ramo industrial dos sindicalistas ativos na FIESC, mas também as suas origens em termos regionais.

Um outro ponto importante que se verifica na tabela 4.1, incide sobre o setor têxtil, único ramo industrial com participação constante e expressiva tanto no SESI como no SENAI, instituições mantidas pelo empresariado. Constata-se entre seus diretores a presença de empresários conhecidos nacionalmente, como, por exemplo, Carlos Cid Renaux, Ingo Hering, e Júlio Zadrozny, entre outros (ver Anexo 8). É lícito questionar a razão de empresários desta importância fazer parte, muitas vezes durante vários anos consecutivos, destas instâncias.

A indústria têxtil é intensiva de mão-de-obra, representando uma das maiores empregadoras de Santa Catarina. O SESI mantém um complexo de supermercados, farmácias, salões de beleza, e programas especiais de assistencialismo (principalmente na área de saúde), creches e cursos como o de costura, trabalhos manuais, etc.. Estes cursos são voltados especialmente para as esposas e dependentes dos trabalhadores, com o objetivo explícito de sua contribuição na renda familiar, através do ingresso no mercado informal. Tanto os supermercados e demais estabelecimentos, como estes cursos, ajudam, de forma implícita e indireta, no barateamento da mão-de-obra industrial.

O Senai, por outro lado, forma e recicla constantemente a mão-de-obra, adaptando-a às novas tecnologias, e adequando seus cursos à realidade da própria empresa. Um dos mais modernos centros de treinamento e formação profissional do ramo têxtil do Brasil encontra-se no Vale do Itajaí. Até meados da década de '60, as ações do SESI

e SENAI restringiram-se às regiões do Vale e do nordeste do estado. Nos anos '70 estes dois órgãos começaram um processo de maior interiorização, mas ainda concentrando a maior força nas regiões anteriormente mencionadas, segundo funcionários da FIESC/SESI/SENAI. Os benefícios intrínsecos que trazem estas duas instituições explicaria o interesse dos empresários em ocupar suas direções.

No setor industrial de alimentos, destacando-se aqui apenas o comportamento das agroindústrias localizadas basicamente no Vale do Rio do Peixe e oeste catarinense, a análise subsequente é bem distinta.

As tabelas 4.1 e 4.2 mostram uma constante participação deste setor industrial na diretoria executiva da FIESC. O anexo B mostra, além disto, que a representação da agroindústria baseia-se, fundamentalmente, no trabalho sindical efetuado por Saul Brandalise, um dos diretores e proprietário do grupo Perdigão. O mesmo empresário fez parte da diretoria da FIESC de 1971 a 1986. Constata-se na tabela 4.1, que estas empresas não exibiram nenhum representante, tanto no SESI como no SENAI, durante todo o período pesquisado. Algumas considerações podem ser tecidas relativamente a este fato.

A agroindústria não depende, da mesma forma que a indústria têxtil, de mão-de-obra especializada na fase de industrialização de seus produtos. Muitos setores, como por exemplo, a produção de óleo de soja, é intensiva de capital, empregando relativamente poucos operários. Os seus fornecedores de matéria-prima são pequenos e médios agricultores que trabalham em regime de integração. No início da década de '60, quando a agroindústria começou a trabalhar com agricultores integrados, ela contou com o apoio da ACARESC - órgão estadual

ligado à Secretaria da Agricultura, cujos técnicos orientaram e reeducaram os agricultores na utilização de novas tecnologias, no manejo do solo, na suinocultura e avicultura industriais, etc.. Em outras palavras, o Estado assumiu o papel de formação de mão-de-obra especializada para estas indústrias em expansão. Hoje as grandes empresas assumiram a assistência técnica dos seus integrados.

Em relação ao barateamento da mão-de-obra, a agroindústria encontrou outras formas de sua viabilização, devido à natureza de sua produção. A título ilustrativo, o integrado não é recompensado na forma de salário, mas pela produção entregue à empresa. O preço final de seus produtos estabelece a renda familiar, sendo o mesmo fixado pela indústria integradora. Apenas recentemente estes agricultores organizaram-se num sindicato específico no oeste catarinense.

Segundo os cálculos apresentados por Sorj et al. (1982:38-39), o agricultor integrado sobrevive no campo, pois utiliza para o trabalho agrícola, todos os membros da família, inclusive menores. Sorj et al. (1982:38) afirma que uma das exigências das empresas integradoras na hora do contrato, consiste na disponibilidade da família para a realização do trabalho rural. Além disto, não é raro de encontrar pequenas hortas domésticas nestas propriedades, facilitando a manutenção da família. Isto, sem dúvida, representou uma forma sui generis de barateamento da mão-de-obra correspondente.

é importante mencionar que o crescimento extraordinário da agroindústria de Santa Catarina veio acompanhado do desenvolvimento de núcleos urbanos no interior, como Videira, Concórdia, Joaçaba e Chapecó, entre outros. O SESI atende hoje os trabalhadores urbanos e o SENAI planeja a construção de centros de treinamento profissional para diversificar o parque industrial no Vale do Rio do Peixe e no

oeste catarinense. Segundo o diretor regional do SENAI, aposta-se hoje na qualificação da mão-de-obra no sentido atrair novas indústrias para estas regiões. Atualmente o SESI e o SENAI já fazem parte das instituições à disposição dos empresários e trabalhadores destas regiões.

Como fora exposto na Introdução Teórica, uma das preocupações principais deste trabalho, consiste primeiramente em verificar se a classe empresarial catarinense age de uma forma uniforme, ou se existem grupos empresariais com estratégias diferenciadas para a ampliação de suas chances de apropriação. Em segundo lugar, afirmou-se que os aparelhos de Estado são um espaço importante nesta tentativa de apropriação.

Antes de levantar algumas hipóteses em relação aos empresários do ramo têxtil e de produtos alimentares, pretende-se primeiro esclarecer como a FIESC - sendo órgão institucional máximo de representação empresarial - entende sua relação com o Estado.

As entrevistas realizadas com altos funcionários desta instituição, foram pouco elucidativas, pois, além de um julgamento superficial como "bom", para aquela relação, ninguém demonstrou interesse em se aprofundar ou prolongar sobre esta questão.

Destarte, recorre-se novamente aos pronunciamentos de seu presidente e aos jornais locais. Citar-se-ão alguns trechos de pronunciamentos de Werner, realizados em diferentes ocasiões:

"A retomada do desenvolvimento brasileiro tem sido caracterizada pela crescente importância da união governo-empresa." (Werner, liv. I, 1972, s.p.). O presidente da FIESC ainda acrescentou que, em Santa Catarina, esta união já está consolidada. Num outro pronuncia-

mento este empresário expressa-se de forma mais enfática: "O comportamento registrado na projeção industrial em geral, e em Santa Catarina em particular...evidencia-se que o binômio Estado-empresa aqui não é apenas um imperativo urgente e inadiável, mas uma esplêndida realidade...." (Werner, 1974: s.p.).

Por último, mais um curto excerto de um discurso proferido em 1978: "O governo é dado indispensável também nas equações econômicas...Parto aqui do pressuposto de que governo e empresa tem objetivos que se confundem e não se antagonizam." (Werner, 1978a: s.p.).

Esta relação entre Estado e empresa privada em Santa Catarina, expressa nestes curtos trechos, foi confirmada também por Alcides Abreu, diretor regional do SENAI, participante de vários governos estaduais, seja na função de conselheiro ou ocupando cargos como a Secretaria de Planejamento, no início dos anos '70. Segundo o mesmo, não houve apenas um bom relacionamento e um diálogo aberto entre Estado e empresas privadas, mas, como o presidente da FIESC expôs acima, os objetivos do Estado e do setor privado confundiam-se num só.

Além destes argumentos mais restritos ao âmbito estadual, deve-se mencionar a presença, a partir da década '80, de empresários catarinenses vinculados aos ramos têxtil e agroindustrial, em órgãos de representação nacional. Alguns exemplos servem para ilustrar rapidamente este aspecto: durante a década de '80, Norberto Zadrozny da Artex S/A, assumiu a presidência da Associação dos Exportadores do Brasil; Luiz Fernando Furlan, vice-presidente da Sadia S/A, assumiu em 1991, a direção da Associação Brasileira de Companhias Abertas; e Flávio Brandalise foi eleito também recentemente (1991), presidente da União Brasileira de Avicultura.



Voltando à questão teórica anteriormente planteada, de que os empresários atuam de forma uniforme, ou da existência de diversos grupos com anseios e estratégias diferentes, considera-se importante o seu comportamento em relação à ocupação de espaços políticos abertos ou a criação de novos espaços.

Expôs-se acima a atitude do empresariado nos órgãos executivos do sistema FIESC, tendo sido constatada, primeiramente, a existência de ações diferenciadas. Apesar de uma suposta diminuição do papel dos sindicatos empresariais, segundo Boschi, a agroindústria avaliou como importante, a sua permanência constante na direção da FIESC.

O curto histórico deste ramo industrial na Introdução deste trabalho, mostra que o mesmo constituiu-se num ramo industrial novo, e que sofreu o maior surto de desenvolvimento durante a década de '70, tendo a década de '80, significando a sua consolidação definitiva (Vieira Filho, 1985) ao nível nacional e internacional.

Saul Brandalise foi eleito como membro da diretoria da FIESC em 1971, tendo abandonado a representação sindical em 1986; ele não foi substituído por outro empresário de mesma expressão, o mesmo ocorrendo nas eleições subsequentes.

A indústria têxtil, ao contrário, não via necessidade em manter-se na diretoria da FIESC, onde participou durante os anos '50 e '60, mas não deixou de ter representantes no SESI e SENAI.

Estes fatos vão ao encontro da seguinte hipótese: os empresários da agroindústria e da indústria têxtil não fazem parte do mesmo grupo estratégico, mesmo pertencendo à mesma classe social. Os primeiros tentaram, e com muito sucesso, ocupar e criar espaços políticos, para possibilitar o desenvolvimento das suas empresas. A FIESC re-

presenta uma insituição-chave na relação entre o Estado e a esfera privada. Pode-se mencionar, neste sentido, o PLAMEG I, primeiro plano plurianual de governo neste estado, fruto de um seminário realizado na FIESC no final de década de '50, e posto em prática por Celso Ramos, co-fundador e ex-presidente da FIESC, e governador catarinense entre 1961 e 1966. Resultou deste programa, a criação do Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), enquanto que o PLAMEG II, continuação do primeiro plano, ativou o FUNDESC, fundo de desenvolvimento com recursos oriundos do ICM. Tanto o PLAMEG I como o PLAMEG II, foram apoiados pelo empresariado, como destaca Martignago (1981,s.p.).

Os empresários da agroindústria avaliaram como importante a sua presença direta no órgão executivo de sua federação, para aumentar e consolidar a sua influência política.

A indústria têxtil, por outro lado, o ramo industrial mais antigo neste estado, possuía um espaço político bastante amplo, não apenas na própria FIESC, mas também nos aparelhos do Estado (7). As suas preocupações básicas durante a década de '70 voltaram-se para o SESI e o SENAI, com pouca participação na diretoria da FIESC propriamente dita.

Foi mencionado ao longo deste capítulo, a importância da questão regional. Muitas demandas empresariais estão ligadas não apenas a um ramo industrial específico, mas à região como um todo.

O Vale do Itajaí manteve uma representação constante, durante o período entre 1970 e 1985, e a questão colocada foi a possível satisfação das demandas do empresariado têxtil pelos representantes do Vale, mesmo que estes não pertençam ao mesmo ramo industrial. Raciocinando nesta mesma direção, poder-se-ia formular a hipótese de que a indústria têxtil faz parte de um grupo estratégico mais amplo, in-

cluindo todos os empresários do Vale. Eles tem em comum, não apenas a localização de seus empreendimentos, mas também a sua origem étnica (germânica), religiosa (luteranos), e, em muitos casos linguística, através do emprego do alemão como língua utilizada entre os próprios empresários no seu cotidiano.

## CONCLUSÕES GERAIS

No início deste trabalho afirmou-se que, dentro de seu objetivo básico, ou seja, o de contribuir para um melhor entendimento da organização empresarial em Santa Catarina, e a sua relação com o poder público estadual, utilizou-se o conceito teórico de grupos estratégicos, pouco divulgado nos meios acadêmicos brasileiros.

Este conceito representa um elo de ligação entre as investigações que pretendem entender as atuações do segmento social constituído pelos empresários, a partir de sua representação formal (Boschi, 1979; Cerqueira, 1978), e pesquisas que envolvem as análises desta mesma atuação e que utilizam o conceito teórico de "elite orgânica" (Dreifuss, 1986). Estas duas linhas de pesquisa não são excludentes, mas complementares, e os estudos baseados no referencial teórico de grupos estratégicos poderiam enriquecer e elucidar ainda mais o papel do empresariado numa sociedade terceiromundista, pois não estão limitados apenas à análise das instituições formais do empresariado, e, por outro lado, não personalizam os interlocutores existentes entre o poder governamental e setores do empresariado.

Foram obtidos resultados na parte empírica deste trabalho que vão ao encontro da hipótese central levantada: os empresários do ramo têxtil constituem e/ou fazem parte de um grupo estratégico formado já no início deste século (após a I Guerra Mundial), enquanto os agroindustriais formam um grupo estratégico mais recente no cenário político catarinense.

Pretende-se relatar, de forma bem resumida, os principais resultados relacionados com a pesquisa empírica realizada.

Em termos de atuação mais interna dos agroindustriais, observou-se que, além de uma política de preços unificados, teve lugar uma divisão geográfica da área a ser integrada no processo de produção da matéria-prima. Afora estes acertos internos, os empresários deste ramo industrial estiveram representados na diretoria executiva da FIESC através de Saul Brandalise durante toda a década de '70.

A FIESC foi um interlocutor importante entre o poder estadual e o empresariado catarinense durante todo o período autoritário. Reivindicações de ordem infraestrutural, notadamente o melhoramento da malha rodoviária catarinense e o fornecimento energético no estado, foram representados pela FIESC, pressionando o Estado para sua implementação. Preocupações com questões infraestruturais localizadas no interior do estado, como por exemplo, o asfaltamento de estradas vicinais e a eletrificação rural, foram encaminhadas ou aos órgãos executivos dos municípios correspondentes, estes muitas vezes ligados com os empresários, ou às entidades estaduais como a ACARESC e a ERUSC, onde os empresários mantinham bom relacionamento.

Afora a atuação dentro da própria FIESC e associações congêneres, os agroindustriais voltaram-se aos órgãos executivos do poder estadual, garantindo sua presença direta, durante toda a década de '70, em posições chaves e estratégicas para possibilitar o crescimento das suas atividades industriais.

Empresários deste ramo industrial ocuparam direta e muitas vezes sucessivamente, cargos como a Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Agricultura, a Secretaria dos Negócios do Oeste, além de uma vice-governança do estado.

Durante a mesma década de '70, o poder estadual ofereceu aos industriais empréstimos e créditos subsidiados e facilidades no reco-

lhimento de impostos devidos, ou mesmo a sua isenção. Neste período o ramo industrial que mais se beneficiou destas ações governamentais foi o dos produtos alimentares. A instalação de novas empresas (por exemplo a Sadia Avícola Chapecó) foi financiada através de fundos estaduais como o FUNDESC/PROCAPE, permitindo também o reequipamento das fábricas já existentes. Isto constituiu um dos fatores da consolidação deste ramo industrial em Santa Catarina.

Este crescimento das agroindústrias não foi homogêneo, tendo as facilidades oferecidas pelo governo estadual propiciado uma forte concentração de capital nestas atividades (segundo dados do CEPA, foram registradas cerca de 25 empresas no início dos anos '70, enquanto que, em meados da década de '80, sobreviveram apenas 5 grandes empresas privadas, sem considerar as cooperativas ).

Indiretamente estas empresas ainda foram beneficiadas pelo crédito rural ao produtor, pois o acesso a financiamentos permitiu a modernização dos pequenos e médios agricultores integrados. Segundo Paulilo (1987:69), o crédito rural a estes agricultores "...constitui um verdadeiro marco na história da vida dos produtores do sul".

O trabalho educativo e de preparação dos colonos às novas exigências de qualidade das agroindústrias e ao manejo de novas tecnologias, além da assessoria na elaboração de projetos de financiamento, foram realizados pela ACARESC, aliada dos agroindustriais no processo de integração.

Este elenco de fatos constitui forte argumento em direção à hipótese central de que os agroindustriais catarinenses formam um grupo estratégico relativamente recente, que soube planejar e organizar as suas ações a longo prazo, ocupando espaços geográficos e políticos na constante busca de melhorar as suas chances de apropriação. O

elo de ligação entre seus membros é basicamente econômico, mas não se excluem os laços culturais, étnicos e outros aqui não considerados, por ultrapassar os limites desta dissertação. Neste particular coloca-se apenas algumas observações: a maioria dos empresários do meio-oeste e oeste catarinenses, sede das maiores empresas agroindustriais, são filhos ou netos de imigrantes italianos de origem rural, muitos oriundos do Rio Grande do Sul, no início deste século, que iniciaram seus empreendimentos a partir de casas comerciais, fonte inicial da acumulação do capital. O grupo Ceval e Eliane constituem exceções neste sentido, pois são empresas vinculadas a grupos maiores, significando a atividade agroindustrial uma diversificação da produção destas empresas.

O outro ramo industrial analisado foi o têxtil, a indústria catarinense mais tradicional, como foi demonstrado através de curto histórico no início deste trabalho.

Os empresários deste ramo constituem e/ou fazem parte de um grupo estratégico mais antigo neste estado, formado logo após a Primeira Guerra Mundial, quando as primeiras fábricas têxteis do Vale do Itajaí já haviam se consolidado.

Apesar daquela época não fazer parte do recorte temporal deste trabalho, permite-se tecer algumas rápidas considerações a partir de fontes secundárias consultadas.

Toda a indústria têxtil do Vale originou-se basicamente a partir do consentimento de três empresas originais, a Cia. Hering, a Industrial Garcia e a Cia. Renaux. Segundo dados levantados pela historiadora Maria L.R. Hering, empresas como a Cia. Schloesser, vincularam-se nos seus primórdios com uma das fábricas acima mencionadas,

para comercializar os seus produtos ou adquirir fios. A Cia. Mafisa foi fundada por netos de H. Hering e com seu apoio financeiro (Hering, 1987:191). F. Kuehnrich, dono da futura Teka, adquiriu em 1931, os primeiros teares da Industrial Garcia, pois era amigo de um dos integrantes da família Hering, os quais, na época, constavam como acionistas majoritários desta empresa.

A historiadora expressa-se da seguinte forma: "Na ocasião, para fundar empreendimentos no ramo têxtil em Blumenau, certa oposição já se fazia sentir por parte dos outros industriais, de modo que era preciso contar com a amizade pessoal para favorecer os negócios. Quando se iniciou a tecelagem Kuehnrich, o fio foi fornecido pela fábrica de tecidos Renaux de Brusque, com o aval pessoal de Otto Renaux, de quem Fritz Kuehnrich era igualmente amigo particular." (Hering, 1987:198).

Foderiam ser ainda mencionados como exemplos adicionais neste sentido, os casos da S.A. Cremer, Artex e da Sulfabril.

Deste modo, as empresas deste ramo industrial estavam vinculadas entre si desde os seus primórdios, seja devido à concessão de favores ou por intermédio de laços culturais e étnicos: todos os fundadores destas empresas e a grande maioria de seus sucessores são de origem germânica.

A colaboração entre os empresários não se restringiu apenas à ajuda financeira e tecnológica, mas mantinha-se também através de compromissos informais em relação à mão-de-obra. Num depoimento de 1934, Stodieck, ex-presidente da Industrial Garcia, afirmou: "Ao abrirem-se novas vagas, nunca eram aceitos os empregados de firmas concorrentes ou de colegas..." (Hering, 1987:224). Este acordo tácito tornou quase impossível a formação de um sindicato combativo en-



tre os operários deste ramo industrial.

Como já fora mencionado, além das vinculações meramente econômicas, os laços culturais e étnicos foram importantes na formação deste grupo empresarial e na forja de sua identidade. A historiadora M.L.R. Hering insiste em realçar estes valores culturais e sua vinculação com o sucesso empresarial. Seyferth (1981:23) refere-se, em artigo sobre a ética de trabalho de alemães, desta maneira: "...o amor, a dedicação ao trabalho, a habilidade ou capacidade de realizar, a identificação das pessoas com seu trabalho - a "Tuechtigkeit" - são decorrentes da germanidade. Significa que a capacidade de trabalho é herdada, inerente a um indivíduo por causa da sua condição étnica." Valores como estes fazem parte do ideário do empresariado catarinense de origem alemã, aspecto que ficou sempre expresso no "Seminário de História das Empresas Catarinenses", realizado pela FIESC em 1988.

Não foi realizada aqui uma pesquisa de cunho antropológico mais aprofundada para a obtenção de dados adicionais que permitissem uma posição mais conclusiva, mas os trabalhos de Seyferth e Hering, somados aos depoimentos dos próprios empresários, além das entrevistas realizadas, permitem levantar a hipótese de vinculação da origem étnica dos antepassados e a importância de seu desempenho na constituição de um grupo estratégico no Vale do Itajaí relacionado com a indústria têxtil.

Em termos políticos, a atuação destes empresários difere daquela apresentada pelos empresários agroindustriais. Já no início do século os industriais do Vale do Itajaí lançaram-se na política municipal e estadual.

Com a ascensão do nazi-fascismo na Alemanha, estes empresários deixaram de ocupar cargos públicos durante as décadas de '30 e '40; entretanto, dados adicionais sobre o envolvimento direto deste setor industrial na esfera pública municipal, e, sobretudo na estadual, anterior à década de '70, requereriam um levantamento mais aprofundado e específico. Os dados encontrados nas fontes secundárias, permitem apenas afirmar que as empresas têxteis na sua fase de consolidação (período pós I Guerra Mundial) mantiveram principalmente ao nível local, uma constante representação.

A partir da década de '50, este setor industrial fez-se representar pela FIESC, com uma contínua participação através de representantes em sua diretoria até o ano de 1971, quando assumiu Bernardo Werner, também de origem alemã e do Vale do Itajaí, mas pertencente ao ramo metal-mecânico. Estes mesmos empresários continuaram a marcar presença ininterrupta em outros dois órgãos do sistema FIESC, o SESI e o SENAI. Pode-se concluir deste fato que a preocupação básica destes industriais, em relação ao sistema FIESC, está concentrada na formação e reciclagem da mão-de-obra correspondente (a Cia. Hering é a maior empregadora de mão-de-obra de Santa Catarina), além da própria atividade assistencialista do SESI.

Observa-se uma participação direta muito limitada destes empresários em cargos executivos do governo estadual. Apenas durante o governo de Jorge Bornhausen, o empresário Norberto Zadrozny da Artex, participou como secretário de planejamento e coordenação geral. Isto não significa necessariamente a ausência destes empresários na vida pública estadual, podendo indicar, entretanto, a existência de canais informais de acesso ao poder executivo, crescidos e sedimentados historicamente, ou, por outro lado, uma menor preocupação por

parte destes industriais na esfera estadual.

Entretanto, foi constatada a sua constante presença em órgãos tão importantes como na CODESC, através de seu conselho consultivo, companhia que, a partir de 1975, dirigiu todo o aparelho financeiro do estado.

O ramo industrial têxtil foi o segundo mais beneficiado pelos órgãos financiadores públicos de Santa Catarina aqui analisados, além de seu desempenho na distribuição de financiamentos pelo BRDESC, permitindo o reequipamento e modernização industriais quase exclusivamente financiados por órgãos públicos de fomento.

As observações e o conjunto de dados levantados justificariam a sustentação da hipótese inicialmente formulada, de que este ramo industrial faz parte ou constitui um grupo estratégico regional onde seus membros não se ligam apenas por motivos econômicos, mas também por identificação cultural e étnica. Durante a década de '70 isto permitiu um completo reequipamento e modernização do setor, e, conseqüentemente, melhores chances no mercado interno e internacional.

Estes grupos não atuaram apenas para melhorar as suas chances de apropriação, mas souberam também unir-se em momentos importantes. Um destes momentos foi a criação da Sidersul, empresa financiada basicamente por verbas oriundas do PROCAPE, evento no qual os grandes empresários do estado tiveram ativa participação no sentido de garantir uma maior independência energética para Santa Catarina. Devido à falta de incentivos federais, o projeto não saiu do papel, tornando-se o principal alvo de acusações de ocorrência de irregularidades no PROCAPE.

Adicionalmente podem ser citadas as eleições estaduais de 1982, quando Esperidião Amin foi eleito governador. Segundo a pesquisa de

Aguiar (1991: 287-288), o empresariado catarinense articulou-se naquele evento, desencadeando uma ação conjunta do setor privado, ou seja, propiciou um momento de união em torno daquela candidatura. Este fato corrobora a afirmação de que este segmento social tem consciência de seu papel político, sabe articular-se e agir estrategicamente em conjunto.

Finalizando, pode-se afirmar, a partir dos dados apresentados, que o conceito de grupos estratégicos permite abrir novas perspectivas para as pesquisas em relação à classe dominante, pois, de um lado, a análise não fica restrita às instituições mais formais, e, por outro, não personaliza demasiadamente as atitudes concretamente tomadas por uma parcela deste segmento social. Este conceito enriquece tanto as análises inauguradas por Dreifuss no país com a utilização do conceito de "elite orgânica", como análises preocupadas em focalizar as representações mais formais do empresariado em geral.

## NOTAS



(1): Tanto "grupo de pressão" como "grupo de interesse" ou "lobby", não receberam conceituações claras na literatura. Vários autores utilizam grupos de pressão e grupos de interesse como sinônimos (Knoke, 1986). Apoiando-se em Bentley e Truman, o dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, editado em 1986, p. 526, constata também que grupo de pressão e grupo de interesse são empregados indistintamente pelos cientistas políticos, destacando apenas que "lobby é um tipo de grupo de pressão cujos agentes visam a exercer diretamente sobre os legisladores, qualquer influência que lhes esteja ao alcance" (Dicionário de Ciências Sociais, FGV, 1986:529). Apoiando-se em Meynaund, Henriquez caracteriza grupos de pressão da seguinte forma: "Os grupos de pressão são indivíduos que se juntam em torno de uma demanda específica, e tentam realizá-la a partir da sua intervenção informal nas decisões governamentais. Os seus integrantes não fazem parte de algum órgão público, mas são intimamente ligados a eles. A relação de grupos de pressão com poder público existe de fato, mas não de direito; assim, estes grupos não assumem qualquer responsabilidade nas decisões governamentais obtidas a partir da sua ação" (Henriquez, 1977:131).

A conceituação de Finer (1983) aponta na mesma direção, analisando a força e atuação destes grupos na Inglaterra. Entende que a intervenção política destes grupos dentro de uma democracia representativa é legítima, normalmente silenciosa (Finer, 1983:216), ligando diretamente os órgãos executivos do governo aos anseios de determinados segmentos da sociedade. Somente em situações conflitantes es-

tes grupos tentam mobilizar a opinião pública, ativar parlamentares ou utilizar outras formas de pressão (Finer, 1983:219).

Knoke (1986), analisando associações e grupos de interesse nos Estados Unidos, propõe a seguinte conceituação relativa a grupos de pressão: "In such system (pressure group system), an interest group is any 'organized body of individuals who share some goals and who try to influence public policy'" (Berry, 1984:4 in Knoke, 1986:14).

Mencionando mais adiante vários autores europeus que discutem este conceito teoricamente, Knoke ressalta que as pesquisas que empregaram este referencial teórico foram realizadas em países democrático-liberais.

Henriquez destaca ainda, como principal atividade dos grupos de pressão, o ato de influenciar os órgãos legislativos, chamando isto de "lobbying" (Henriquez, 1977:111).

(2): Strategische Gruppen bestehen aus Personen, die durch ein gemeinsames Interesse an der Erhaltung oder Erweiterung ihrer gemeinsamen Aneignungschancen verbunden sind. Diese Appropriationschancen beziehen sich ausschliesslich auf materielle Gueter, sondern koennen auch Macht, Prestige, Wissen oder religioese Ziele beinhalten. Das gemeinsame Interesse ermoeeglicht strategisches Handeln, d.h. langfristig ein "Programm" zur Erhaltung oder Verbesserung der Appropriationschancen zu verfolgen.

(3): Benhur de Marco: pesquisa em andamento sobre a radiodifusão e o empresariado em Santa Catarina, para obtenção do grau de mestre

em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação de Ary Cesar Minella.

(4): Wo private Profite und generell private Interessen eine Gesellschaft beherrschen, eine Gesellschaft zudem, in der Dinge, Waren die wichtigsten Bindenmittel sozialer Beziehungen sind, dort und nur dort haben öffentliche Belange eine separate Existenz und werden praktisch exklusiv einem spezialisierten Apparat von Experten anvertraut.(...) Der Staat hat paradoxerweise gerade in der Gesellschaft eine unverzichtbare Monopolfunktion bei der Reproduktion der gesamtgesellschaftlichen Verhältnisse, die verbal so vehement auf Staatsfreiheit insistiert, in Wirklichkeit aber ihre öffentlichen Belange und Rechte zugunsten ihrer Privatinteressen mehr und mehr an eine Gruppe von professionellen Staatsdienern, an die Bürokraten abtritt.

(5): Die funktionale Trennung von bürokratischem Amt und persönlichen wirtschaftlichen Interessen ist (noch) nicht weit genug fortgeschritten, obwohl die kapitalistische Weltwirtschaft die Struktur der jeweiligen Gesellschaftsformation determiniert. Daher ist die Bezeichnung "bürokratischer Kapitalismus" (im Gegensatz zu "Staatskapitalismus", "peripherer Kapitalismus" oder anderen Ausdrücken) gerechtfertigt.

(6): Índice de Gini.

- a) 0,000 - 0,100 : concentração nula
- b) 0,101 - 0,250 : concentração fraca
- c) 0,251 - 0,580 : concentração média
- d) 0,581 - 0,700 : concentração forte
- e) 0,701 - 0,900 : concentração muito forte
- f) 0,901 - 1,000 : concentração muito forte a absoluta

Área/Ano	1960	1970	1980
S. C.	0,667	0,647	0,676
Região Sul	0,727	0,727	0,749
Brasil	0,842	0,844	0,859

Fonte: Instituto CEPA

(7): Além das entrevistas realizadas na FIESC, nas Secretarias do Estado da Fazenda e da Coordenação e Planejamento, os boletins da FIESC e algumas palestras de ex-governadores dão suporte a esta afirmação.



## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alcides et alii. Ensaio sobre a Economia Catarinense. Florianópolis, EDEME.  
1970
- AGUIAR, Itamar. As Eleições de 1982 para Governador em Santa Catarina - Táticas e Estratégias das Elites no Confronto com as oposições. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.
- ALAVI, Hamza. "El Estado en Sociedades Poscoloniales: Pakistan y Bangladesh". In: El Estado en el Capitalismo Contemporáneo. (H.R. Sonntag e H. Valecillos, Org.); 3ª edição. Siglo XXI.
- BENAKOUCHE, Rabat. Grupos Industriais da Região Sul do Brasil.  
1983 Florianópolis.(mimeo.).
- BOSCHI, Renato Raul. Empresário Nacional: Alguns Problemas Teóricos e sua Caracterização Econômica nos Anos '70. In: Empresário Nacional e Estado no Brasil. (E.D. Cerqueira e R.R. Boschi, Org.). Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- BOSCHI, Renato Raul. Elites Industriais e Democracia. Rio de Janeiro, Graal..  
1979

- BOSSLE, Ondina Pereira. História da Industrialização Catarinense.  
1988 Florianópolis, Edição Comemorativa CNI/FIESC.
- BRANDÃO, Ilo de São Plácido (1970). "Crédito Rural e Desenvolvimento -  
1970 to." Florianópolis. O Estado, 18.02.1970, p.7.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário Industrial e Desenvolvimento -  
1971 Econômico no Brasil. 2a.edição. São Paulo, Difel.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Eleições e Sistema Partidário em Santa Ca-  
1988 tarina (1945-79). Florianópolis. Dissertação de  
Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- CAVALCANTI, Th. B. "Grupos de Pressão". Revista de Direito Público e  
1958 e Ciência Política, vol.I (1).
- CERQUEIRA, Eli Diniz e BOSCHI, Renato Raul. Elite Industrial e  
1977 Estado: Uma Análise da Ideologia do Empresariado Nacional nos Anos '70. In: Estado e Capitalismo no Brasil (C.H.Martins. Org.). São Paulo, Hucitec/CEBRAP.
- CERQUEIRA, Eli Diniz. Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil  
1978 (1930-1945). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- CERQUEIRA, Eli Diniz e BOSCHI, Renato Raul. Agregação e Representação de Interesses do Empresariado Industrial: Sindicatos e Associações de Classe. Relatório de Pesquisa JUPERJ (mimeo.).  
1979
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Elementos Teóricos para Análise da Burocracia. Rio de Janeiro, IUPERJ. Documento de Trabalho. (mimeo.)  
1979
- DIAS, José Roberto et alii. Santa Catarina: Imigrantes e Indústria. São Paulo, Rios.  
1987
- DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.  
1986
- DREIFUSS, René. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis, Vozes; 3a. edição.  
1981
- DREIFUSS, René. A Internacional Capitalista: Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro, Espaço e Tempo.  
1986
- EVERS, Hans Dieter e SCHIEL, Tilman. Strategische Gruppen: Vergleichende Studien zu Staat, Bürokratie und Klassenbildung in der Dritten Welt. Dietrich Reimer Verlag, Berlin.  
1988

- FINER, S.E. "Grupos de Pressão". In: Política e Sociedade (F.H. Cardoso e C.E. Martins, Org.); 2a. edição, pp.213-220; vol I. São Paulo, Nacional.
- 1983
- FONSECA, Pedro César Dutra. BRDE: Da Hegemonia à Crise do Desenvolvimento. Porto Alegre, BRDE.
- 1988
- FONTANA, Attilio. A História da Minha Vida. Petrópolis, Vozes.
- 1985
- GROS, Denise Barbosa. Burguesia Industrial Gaúcha e o Estado Nacional: 1964-1978. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística.
- 1987
- HENRIQUEZ, José de Jesus Orozco. "Los Grupos de Presión en Relación con el Poder". In: Constitución y Grupos de Presión en América Latina (P.García et alii, Org.). México, Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM.
- 1977
- HERING, Maria Luiza Renaux. Colonização e Indústria do Vale do Itajaí: O Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Blumenau, Fundação Universitária de Blumenau.
- 1987
- KNOKE, David. "Associations and Interest Groups". Annual Review of Sociology 12.
- 1986
- LINDBLOM, Charles E. O Processo de Decisão Política. Brasília, Universidade de Brasília.
- 1981

- MARTIGNAGO, Décio. Análise Institucional das Experiências de Planejamento Governamental em Santa Catarina. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Administração Pública, Universidade Federal de Santa Catarina.
- 1981
- MARTINS, Luciano. Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Saga.
- 1968
- MARTINS, Luciano. "Expansão e Crise do Estado (Reflexões sobre o Caso Brasileiro)". In: Pensamento Iberoamericano. Revista de Economia Política, 5a, pp.329-354.
- 1984
- MARTINS, Luciano. Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pgs. 64. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1985
- MEYNAUD, Jean. Os Grupos de Pressão. Lisboa, Publicações Europa-América, Coleção Saber.
- 1966
- MINELLA, Ary César. Organização Corporativa e Extra-Corporativa do Empresariado: Uma Reflexão Teórico-Methodológica. Florianópolis (mimeo.).
- 1988
- MORAWETZ, Inge. Die Verborgene Macht. Personelle Verpflichtungen zwischen Grossbanken, Industrie und Unternehmerverbände in Oesterreich. Campus, Frankfurt/Main.
- 1986

Mestrado em Administração Pública, Universidade Federal de Santa Catarina.

- VEGARA, René Raúl Rodriguez. O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e a Geração de Empregos no Estado de Santa Catarina. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina.
- 1985
- WERNER, Bernardo Wolfgang. "Saudações de Fim de Ano ao Governador C.M.Salles". Pronunciamentos, vol.I, FIESC. Florianópolis (coletânea organizada pela Biblioteca da FIESC).
- 1972
- WERNER, Bernardo Wolfgang. Transformações e Tendências do Setor Secundário na Economia Nacional e os seus Reflexos em Santa Catarina. Florianópolis. ADESG/SC.
- 1974
- WERNER, Bernardo Wolfgang. A Economia Industrial Catarinense. Florianópolis. Palestra aos Diretores e Assessores da Rede Brasil e Comunicação. (mimeo.).
- 1978a
- WERNER, Bernardo Wolfgang. "Palestra aos Oficiais da Polícia Militar". Pronunciamentos, vol.I, FIESC. Florianópolis (coletânea organizada pela Biblioteca da FIESC).
- 1978b
- WERNER, Bernardo Wolfgang. "Discurso". Pronunciamentos, vol.I, FIESC. s.d. Florianópolis. (coletânea organizada pela Biblioteca da FIESC).
- s.d.

## PUBLICAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

ANAIS I SIMPÓSIO CATARINENSE DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO EMPRESARIAL.

1988 Florianópolis. FIESC (gravação em fita).

ACARESC: 25 Anos de Extensão. Florianópolis. ACARESC, s.p.

BALANÇOS BRDE. Agência Florianópolis. Florianópolis. BRDE.

1970-1985

BOLETIM FIESC. Edição Mensal. Florianópolis. FIESC.

1969-1972

BRDE-PROFASC (Proposta de Operação-Programa ao BNDE) Programa para

1976 Desenvolvimento da Indústria Refrigerífica de Suínos e  
Aves em Santa Catarina. Florianópolis. BRDE. (mimeo.).

BRDE Plano de Ação 1974-1979 do BRDE. Florianópolis. BRDE (mimeo).

1976

BRDE Programa de Aplicações Seletivas PROASE-BRDE. Florianópolis.

1981 BRDE (mimeo.).

BRDE Relatório de Auditores Independentes Nardon, Nasi & Cia. Porto

1982 Alegre. BRDE. (mimeo.).

- SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e Identidade étnica. Florianópolis.  
1981 Fundação Catarinense de Cultura.
- SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, M.J. e CORADINI, O.L.. Camponeses e Agroindústria: Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar.
- SOUTO, Américo Augusto da Costa. Uma Tentativa de História Econômica Regional: A Indústria de Blumenau e a Exportação/Importação de Santa Catarina (1930-1939). Florianópolis. Tese de Livre Docência em História, Universidade Federal de Santa Catarina.
- STEIL, Durides Sebastião. Contribuição ao Aprimoramento da Estrutura dos Incentivos Fiscais do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias em Santa Catarina. Florianópolis. Dissertação de Mestrado do Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina.
- TERNES, Apolinário. 25 Anos: História da Meg. Joinville, Gráfica Meyer.
- 1986
- TERNES, Apolinário. A Estratégia da Confiança. Joinville. Editado pela Empresa Tupy S.A.
- 1988
- VIEIRA, Ady Filho. Grupos Empresariais Catarinenses: Origem, Evolução e Perspectiva para 1990. Florianópolis. Dissertação de
- 1985



- SANTA CATARINA - CEAG/SC, CEBRAE, BRDE, CODESUL, FUNDESC. Diagnóstico na  
 1975b Indústria de Frigoríficos de Carne e Derivados de Santa  
Catarina. Florianópolis, EDEME.
- SANTA CATARINA - ASSESSORIA TÉCNICA DA SECRETARIA DA FAZENDA. Indus-  
 1980a trialização via Incentivos Fiscais - O Modelo Catari-  
nense. Florianópolis (mimeo.).
- SANTA CATARINA - CEAG/SC. Evolução Histórico-Econômica de Santa Ca-  
 1980b tarina - Estudo de Alterações Estruturais (séc. XVIII-  
1940). Florianópolis, CEAG/SC.
- SANTA CATARINA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA-CEPA. Estrutura  
 1984 ra Agrária - Evolução em Santa Catarina (1940-1980).  
 Florianópolis, CEPA.
- SCHMITTER, Philip. Interest Conflict and Political Change in Brazil.  
 1971 Stanford, Stanford Univ. Press.
- SEIFERT, Raquel Quadros. Extensão Rural em Santa Catarina: Impasses  
 1990 Político-Pedagógicos (1954-1985). Florianópolis. Dis-  
 sertação de Mestrado em Sociologia Política, Universi-  
 dade Federal de Santa Catarina.
- SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim: Um  
 1974 Estudo de Desenvolvimento. Porto Alegre, Movimento.

- PIMENTA, Luiz Fugazzala. Configuração Espacial e Estruturas Produti-  
1984 vas no Oeste Catarinense. Rio de Janeiro. Dissertação  
de Mestrado em Engenharia de Produção, Universidade  
Federal do Rio de Janeiro.
- PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. A Estrutura Espacial da Micror-  
1984 região Colonial do Rio do Peixe. Rio de Janeiro. Dis-  
sertação de Mestrado em Engenharia de Produção, Uni-  
versidade Federal do Rio de Janeiro.
- POULANTZAS, Nicos. O Estado em Crise. Rio de Janeiro, Graal.  
1977
- POULANTZAS, Nicos. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de  
1978 Janeiro, Zahar.
- RAMOS, Flávio O Papel de um Banco de Desenvolvimento frente ao Desa-  
1984 pio da Crise. A Experiência do Banco de Desenvolvimen-  
to do Estado de Santa Catarina-BADESC-no Período 1975-  
1982. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Admi-  
nistração, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SANTA CATARINA - BRDE, SDE, CEBRAE, IBAGES, FUNDESC. Diagnóstico Têxtil  
1975a de Santa Catarina. Florianópolis, EDEME.

- OFFE, Claus e RONGE, Volker. "Teses sobre a Fundamentação do Conceito de "Estado Capitalista" e sobre a Pesquisa Política de Orientação Materialista". In: Problemas Estruturais do Estado Capitalista (C.OFFE, Org.). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- 1984
- OFFE, Claus e WIESENTHAL, Helmut. "Duas Lógicas da Ação Coletiva: Anotações Teóricas sobre Classe Social e Forma Organizacional". In: Problemas Estruturais do Estado Capitalista. (C.OFFE, Org.). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- 1984
- OLINGER, Glauco. Política Agrária. ACARESC, Florianópolis.
- 1964
- OLINGER, Glauco. As Atividades Primárias da Economia Catarinense. I Conferência Conjuntural. ADESG. Florianópolis. Imprensa Universidade Federal de Santa Catarina.
- 1973
- PAULILO, Maria Ignêz. A Integração no Sul de Santa Catarina. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 1987
- PIAZZA, Walter Fernando. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Lunardelli.
- 1983
- PIAZZA, Walter Fernando e HUBNER, Laura. Santa Catarina: História da Gente. Florianópolis, Lunardelli.
- 1983

BRDE. Os Reflexos da Atuação de um Banco de Desenvolvimento. O Caso  
1984-1986 da Agência Florianópolis do BRDE. Florianópolis. BRDE.  
 (mimeo.)

EXPRESSÃO. Ano I (1), fevereiro. Florianópolis. AZ Comunicação.  
 1990

RELATÓRIOS do BRDE. Porto Alegre. BRDE.  
 1970-1985

RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO PROCAPE. Assem-  
 1984 bléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (relató-  
 rio final, 21.08.1984).

RELATÓRIOS da Federação das Indústrias de Santa Catarina. Florianó-  
 1970-1985 polis. FIESC.

SENAI/Santa Catarina. Três Décadas a Serviço das PMI. Seminário In-  
 1981 ternacional sobre Atendimento à Pequena e Média Indús-  
 tria. Blumenau. SENAI.

SENAI/Santa Catarina. 1954-1984: 30 Anos a Serviço da Indústria. Flo-  
 1984 rianópolis. SENAI.

## ANEXOS

- Anexo 1 - Relação de Projetos Aprovados pelo FUNDESC (Incentivos Fiscais).....
- Anexo 2 - Características Determinantes do FUNDESC e PROCAPE - Quadro Comparativo.....
- Anexo 3 - Relação das Empresas que obtiveram Participação Acionária do PROCAPE desde sua Criação até 1983.....
- Anexo 4 - Quadro Analítico das Aprovações e Liberações do PROCAPE (período 1975-1983).....
- Anexo 5 - Projetos Aprovados e Participação Acionária do PROCAPE, anos de 1977, 78, 79 e 80.....
- Anexo 6 - Liberações do PROCAPE (Quinquênio).....
- Anexo 7 - Incentivos Fiscais do PROCAPE - Demonstrativo das Ações (Posição em 31.12.80).....
- Anexo 8 - Relação dos Membros de órgãos Diretivos do Sistema FIESC..
- Anexo 9 - Governadores e Respectivos Secretariados em Santa Catarina (1970-1985).....

PROJETOS APROVADOS

	PREVISTO										TOTAL	
	1970	1971	1972	1973	1974	1974	1974	1975	1976	1977		
1. Cecriisa .....	4.000	-	1.800	-	-	-	-	-	-	-	-	5.800
2. Sadia Avícola S.A. ....	-	1.786	4.556	-	-	-	-	-	-	-	-	6.342
3. Sadia Avícola S.A. (1) .....	-	-	800	1.200	1.600	400	-	-	-	-	-	4.000
4. Equipessa do Sul S.A. ....	438	1.550	512	-	-	-	-	-	-	-	-	2.500
5. Ebrasa S.A. ....	689	1.721	1.054	-	-	-	-	-	-	-	-	3.464
6. Ebrasa S.A. (1) .....	-	-	-	-	1.925	3.745	-	-	-	-	-	5.670
7. Incocesa S.A. ....	-	1.500	3.500	4.000	1.000	-	-	-	-	-	-	10.000
8. Lactoplasa .....	-	467	1.658	335	-	-	-	-	-	-	-	2.460
9. Lactoplasa (1) .....	-	-	-	-	1.030	223	-	-	-	-	-	1.253
10. Ceval .....	-	-	2.701	3.272	3.326	3.001	7.000	-	-	-	-	19.300
11. Krinnberg (2) .....	-	765	1.335	-	-	-	-	-	-	-	-	2.100
12. Krinnberg (2) .....	-	-	-	-	-	5.700	1.800	-	-	-	-	7.500
13. Textilplast S.A. ....	-	397	800	762	-	-	-	-	-	-	-	1.959
14. Incobrasa .....	-	-	800	3.900	4.200	1.600	-	-	-	-	-	10.500
15. Embraco .....	-	-	1.000	10.121	4.784	8.475	-	-	-	-	-	24.380
16. Extrafino .....	-	-	1.712	4.313	2.485	1.490	-	-	-	-	-	10.000
17. Plamenu .....	501	173	270	244	-	1.712	-	-	-	-	-	2.900
18. frigoaves .....	-	-	313	1.608	615	2.734	300	-	-	-	-	5.650
19. Hansen Máq. e Equip. ....	-	-	-	600	1.250	3.200	807	-	-	-	-	5.857
20. Glopress-Art.Educac. ....	-	-	-	400	-	2.400	-	-	-	-	-	2.800
21. Comfio .....	-	-	-	2.000	3.500	7.500	1.500	-	-	-	-	14.500
22. Seára Avícola Xanxerê .....	-	-	-	175	-	3.025	-	-	-	-	-	3.200
23. Ematic Catarinense .....	-	-	-	-	145	1.855	-	-	-	-	-	2.000

	1972	1973	1974	1975	1976	1977	TOTAL
24. Crane Exportação .....	-	-	-	-	-	-	-
25. Sintesa .....	-	-	1.831	499	-	-	2.330
26. Ind. Aliment. Pirati .....	-	-	6.800	2.200	-	-	9.000
27. Celucat Arts. Gráficos .....	-	376	1.124	-	-	-	1.500
28. Coop. Central Oeste .....	-	-	830	970	-	-	6.000
29. Coop. Central Sul Catse. ....	337	838	-	-	-	-	2.708
30. Coop. Central Agric. Vale .....	71	196	302	560	-	-	2.547
31 Coop. Meio Oeste Cat. ....	-	459	431	872	-	-	2.827
32. Enbral .....	-	-	-	843	213	-	4.456
33. Perdigão Rações S.A. ....	-	-	-	-	-	-	3.000
34. Perfilados Tupi S.A. ....	-	-	2.000	8.000	-	-	15.000
35. Seára Avícola (1) .....	-	-	-	4.594	-	-	9.500
36. Incobrasa (1) .....	-	-	-	5.950	800	-	9.000
37. Prinoesa do Sul .....	-	-	-	3.000	-	-	6.000
38. Sadia Avícola (1) .....	-	-	-	11.039	7.190	1.613	25.000
39. Krinnberg Alimentos .....	-	-	-	4.000	-	-	5.000
40. Embasul Embalagens .....	-	-	-	-	2.473	-	2.473
41. Alumínio do Sul .....	-	-	-	-	-	-	2.000
42. Roxsol .....	-	-	2.000	-	-	-	25.000
43. Álamo Prensados .....	-	-	8.500	16.500	-	-	8.500
44. Cia. Catse. Oleos Essenciais ..	-	-	2.900	4.200	1.400	-	11.000
45. Refriplast .....	-	-	2.000	9.000	-	-	20.835
46. Refinadora Catse. ....	-	-	7.463	8.896	4.476	-	16.400
47. Inebrasa .....	-	-	2.271	14.129	-	-	10.000
48. Textil Arp S.A. ....	-	-	3.000	7.000	-	-	10.000
	-	-	2.000	8.000	-	-	4.500
	-	-	1.711	2.789	-	-	

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
49. Fiovale .....	-	-	-	-	4.660	12.150	390	-
50. Confecções Renaux .....	-	-	-	-	2.500	5.000	-	-
51. Fiação Renaux .....	-	-	-	-	7.100	13.500	15.400	-
52. Implac .....	-	-	-	-	1.568	3.008	-	-
<b>TOTAL APROVADO</b>	6.036	9.061	24.304	34.644	29.423	158.106	32.342	1.813
<b>TAXA APLICAÇÃO</b>	186	280	752	1.071	910	4.743	970	54
<b>EM ANÁLISE</b>								
1. Incocesa .....	-	-	-	-	-	10.000	10.000	-
2. Color .....	-	-	-	-	-	4.000	4.500	-
3. Image .....	-	-	-	-	-	1.000	1.650	-
4. Confecções Alice .....	-	-	-	-	-	1.000	1.500	-
<b>TOTAL GERAL</b>	6.222	9.341	25.056	35.715	30.333	178.849	50.962	1.867
								482.592

(1) Uma suplementação ou ampliação.

(2) Duas suplementações e/ou ampliações.

É de se consignar que:

- 1) Os valores constantes da Tabela 1 são estimados e, por conseguinte, passíveis de variações;
- 2) Aqueles da Tabela 2 são compromissados.



A N E X O 2

CARACTERÍSTICAS DETERMINANTES DO FUNDESC E PROCAPE

Quadro Comparativo

FONTE: Assessoria Técnica da Secretaria da Fazenda  
SANTA CATARINA (1980:s.p.)

CARACTERÍSTICAS DETERMINANTES		
ESPECIFICAÇÕES	FUNDESC	PROCAPE
Forma de Instituição	Lei	Lei
Regime Jurídico	Fundo de Depósito Bancário	Autárquico
Administração	Conselho	Conselho e Superintendência
Estrutura Organizacional	Equipes técnicas de apoio do GEI ; BDE; BRDE	Quadro Administrativo e Técnico próprio
Documento Financeiro de Trabalho	Conta Gráfica	Orçamento
Objetivo	Estimular o desenvolvimento econômico e social do Estado	Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas
Fonte de recursos	Orçamento do Estado Incentivos Fiscais	Orçamento Estadual Dividendos e bonificações; Recursos de organismos financeiros (BNDE-FINAC; IBRASA)
Forma participativa como agente de fomento	Aplicação de Incentivos Fiscais Subsidiamento de Encargos financeiros Concessão de empréstimos	Participação acionária Subsidiamento de encargos financeiros Aplicação de saldos de incentivos fiscais Financiamento a fundo perdido para elaboração de estudos ligados ao setor industrial e agro-industrial Colaboração financeira mediante reposição ou a fundo perdido Complementação de Garantia.

A N E X O 3

RELAÇÃO DAS EMPRESAS QUE OBTIVERAM PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DO  
PROCAPE DESDE SUA CRIAÇÃO ATÉ 1983

FONTE: Material da CPI do PROCAPE - Relação fornecida pelo PROCAPE

1) RELAÇÃO DAS EMPRESAS QUE OBTIVERAM PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DO PROCAPE DESDE SUA CRIAÇÃO ATÉ A PRESENTE DATA.

## E M P R E S A S

## RESOLUÇÕES

→ KRINNBERG ALIMENTOS S/A	Nº	04/75
- ORGANIZAÇÕES BITTENCOURT ALIMENTOS S/A	Nº	48/76
→ EMBASUL - EMBALAGENS SUL BRASILEIRA S/A	Nº	47/76
- MADEIREIRA BOA VISTA LTDA	Nº	46/76
- J. GARZO SOBRINHO & CIA LTDA	Nº	45/76
- INDUSTRIAL E EXPORTADORA SUL BRASIL S/A	Nº	44/76
→ FRIGORÍFICO CANOINHAS S/A - FRICASA	Nº	43/76
→ ERMASA - EMPRESAS REUNIDAS DE MADEIRAS S/A	Nº	42/76
- KRINNBERG ALIMENTOS S/A	Nº	41/76
• - ACEARIA FREDERICO MISSNER S/A	Nº	40/76
- JOHANN GRITSCH S/A - INDÚSTRIA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÓVEIS	Nº	39/76
- INDÚSTRIA DE FÉCULAS CIA LORENZ	Nº	38/76
- ZILMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARROZ S/A	Nº	36/76
→ METALÚRGICA ZIMERMANN LTDA	Nº	35/76
- UNIFRICO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº	34/76
- PISOBRÁS - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE PISOS CERÂMICOS S/A	Nº	33/76
- CATARINENSE DE REFRIGERANTES LTDA	Nº	32/76
- MAGRO. - INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	Nº	31/76
- CAETANO BRANCO S/A	Nº	28/76
→ - TEXTIL ARP S/A	Nº	26/76
- CIMENVALE - MINERAÇÃO E CIMENTO VALE ITAJAÍ S/A	Nº	23/76
→ WALTER SCHMIDT S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº	22/76
→ - FRIGORÍFICO SEARA S/A	Nº	21/76
- CIAMA EXPORT - INDUSTRIAL E EXPORTADORA S/A	Nº	20/76
- CIA DE PESCA KRAUSE	Nº	19/76
- CORAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A	Nº	17/76
- CIMENVALE - CIMENTO E MINERAÇÃO VALE ITAJAÍ S/A	Nº	14/76
→ - TEXTIL ARP S/A	Nº	12/76

## E M P R E S A S

## RESOLUÇÕES

-1 CÔDIPESCA SUL S/A	Nº	10-A/76
-6 ROUXINOL S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº	11/76
-4 ELETROMOTORES WEG S/A	Nº	10/76
-1 COMCAP - COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL	Nº	09/76
-6 ÁLAMO PESCADOS DO BRASIL S/A	Nº	08-A/76
-6 ADINCO HOTÉIS DE TURISMO S/A	Nº	140/77
-6 LORENZ ALIMENTOS S/A	Nº	139/77
-6 INIPLASA - INDÚSTRIA NIENKÖTTER DE PLÁSTICOS S/A	Nº	138/77
-6 BRINQUEDOS SAXÔNIA S/A	Nº	137/77
-6 INDUSTRIAL LADEVIG S/A	Nº	136/77
— 0 - 6 INDÚSTRIA TÊXTIL GASPAR S/A	Nº	135/77
-6 METALÚRGICA JOÃO WIEST S/A	Nº	132/77
-1 WERNER S/A - AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº	134/77
-1 WALTER MUELLER S/A, IND., COM. E EXPORTAÇÃO	Nº	133/77
-6 UNIFRICO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº	130/77
-6 FLIEMANN S/A - IND. E COM. DE MÓVEIS E ARTEFAC- TOS DE METAL	Nº	129/77
-6 ABRAHÃO MUSSI S/A	Nº	123/77
— 0 - 6 FRIGORÍFICO ITAPIRANGA S/A - SAFRITA	Nº	122/77
-6 INCEPISA - INDÚSTRIA CERÂMICA DE PISOS S/A	Nº	121/77
-6 METALÚRGICA WETZEL S/A	Nº	120/77
-6 IND. ELETROMECÂNICAS BRASILEIRAS S/A-INEBRASA	Nº	119/77
-6 METISA - METALÚRGICA TIMBOENSE	Nº	118/77
-6 MADEIREIRA MARCELINENSE S/A	Nº	116/77
-6 FRICASA - FRIGORÍFICO CANOINHAS S/A	Nº	115/77
-6 ÁLAMO Prensados DO BRASIL S/A	Nº	113/77
-6 COBA - ORGANIZAÇÕES BITTENCOURT DE ALIMENTOS S/A	Nº	112/77
6 - 6 FRANLUI TEXTIL LTDA	Nº	111/77
6 - 6 ARTEFAMA - REFRAATÁRIOS ZANDAVALLE S/A	Nº	110/77
— 0 - 6 MEIAS BLUMENAU E CONFECÇÕES S/A	Nº	109/77
-6 ALFONS GRAHL & CIA LTDA	Nº	107/77
-6 FUNDEMAQ - FUNDIÇÃO DE MÁQUINAS S/A	Nº	106/77
-6 EMBASUL - EMBALAGEM SUL BRASILEIRA S/A	Nº	105/77
-6 ALVES E REISER	Nº	104/77
-6 IMPLAC INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS S/A	Nº	103/77
-6 ZOMER INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS S/A	Nº	101/77
-6 LACTOPLASA - INDÚSTRIA DE LACTIC. DO PLANALTO S/A	Nº	102/77
-6 MADEX - INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA	Nº	96/77

E M P R E S A S

RESOLUÇÕES

- FEZER S/A - INDÚSTRIA MECÂNICA	Nº	95/77 ✓
- EMBASUL - EMBALAGEM SUL BRASILEIRA S/A	Nº	93/77 ✓
- COVEMA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA S/A	Nº	89/77 ✓
- ZILMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARROZ S/A	Nº	91/77 ✓
- SOPASTA S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº	90/77 ✓
- NYLONSUL - TEXTIL A.M. SCHMALZ S/A	Nº	88/77 ✓
- INBRAL - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE LAMINADOS S/A	Nº	87/77 ✓
- INDÚSTRIA S REUNIDAS OURO S/A	Nº	86/77 ✓
- JARAGUÁ FABRIL S/A	Nº	84/77 ✓
- CARROCERIAS NIELSON S/A	Nº	85/77 ✓
- TECELAGEM GUNITEX S/A	Nº	83/77 ✓
- O.J. KLIEMANN S/A - IND. E COM. DE MÓVEIS E ARTEFATOS DE METAL	Nº	82/77 ✓
- FIOVALE - IND. E COM. DE FIOS TEXTEIS S/A	Nº	81/77 ✓
- WILDNER S/A - PESCA, CONSERVAS E CONGELADOS	Nº	80/77 ✓
- SIDERSUL - SIDERÚRGICA SUL CATARINENSE S/A	Nº	77/77 ✓
- CIMENVALE - MINERAÇÃO E CIMENTO VALE ITAJAÍ S/A	Nº	76/77 ✓
- CIA. PLANALTO DE FRIOGRÍFICOS	Nº	71/77 ✓
- IMBRALIT - ARTEFATOS DE CIMENTO AMIANTO LTDA	Nº	70/77 ✓
- INCOPISO - IND. E COM. DE PISOS S/A	Nº	69/77 ✓
- COVEMA - IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA	Nº	68/77 ✓
- COMCAP - COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL	Nº	65/77 ✓
- ALTO MODELOS LTDA	Nº	67/77 ✓
- METALÚRGICA ZIMMERMANN S/A	Nº	264/78 ✓
- GOBA - ORGANIZAÇÕES BITTENCOURT ALIMENTOS S/A	Nº	263/78 ✓
- MADEIREIRA MARCELINENSE S/A	Nº	262/78 ✓
- MÓVEIS CIMO S/A	Nº	260/78 ✓
- NYLONSUL TÊXTIL A.M. SCHMALZ S/A	Nº	259/78 ✓
- INCOMÓVEIS IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA	Nº	258/78 ✓
- INPLAC - INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS S/A	Nº	256/78 ✓
- OGRAVATAL HOTÉIS DE TURISMO S/A	Nº	255/78 ✓
- INDÚSTRIA TÊXTIL JARITA S/A	Nº	254/78 ✓
- ITAVEST DO BRASIL S/A	Nº	243/78 ✓
- CERÂMICA PORTO BELO S/A	Nº	242/78 ✓
- EMPRESA BRASILEIRA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL S/A	Nº	241/78 ✓
- METALÚRGICA DOUAT S/A	Nº	240/78 ✓
- PASTISA S/A - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE CERÂMICA	Nº	239/78 ✓
- CEVAL EXPORT S/A	Nº	238/78 ✓

EMPRESAS

RESOLUÇÕES

EMPRESAS	RESOLUÇÕES
— D *FIAÇÃO JOINVILLE S/A	Nº 235/78 ✓
— VZORTÊA BRANCHER S/A	Nº 237/78 ✓
— D *FRIGORÍFICO PEPERI S/A	Nº 236/78 ✓
— COVEMA - IND. E COM. DE MADEIRAS S/A	Nº 234/78 ✓
— OSOCIEDADE MELHORAMENTOS DE PALHOÇA S/A	Nº 233/78 ✓
— INDÚSTRIA DE FÉCULA CIA LORANZ	Nº 231/78 ✓
— INDÚSTRIA GRÁFICA E DE COMUNICAÇÃO S/A	Nº 230/78 ✓
— INDÚSTRIAS REUNIDAS OURO S/A	Nº 229/78 ✓
— VIMA S/A - IND. COM. E AGROPECUÁRIA	Nº 228/78 ✓
— VIMA S/A - IND. COM. E AGROPECUÁRIA	Nº 228/78 ✓
— TECNOFIBRA NIELSON S/A	Nº 227/78 ✓
— METALÚRGICA DOUAT S/A	Nº 226/78 ✓
— D *FRILUZA - FRIGORÍFICO RIO DA LUZ S/A	Nº 225/78 ✓
— CIA. DE PAPEL CHAPECÓ	Nº 222/78 ✓
— ROHDEN S/A	Nº 221/78 ✓
— GRÁFICA 43 S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº 220/78 ✓
— MARISOL S/A - INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO	Nº 219/78 ✓
— EQUIPESCA DO SUL-EQUIPAMENTOS DE PESCA S/A	Nº 218/78 ✓
* FLORAMEL - PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS S/A	Nº 217/78 ✓
— D - AGROPECUÁRIA INDUSTRIAL ZINCK S/A	Nº 216/78 ✓
— D *FRIGONILVA AVÍCOLA S/A	Nº 211/78 ✓
— ICCA - ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	Nº 210/78 ✓
— CIMBRALIT - ARTEFATOS DE CIMENTO AMIANTO S/A	Nº 209/78 ✓
— ALUSUD - ALUMÍNIO DO SUL S/A	Nº 208/78 ✓
— CORAL - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A	Nº 207/78 ✓
— EMPRESA BRASILEIRA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL S/A	Nº 206/78 ✓
— AGROPECUÁRIA COMÉRCIO E FRIGORÍFICO GUMZ S/A	Nº 205/78 ✓
* FÁBRICA DE FERRAMENTAS MACHESTER S/A	Nº 204/78 ✓
— AFFONSO MEISTER S/A	Nº 203/78 ✓
— IMACOL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS S/A	Nº 191/78 ✓
— SEARA AVÍCOLA XANXERÊ S/A	Nº 189/78 ✓
— GRAVATAL HOTÉIS DE TURISMO S/A	Nº 187/78 ✓
— SOPASTA S/A	Nº 184/78 ✓
— LACTOPLASA - INDÚSTRIA DE LACTÍCIOS DO PLANALTO S/A	Nº 182/78 ✓
* FUNDEMAQ - FUNDIÇÃO E MÁQUINAS S/A	Nº 181/78 ✓
— JOHANN GRITSCH S/A	Nº 180/78 ✓

## E M P R E S A S

## RESOLUÇÕES

- COMPANHIA HENSEN - AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº	179/78✓
- CERÂMICA PORTO BELO S/A	Nº	178/78✓
- CASIMIRO SILVEIRA S/A	Nº	177/78✓
- SANTOS ALMEIDA S/A	Nº	176/78✓
- ARGILO - TÉCNICA INDL. E COML. LTDA	Nº	166/78✓
- MADEIREIRA BOA VISTA S/A	Nº	161/78✓
- CESCA - CENTRAIS DE ESTOCAGEM DE SC S/A	Nº	159/78✓
- COM. IND. SAULLE PAGNONCELLI S/A	Nº	158/78✓
- USINA METALÚRGICA JOINVILLE S/A	Nº	157/78✓
- RESISUL - INDÚSTRIA QUÍMICA S/A	Nº	156/78✓
- *FRIGORÍFICO SUL CATARINENSE S/A - FRISULCA	Nº	155/78✓
- ÁGUA - INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA	Nº	154/78✓
- TECELAGEM GUNITEX S/A	Nº	153/78✓
- GRAHL S/A - EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS E INDUS- TRIAIS	Nº	152/78✓
- ABRAHÃO MUSSI S/A	Nº	151/78✓
- ROUXINOL S/A	Nº	149/78✓
- TUPINIQUIM POLÍMEROS S/A	Nº	353/79✓
- INDÚSTRIAS REUNIDAS OURO S/A	Nº	351/79✓
- ADINCO HOTÉIS DE TURISMO S/A	Nº	337/79✓
- EMBATRIN - IND. E COM. DE EMBALAGENS S/A	Nº	335/79✓
- SIPAL S/A - IND. E COM. E AGROPECUÁRIA	Nº	334/79✓
- TINTAS HERING S/A - IND. E COM.	Nº	333/79✓
- HARDT & CIA LTDA	Nº	332/79✓
- COMPANHIA PLANALTO DE FRIGORÍFICOS S/A	Nº	331/79✓
- COMAPNHIA METALMEC DE ADM. E PARTICIPAÇÕES	Nº	328/79✓
- ERMETAL - ARTEFATOS METALÚRGICOS LTDA	Nº	323/79✓
- INEBRASA - IND. ELETROMECÂNICAS BRASIL. S/A	Nº	322/79✓
- MADEIREIRA PAGNONCELLI SUL LTDA	Nº	320/79✓
- INDÚSTRIA E COMÉRCIO LUIZ OLSEN S/A	Nº	310/79✓
- COMPANHIA SANDRINI DE HOTÉIS E TURISMO	Nº	307/79✓
- REFRAZA - REFRAATÓRIOS ZANDAVALLE S/A	Nº	306/79✓
- SIMETAL - IND. E COM. DE METAIS LTDA	Nº	304/79✓
- CELMA - IND. DE PISOS E REFRAATÓRIOS LTDA	Nº	301/79✓
- METALÚRGICA FEY S/A	Nº	293/79✓
- LEONI REFRIGERANTES S/A	Nº	291/79✓
- HERING S/A - BRINQUEDOS E INST. MUSICAIS	Nº	271/79✓



E M P R E S A S

RESOLUÇÕES

-+EMBASUL - EMBALAGENS SUL BRASILEIRA S/A	Nº	269/79
- COMPANHIA CATARINENSE DE ALCOOL	Nº	266/79
-+ENERGE S/A - ALIMENTOS ESPECIAIS	Nº	265/79
-&REFRASA - REFRATÁRIOS ZANDAVALLE S/A	Nº	360/80
- CESCA - CENTRAIS DE ESTOCAGEM DE SC S/A	Nº	361/80
-&SANTINVEST S/A - SC EMPREEND. E PARTICIP.	Nº	362/80
-&JOHANN GRITSCH S/A-IND.IMP.EXP. DE MÓVEIS	Nº	370/80
-&METALÚRGICA JOÃO WIEST S/A	Nº	372/80
-&MECÂNICA ZIKELI LTDA	Nº	373/80
- CERÂMICA URUSSANGA S/A - CEUSA	Nº	396/80
-&TUPER - INDÚSTRIA METALÚRGICA S/A	Nº	398/80
-&MICHIGAN TINTAS E VERNIZES S/A	Nº	399/80
- IRMÃOS FISCHER S/A - IND. E COM.	Nº	402/80
-&ALGEMIRO MANIQUE BARRETO & CIA LTDA	Nº	409/80
-&ADESUL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VINHAS LTDA	Nº	410/80
-&INDÚSTRIA DE MÓVEIS SANTA MARIA S/A	Nº	411/80
-&INCOMASA IND. E COM. DE COMPENSADOS ANATÔMICOS S/A	Nº	414/80
-&PERFILADOS TUPY S/A	Nº	415/80
-&ÁGUAS NEGRAS PASTA E PAPELÃO LTDA	Nº	416/80
-&INDÚSTRIAS AUGUSTO KLIMMEK S/A	Nº	417/80
-&WEG MÁQUINAS S/A	Nº	418/80
-&JARAGUÁ FABRIL S/A	Nº	419/80
-&KAUDER S/A - IND. E COM. DE PLÁSTICOS	Nº	433/80
- CASIMIRO SILVEIRA S/A-IND. E COM.	Nº	434/80
- CERÂMICA PORTOBELO S/A	Nº	435/80
-&ILHA SANTACATARINA TURISMO E HOTÉIS LTDA	Nº	436/80
-&WEEGE S/A - INDÚSTRIA DE LACTICÍNIO	Nº	444/80
- CIA INDUSTRIAL H. CARLOS SCHNEIDER	Nº	446/80
-&INCOPIISO - IND. E COM. DE PISOS S/A	Nº	447/80
-&SUELY ETAGRO EQUIPAMENTOS S/A	Nº	448/80
- INNONAD - BRINQUEDOS E ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA	Nº	449/80
-&MADEIREIRA BOA VISTA S/A	Nº	468/80
-&RESISUL INDÚSTRIA QUÍMICA S/A	Nº	469/80
-&NOVELSUL S/A	Nº	470/80
-&INDÚSTRIA TEXTIL PERON S/A	Nº	471/80
-&SUELY INDUSTRIAL LTDA	Nº	472/80
-&MARQUARDT INDÚSTRIA DE MALHAS LTDA	Nº	482/80

## E M P R E S A S

## RESOLUÇÕES

E M P R E S A S	RESOLUÇÕES
— 0 - INDÚSTRIA TÊXTIL JARITA S/A	Nº 483/80
— X FAQUEADAS INDÚSTRIA DE MADEIRAS S/A	Nº 484/80
— V TECIDOS DONA FRANCISCA S/A	Nº 496/81
— M MÓVEIS ROVEL LTDA	Nº 497/81
— J CIMEBRÁS - CIA METALÚRGICA BRASILEIRA	Nº 500/81
— P USATI S/A - REFINADORA CATARINENSE	Nº 503/81
— V METALÚRGICA SCHULZ S/A	Nº 504/81
— V ARTEMATIC S/A	Nº 505/81
— O OXFORD S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº 506/81
— B PORTO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº 514/81
— O IMACOL - IND. E COM. DE MADEIRAS TIJUCAS S/A	Nº 515/81
— O POSTES SECCIONAIS BRASIL S/A	Nº 516/81
— O BOA - ORGANIZAÇÕES BITTENCOURT DE ALIMENTOS S/A	Nº 518/81
— O INIPLASA - IND. NIENKÖTTER DE PLÁSTICOS S/A	Nº 531/81
— V INPLAC INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS S/A	Nº 532/81
— V WALTEC S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº 533/81
— I CARROCERIAS NIELSON S/A	Nº 534/81
— T TUPER - INDÚSTRIA METALÚRGICA S/A	Nº 543/81
— X BEBIDAS MAX WILHELM LTDA	Nº 544/81
— O INDÚSTRIA MECÂNICA ZIKELI S/A	Nº 545/81
— 0? — P FRANLUI TÊXTIL S/A	Nº 546/81
— X FÁBRICA DE FERRAMENTAS MANCHESTER S/A	Nº 554/81
— I INDÚSTRIA ARTEFAMA S/A	Nº 555/81
— V MADEX - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS S/A	Nº 558/81
— O ANYLONSUL TÊXTIL A.M. SCHMALE S/A	Nº 561/81
— O INDÚSTRIA MECÂNICA ZIKELI S/A	Nº 584/81
— X BLUFER S/A	Nº 592/81
— FERMETAL ARTEFATOS METALÚRGICOS LTDA	Nº 593/81
— R RADINCO HOTÉIS DE TURISMO S/A	Nº 594/81
— P QUIMIFLORA - QUÍMICA AGRO FLORESTAL CATARINENSE S/A	Nº 595/81
— X FUNDIÇÃO TRITON S/A - IND. E COM.	Nº 596/81
— O INDÚSTRIA GRÁFICA CENTENÁRIO LTDA	Nº 597/81
— P PLANALTO ALIMENTOS LTDA	Nº 598/81
— S METALÚRGICA WETZEL S/A	Nº 599/81
— I CERÂMICA METROPOL S/A	Nº 600/81
— J CEDISA - CERÂMICA DIFREI S/A	Nº 601/81
— I CARBOMETAL - INDÚSTRIA METALÚRGICA S/A	Nº 602/81

## E M P R E S A S

## RESOLUÇÕES

BLUFIX - IND. BLUMENAUENSE DE ELEMENTOS DE FIXAÇÃO S/A	Nº	604/81
DESTILARIA AUTÔNOMA ALCOOLVALE S/A	Nº	605/81
FRIGOAVES ITAPIRANGA S/A	Nº	606/81
NOVELSUL S/A	Nº	607/81
CIA INDUSTRIAL DE ÓLEOS VEGETAIS MARAVILHA	Nº	608/81
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DUDALINA S/A	Nº	609/81
RODFLEX IND. E COM. DE CADEIRAS E POLTRONAS LTDA	Nº	610/81
GRÁFICA 43 S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº	612/81
NYLONSUL A.M. SCHMALZ S/A	Nº	613/81
MALHARIA ITOUPAVA LTDA	Nº	616/81
CASIMIRO SILVEIRA S/A - IND. E COM.	Nº	617/81
INTELBRÁS S/A - IND. DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA	Nº	619/81
TOMASELLI S/A	Nº	620/81
FRICASA - FRIGORÍFICOS CANOINHAS S/A	Nº	621/81
MÓVEIS ZOMER S/A - IND. E COM.	Nº	623/81
COMPANHIA METROPOLITANA DE SHOPPING CENTER	Nº	626/81
PLÁSTICOS TUBARÃO S/A	Nº	627/81
ELETRO MÉDICA S/A	Nº	628/81
IWERSEN - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MECÂNICOS E ELETROMECAÂNICOS DE PRECISÃO LTDA	Nº	629/81
IMERALIT S/A	Nº	631/81
AGRO-MATAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA	Nº	633/81
ARTEMATIC S/A	Nº	635/81
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES ALFA LTDA	Nº	636/81
INDÚSTRIA DE MÓVEIS SANTA MARIA S/A	Nº	645/82
METALÚRGICA WETZEL S/A	Nº	646/82
ZILMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARROZ S/A	Nº	698/82
KEEGE S/A - INDÚSTRIA DE LATICÍNIO	Nº	699/82
INDÚSTRIA MECÂNICA ZIKELI S/A	Nº	701/82
CERÂMICA METROPOL S/A	Nº	702/82
WEG MÁQUINAS S/A	Nº	703/82
FRIGOPLAN - CIA PLANALTO DE FRIGORÍFICOS	Nº	704/82
TOBAGO - INDÚSTRIA DE MALHAS LTDA	Nº	705/82
MÓVEIS N.Q. LTDA	Nº	706/82
XANXERÊ-IND. CAT. DE ACUMULADORES LTDA	Nº	707/82
CEPASA - CERÂMICA PAGÉ S/A	Nº	708/82



## E M P R E S A S

## RESOLUÇÕES

- FRIL - FRIGORÍFICO RIO DA LUZ S/A	Nº	709/82
- "COESA" COMERCIAL E EXPORTADORA S/A	Nº	711/82
- METALÚRGICA VIAT LTDA	Nº	712/82
- INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS PAMPLONA LTDA	Nº	713/82
- CLÁSSICO - INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA	Nº	714/82
- INDÚSTRIA DE MÁQUINAS FISCHER S/A	Nº	715/82
- INDÚSTRIA DE TECIDOS LOUREIRO BAUER S/A	Nº	716/82
- ROSIN INDL. E COML. DE RESÍDUOS TÊXTEIS LTDA	Nº	717/82
- CERAMIL - CERÂMICA MINÉRIOS LTDA	Nº	718/82
- FÁBRICA DE CALÇADOS BENTO ARAGÃO LTDA	Nº	719/82
- HOTÉIS TANNENHOF S/A	Nº	737/82
- BLUFER PARQUES E MÓVEIS S/A	Nº	738/82
- CENTENÁRIO - INDÚSTRIA GRÁFICA	Nº	739/82
- SOPASTA S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº	740/82
- LORENZ ALIMENTOS S/A	Nº	741/82
- PRAYONTUR HOTEL E CAMPING LTDA	Nº	742/82
- JOHANN GRITSCH S/A - IND. IMPORT. E EXPORT. DE MÓVEIS	Nº	743/82
- PASTISA S/A - INDÚSTRIA BRAS. DE CERÂMICA	Nº	746/82
- PHILIPPI S/A	Nº	755/82
- JOVIVA EMBALAGENS S/A	Nº	756/82
- CRISTAIS HERING S/A	Nº	757/82
- INCOF - INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA	Nº	759/82
- CERÂMICA SCHEFFER LTDA	Nº	760/82
- TAPUIA S/A - IND., COMÉRCIO E MINERAÇÃO	Nº	761/82
- CERÂMICA AURORA LTDA	Nº	762/82
- CERÂMICA RAINHA LTDA	Nº	764/82
- IBRAP - IND. BRASILEIRA DE PLÁSTICOS S/A	Nº	765/82
- PISOBRÁS - PISOS BRASILEIROS LTDA	Nº	766/82
- RECEL - REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA	Nº	767/82
- REVELUZ - REVESTIMENTOS DE LUXO S/A	Nº	768/82
- PINHEIRINHO LACTICÍNIO S/A	Nº	769/82
- CERCON - CERÂMICA & CONCRETO LTDA	Nº	771/82
- ROUXINOL S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº	772/82
- OXFORD S/A - IND. E COM. - OSAICO	Nº	778/82
- ZANETELLO S/A - AGRICULTURA, IND. E COM.	Nº	779/82
- CASAGRANDE S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº	780/82

## E M P R E S A S

## RESOLUÇÕES

E M P R E S A S	RESOLUÇÕES
- TECELAGEM TOMAZONI LTDA	Nº 781/82 ✓
- TRANSFORMADORES MEGA LTDA	Nº 783/82 ✓
- VISAGE - INDÚSTRIA DE MALHAS LTDA	Nº 784/82 ✓
- RESILAGES-RESINAS E ESSÊNCIAS AGROFLORESTAL S/A	Nº 785/82 ✓
- INDUSTRIAL ESTRELA S/A	Nº 786/82 ✓
- ALUMÍNIO SIDERÓPOLIS LTDA	Nº 787/82 ✓
- ALFA EMBALAGENS S/A	Nº 789/82 ✓
- ROSSO BENDO S/A	Nº 790/82 ✓
- CERÂMICA MARACAJÁ S/A	Nº 793/82 ✓
- TUBOS OLIVEIRA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	Nº 794/82 ✓
- ESQUADBOX - IND. E COM. DE ESQUADRIAS E BOX LTDA	Nº 795/82 ✓
- TINTURARIA LANCASTER LTDA	Nº 796/82 ✓
- IMACOL- IND. E COM. DE MADEIRAS TIJUCAS S/A	Nº 797/82 ✓
- VINÍCOLA GHISI LTDA	Nº 799/82 ✓
- ADESUL S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS	Nº 800/82 ✓
- ZORTEÁ S/A - COMPENSADOS E ESQUADRIAS	Nº 801/82 ✓
- ELETRO MÉDICA S/A	Nº 803/82 ✓
- INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES ALFA S/A	Nº 804/82 ✓
- CEDISA - CERÂMICA DIFREI S/A	Nº 805/82 ✓
- COMPANHIA CATARINENSE DE ALCOOL	Nº 806/82 ✓
- BLUFER PARQUES E MÓVEIS S/A	Nº 808/82 ✓
- BLUFIX-IND. BLUMENAUENSE DE ELEMENTOS DE FIXAÇÃO S/A	Nº 809/83 ✓
- CENTAURO S/A - MEIAS, CUECAS E MALHAS	Nº 813/83 ✓
- META S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Nº 818/83 ✓
- CERÂMICA URUSSANGA S/A - CEUSA	Nº 819/83 ✓
- ERIC'S - INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA	Nº 820/83 ✓
- INDÚSTRIA E COMÉRCIO DUDALINA S/A	Nº 821/83 ✓
- FIAÇÃO JOINVILLENSE S/A	Nº 822/83 ✓
- MADISA - MADEIREIRA INDUSTRIAL S/A	Nº 824/83 ✓
- MINERAÇÃO SYLVIO J. ZIMERMANN LTDA	Nº 825/83 ✓
- INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES DREMISI	Nº 826/83 ✓
- ÁGUAS NEGRAS S/A	Nº 827/83 ✓
- INDÚSTRIA DE MÓVEIS IDEAL S/A	Nº 828/83 ✓
- LORENZ ADESIVOS S/A	Nº 829/83 ✓
- ARAUTEK S/A - INDÚSTRIA DE MÓVEIS	Nº 833/83 ✓
- ÓLEO DE MILHO S/A	Nº 836/83 ✓
- AGRO-MATAS S/A - IND. E COM. DE MADEIRAS	Nº 838/83 ✓



E M P R E S A S

RESOLUÇÕES

- INCOPECA - IND. E COM. DE PESCADOS S/A
- PRAYONTUR - HOTEL E CAMPING S/A
- FRIL - FRIOGRÍFICO RIO DA LUZ S/A
- COESA - COMERCIAL E EXPORTADORA S/A

- Nº 839/83 ✓
- Nº 840/83 ✓
- Nº 841/83 ✓
- Nº 842/83 ✓

A N E X O 4

QUADRO ANALÍTICO DE APROVAÇÕES E LIBERAÇÕES DE VERBAS DO PROCAPE

FONTE: Material da CPI do PROCAPE - Relação fornecida pelo PROCAPE

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - ASSEPLAN  
 SETOR DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES - SEI  
 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA  
 QUADRO ANALÍTICO DAS APROVAÇÕES E LIBERAÇÕES

ACUMULADO 1975 a 1983 POSIÇÃO EM: 28.02.83.

OR- DEM.	EMPRESAS	(1)	MUNICÍPIO	REGIÃO	NOME DE ATIVIDADE	(2)	APROVAÇÃO			TOTAL	LIBERADO	SALDO
							P R I N C I P A L I D A D E		INVESTIMENTO INCREMENTAL			
							GIRO	FIXO				
01	ABRAHÃO MUSSI S/A - IND. E COM.	1	CANOINHAS	VL. CANOINHAS	MADEIRA	T	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000	-	
02	ACEARIA FREDERICO HISSNER S/A	1	LUIZ ALVES	FOZ RIO ITAJAI	METALÚRGICA	D	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	-	
03	ADESUL S/A - IND. E COM. DE BEBIDAS	2	VIDEIRA	ALTO VL. RIO PEDR.	BEBIDAS	T	44.164.000	9.660.000	11.340.000	21.000.000	15.000.000	
04	ADINCO HOTÉIS DE TURISMO S/A	3	JOINVILLE	NORDESTE DE SC	SERVIÇOS	T	84.248.000	19.250.000	7.050.000	26.300.000	26.300.000	
05	AFFONSO HEISTER S/A	1	JOINVILLE	NORDESTE DE SC	METALÚRGICA	D	20.161.000	2.300.000	6.700.000	9.000.000	9.000.000	
06	AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL ZINK S/A	1	PRES. GETÓLIO	ALTO VL. ITAJAI	ALIMENTAR	T	13.000.000	7.000.000	-	7.000.000	7.000.000	
07	AGRO MATAS S/A - IND. E COM. DE MADEIRAS	1	BIGUAÇU	GRANFOPOLIS	MADEIRA	T	19.044.000	8.010.000	990.000	9.000.000	9.000.000	
08	ÁGUAS NEGRAS S/A	2	ITUPORANGA	ALTO VL. ITAJAI	PAPEL/PAPELÃO	T	311.902.000	14.046.000	138.954.000	153.000.000	153.000.000	
09	ÁGUA INDUSTRIA DO VESTUÁRIO S/A	1	CRICIUMA	SUL DE SC	VESTUÁRIO	T	5.660.000	3.453.000	707.000	4.160.000	4.160.000	
10	ALAMO PRENSADOS DO BRASIL S/A	2	IBIRAMA	ALTO VL. ITAJAI	MADEIRA	T	82.609.313	5.503.500	4.796.500	10.300.000	10.300.000	
11	ALFA EMBALAGENS S/A	1	CRICIUMA	SUL DE SC	PAPEL/PAPELÃO	T	98.292.000	11.520.000	20.480.000	32.060.000	32.060.000	
12	ALGHEIRO MAHQUE BARRETO S/A	1	CRICIUMA	SUL DE SC	ALIMENTAR	T	10.000.000	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000	
13	ALUMINIO SIDEROPOLIS LTDA - ALUSIL	1	SIDERÓPOLIS	SUL DE SC	MECÂNICA	D	52.443.000	12.000.000	13.000.000	25.000.000	25.000.000	
14	ARTEMATIC S/A - MÓVEIS COLONIAIS	1	SÃO BENTO SUL	NORDESTE DE SC	MOBILIÁRIO	T	80.577.000	47.417.800	10.582.200	58.000.000	58.000.000	
15	BEBIDAS MAX WILHELM S/A	1	JRAGUAÚ DO SUL	VL. ITAPOCO	BEBIDAS	T	121.112.000	10.080.000	31.920.000	42.000.000	42.000.000	
16	BLUFER PARQUES E MÓVEIS S/A	3	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	MOBILIÁRIO	T	111.804.700	9.824.580	37.722.420	47.547.000	21.147.000	
17	BLUFIX - IND. BLUM. DE ELEM. DE FIXAÇÃO S/A	2	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	METAL-MECÂNICO	D	67.133.000	3.575.000	10.775.000	24.300.000	14.300.000	
18	CAETANO BRANCO S/A	1	JOAQUINA	MEIO OESTE CAT.	MECÂNICA	D	10.000.000	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000	
19	CASAGRANDE S/A IND. E COM.	1	CAMPOS NOVOS	MEIO OESTE CAT.	VESTUÁRIO	T	40.476.000	3.990.000	15.010.000	19.000.000	19.000.000	
20	CASIMIRO SILVEIRA S/A	3	JOINVILLE	NORDESTE DE SC	VESTUÁRIO	T	44.765.640	24.171.957	5.054.000	29.225.957	29.225.957	
21	CARBONETAL - IND. METALÚRGICA S/A	3	TUBARÃO	LAGUNA	MIR-NÃO MET.	T	306.748.000	84.286.480	29.961.520	114.248.000	114.248.000	
22	CCA- CONCRETOS CATARINENSES S/A	1	SÃO JOSE	GRANFOPOLIS	MIR-NÃO MET.	T	5.859.000	1.250.000	1.750.000	3.000.000	3.000.000	
23	CELMA - IND. DE PISOS E REFRATÁRIOS S/A	1	MAFRA	FLORALTO NORDE	MIR-NÃO MET.	T	22.527.000	4.200.000	11.281.000	15.481.000	15.481.000	
24	CEMACO - CERM. MATERIAIS DE CONSTR. LTDA	1	IÇARA	SUL DE SC	MIR-NÃO MET.	T	76.736.000	7.200.000	22.800.000	30.000.000	30.000.000	
25	CEITAURO S/A - HEIAS, CUECAS E MALHAS	1	JOINVILLE	NORDESTE	VESTUÁRIO	T	499.617.000	106.000.000	-	106.000.000	106.000.000	
26	CELESTIA S/A - IND. GRÁFICA	2	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	GRÁFICA	T	64.647.000	23.425.860	18.795.140	42.221.000	42.221.000	
27	CERÂMICA AURORA S/A	1	CANELINHA	VL. DO ITAJAI	MIR-NÃO MET.	T	168.906.000	16.500.000	49.500.000	66.000.000	66.000.000	
28	CERÂMICA MARACAJÁ S/A	1	MARACAJÁ	EXTREMO SUL	MIR-NÃO MET.	T	151.219.000	3.744.000	43.056.000	46.800.000	46.800.000	
29	CERÂMICA PAIPIVA LTDA	1	RIO DO SUL	ALTO VL. ITAJAI	MIR-NÃO MET.	T	274.638.000	12.220.000	81.780.000	94.000.000	94.000.000	
30	CERÂMICA SCHEFFER LTDA	1	SOMBRIO	EXTREMO SUL	MIR-NÃO MET.	T	42.352.900	1.640.000	18.868.000	20.560.000	20.560.000	
31	PERCON - CERMÂNICA E CONCRETO LTDA	1	LAGES	BLUMENHA	MIR-NÃO MET.	T	92.046.000	5.950.000	29.050.000	35.000.000	35.000.000	
32	CERÂMICA PORTO BELLO S/A	3	TIJUCAS	VL. ITAJAI	MIR-NÃO MET.	T	541.799.000	5.518.000	80.482.000	86.000.000	86.000.000	
33	CERÂMICA URUSSANGA S/A - CEUSA	1	URUSSANGA	SUL DE SC	MIR-NÃO MET.	T	59.631.000	9.025.000	9.975.000	19.000.000	19.000.000	
34	CEDESA - CERMÂNICA DIPREI S/A	2	TUBARÃO	LAGUNA	MIR-NÃO MET.	T	244.929.000	46.040.000	58.960.000	105.000.000	105.000.000	



OR-DEM	E M P R E S A S	(1)	MUNICÍPIO	REGIÃO	TIPO DE ATIVIDADE	(2)	A P R O V A D O S			LIBERADO	SALDO	
							INVESTIMENTO					
							INCREMENTAL	GIRO	FIXO			TOTAL
35	CERÂMICA METROPOL S/A .....	1	CRICIUNA	SUL DE SC	MIN. NÃO MET.	T	280.304.000	51.040.000	50.960.000	110.000.000	97.000.000	13.000.000
36	CEPASA CERÂMICA PAGE S/A .....	1	ARANANGUÁ	EXTREMO SUL	MIN. NÃO MET.	T	202.864.000	6.390.000	64.610.000	71.000.000	41.000.000	30.000.000
37	CERÂMICA MINÉRIOS S/A - CERAMIL .....	1	CRICIUNA	SUL DE SC	MIN. NÃO MET.	T	256.156.000	18.690.000	70.310.000	89.000.000	75.000.000	14.000.000
38	CESCA - CENTRAIS DE ESTOCAGEM DE SC .....	2	ITAJAI	FOZ RIO ITAJAI	ALIMENTAR	T	208.423.000	688.000	18.990.000	19.678.000	19.678.000	-
39	CEVAL - EXPORT S/A - IND. E COM. ....	2	SÃO FCO. DO SUL	NORDESTE DE SC	ALIMENTAR	T	572.185.000	36.206.500	83.793.000	120.000.000	120.000.000	-
40	CIAMA EXPORT - INDAL. E EXPORTADORA S/A ..	1	FLORIANÓPOLIS	GRANFOPOLIS	MADIEIRA	T	4.506.000	2.500.000	-	2.500.000	2.500.000	-
41	CIMEBRAS - CIA METALÚRGICA BRASILEIRA .....	1	ARAGUARI	NORDESTE DE SC	METALÚRGICA	D	89.310.000	14.224.750	28.275.250	42.500.000	42.500.000	-
42	CLÁSSICO IND. DE CONFECÇÕES LTDA .....	1	SAUDADÉS	OESTE DE SC	VESTUÁRIO	T	29.891.000	4.640.000	9.860.000	14.500.000	6.300.000	8.200.000
43	CODIPESCA SUL S/A .....	1	LAGUNA	LAGUNA	ALIMENTAR	T	7.658.083	2.800.000	-	2.800.000	2.800.000	-
44	COESA - COMERCIAL E EXPORTADORA S/A .....	1	LAGES	SERRANA	MADIEIRA	T	52.019.000	-	20.900.000	20.900.000	17.000.000	3.900.000
45	COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ARROZ S/A .....	1	SOMBRIO	EXTREMO SUL	ALIMENTAR	T	103.000.000	20.700.000	24.300.000	45.000.000	-	45.000.000
46	CON.E IND.GERHAHO STEIN S/A .....	1	JOINVILLE	NORDESTE DE SC	ALIMENTAR	T	48.059.000	5.530.000	10.270.000	15.800.000	-	15.800.000
47	COALC - CIA DE ALCOOL CHIAPECÓ S/A .....	1	CHIAPECÓ	OESTE DE SC	QUÍMICA	D	365.162.700	3.650.000	69.350.000	73.000.000	-	73.000.000
48	COMCAP CIA DE MELHORAMENTOS DA CAPITAL .....	1	FLORIANÓPOLIS	GRANFOPOLIS	SERVIÇOS	T	2.372.096	-	2.372.096	2.372.096	2.372.096	-
49	COMPENSADOS ITAGUACU S/A .....	1	MAFRA	PLANALTO NORTE	MADIEIRA	T	50.000.000	4.800.000	19.200.000	24.000.000	-	24.000.000
50	CIA CATARINENSE DE ALCOOL .....	2	LAGUNA	LAGUNA	QUÍMICA	D	1.991.596.000	12.371.974	112.645.026	125.017.000	85.017.000	40.000.000
51	CIA IND.L.H.CARLOS SCHNEIDER .....	1	JOINVILLE	NORDESTE DE SC	MECÂNICA	D	97.260.000	6.060.000	-	6.060.000	760.000	5.300.000
52	CIA INDUSTRIAL SAKOHA .....	2	IBIYAMA	ALTO VL. ITAJAI	DIVERSOS	T	14.260.000	3.300.000	5.700.000	9.000.000	9.000.000	-
53	CIA METALPEC DE ADM.E PARTICIPAÇÃO... (5)	1	JOINVILLE	NORDESTE DE SC	METALÚRGICA	D	77.290.000	3.300.000	-	3.000.000	3.000.000	-
54	CIA DE PAPEL CHIAPECÓ .....	1	CHIAPECÓ	OESTE DE SC	PAPEL/PAPELÃO	T	9.444.000	3.000.000	-	2.800.000	2.800.000	-
55	CIA SANDRINI DE HOTÉIS DE TURISMO .....	1	TUBARÃO	LAGUNA	SERVIÇOS	T	57.935.000	11.250.000	13.750.000	25.000.000	25.000.000	-
56	CIA INDAL. DE ÓLEOS VEGETAIS MARAVILHA .....	1	MARAVILHA	OESTE DE SC	ALIMENTAR	T	1.669.133.500	16.750.000	50.250.000	67.000.000	67.000.000	-
57	CIA METROPOLITANA DE SHOPPING CENTER .....	1	FLORIANÓPOLIS	GRANFOPOLIS	SERVIÇOS	T	36.950.391	17.340.900	7.459.100	24.800.000	24.800.000	-
58	COMPENSADOS FUCH S/A .....	2	CANOINHAS	VL.CANOINHAS	MADIEIRA	T	7.506.000	-	3.000.000	3.000.000	3.000.000	-
59	CORAL - FRIREFRIGEROS E PARTICIPAÇÕES S/A .....	2	CANOINHAS	VL.CANOINHAS	SERVIÇOS	T	420.910.000	88.000.000	22.000.000	110.000.000	94.338.972	15.661.021
60	CRISTAIS HERING S/A .....	1	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	DIVERSOS	T	601.510.000	18.038.000	77.112.000	95.200.000	60.000.000	-35.200.000
61	DESTILARIA AUTÔNOMA ALCOOLVALE S/A .....	1	ÁGROLÂNDIA	ALTO VL. ITAJAI	QUÍMICA	D	57.022.000	6.080.000	9.120.000	16.000.000	16.000.000	-
62	DIPLASA - DIFREI PLÁSTICOS S/A .....	1	TUBARÃO	LAGUNA	MAT. PLÁSTICO	D	81.866.000	9.438.000	19.162.000	20.600.000	-	28.600.000
63	DUAS RODAS AGRO-INDUSTRIAL S/A .....	1	JARAGUÁ DO SUL	VL. ITAPOCO	ALIMENTAR	T	3.497.000	975.000	2.025.000	3.000.000	3.000.000	-
64	EDENE - IND.GRÁFICA E COMUNICAÇÕES S/A .....	1	FLORIANÓPOLIS	GRANFOPOLIS	GRÁFICO	T	7.991.700	-	3.200.000	3.200.000	3.200.000	-
65	ENBRAIA - ENPR.BRAS.DE INSEN.ARTIFICIAL S/A ..	1	JOAÇABA	MÉDIO OESTE CAT.	INSEN.ARTIF.	D	15.000.000	15.000.000	-	15.000.000	15.000.000	-
66	ENERGE S/A - ALIMENTOS ESPECIAIS .....	1	GUARAVIRIH	VL. ITAPOCO	ALIMENTAR	T	18.1700.000	14.700.000	-	14.700.000	14.700.000	-
67	ENRASA - ENPR.REUNIDAS DE MADEIRA S/A .....	1	ITAJAI	FOZ RIO ITAJAI	MADIEIRA	T	18.724.000	-	9.000.000	9.000.000	5.000.000	4.000.000
68	ELETRO MÉDICA S/A .....	2	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	SERVIÇO	T	18.724.000	-	9.000.000	9.000.000	5.000.000	4.000.000

CR- DEV	E M P R E S A S	(1)	MUNICÍPIO	REGIÃO	RUMO DE ATIVIDADE	(2)	A P R O V A D O S			LIBERADO	SALDO	
							FINANCIADA					
							INVESTIMENTO INCREMENTAL	GIRO	FIXO			TOTAL
69	ERMETAL - ARTEFATOS METALÚRGICOS LTDA ....	1	JOAÇABA	MEIO OESTE CAT.	METAL-MECÂNICO	D	19.030.000	2.697.000	6.603.000	9.300.000	8.800.000	8.500.000
70	ESQUARBOX IND. E COM. DE ESQUADRIAS E BOX LTDA	1	LAGUNA	LAGUNA	METALÚRGICA	D	133.657.000	1.600.000	38.400.000	40.000.000	-	40.000.000
71	FÁBRICA DE ACOLCHOADOS ALTENBURG LTDA ...	1	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	TEXTIL	T	51.568.000	25.664.000	-	25.664.000	10.000.000	15.664.000
72	FÁBRICA DE FERRAMENTAS MANCHESTER S/A ...	2	JOINVILLE	NORDESTE DE SC	MECÂNICA	D	9.297.000	6.100.000	500.000	6.600.000	6.600.000	-
73	FAQUEADAS - IND. DE MADEIRAS S/A .....	1	IPUMIRIM	ALTO URUGUAICAT	MADEIRA	T	37.160.000	3.283.000	6.097.000	9.380.000	9.380.000	-
74	FAÇÃO JOINVILLE S/A .....	1	JOINVILLE	NORDESTE DE SC	TEXTIL	T	15.183.200	3.500.000	3.500.000	12.500.000	12.500.000	-
75	FIOVALE S/A - IND. E COM. DE FIOS TEXTÉIS ..	1	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	TEXTIL	T	62.816.000	1.062.500	11.437.500	12.500.000	12.500.000	-
76	FLORAMEL S/A .....	1	SÃO JOSE	GRANFOPOLIS	ALIMENTAR	T	1.108.000	684.000	424.000	1.108.000	1.108.000	-
77	FRANLUI TEXTIL S/A .....	1	ITAJAI	FOZ ITAJAI	VESTUÁRIO	T	62.648.500	3.815.250	9.684.750	13.500.000	7.500.000	6.000.000
78	FRIGOAVES ITAPIRANGA S/A .....	1	ITAPIRANGA	EXTR. OESTE CAT.	ALIMENTAR	T	215.081.000	4.800.000	35.200.000	40.000.000	40.000.000	-
79	FRIGOPLAN - CIA PLANALTO DE FRIGORÍFICOS	3	LAGES	SERRANA	ALIMENTAR	T	354.000.000	159.999.999	22.000.000	181.999.999	157.000.000	24.999.999
80	FRIGORÍFICO CANTA GALO S/A .....	1	SÃO JOSE	GRANFOPOLIS	ALIMENTAR	T	27.900.000	15.000.000	-	15.000.000	15.000.000	-
81	FRIGORÍFICO GUMZ S/A .....	1	JARAGUÁ DO SUL	VL. ITAPOCO	ALIMENTAR	T	16.763.939	750.000	2.250.000	3.000.000	3.000.000	-
82	FRIGORÍFICO SUL CATARINENSE S/A .....	1	CRICIUMA	SUL DE SC	ALIMENTAR	T	17.370.600	3.560.000	6.440.000	10.000.000	10.000.000	-
83	FRIL - FRIGORÍFICO RIO DA LUZ S/A .....	2	JARAGUÁ DO SUL	VL. ITAPOCO	ALIMENTAR	T	60.611.000	2.900.002	7.100.003	10.000.005	-	10.000.005
84	FUNDEMAO - FUNDIÇÃO E MÁQUINAS S/A .....	2	JOINVILLE	NORDESTE DE SC	MECÂNICA	D	5.000.000	5.000.000	-	5.000.000	5.000.000	-
85	FUNDIÇÃO TRITON S/A - IND. E COM. ....	2	JOAÇABA	MEIO OESTE CAT.	METAL-MECÂNICO	T	45.735.000	3.982.726	10.241.280	14.224.000	14.224.000	-
86	GRAHL - EQUIP. RODOV. E IND. S/A .....	2	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	GRÁFICA	T	25.387.000	7.600.000	3.000.000	10.600.000	10.600.000	-
87	GRAVATAL - HOTÉIS DE TURISMO S/A .....	3	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	MECÂNICA	T	108.646.780	43.000.000	-	43.000.000	10.000.000	33.000.000
88	GRAVATAL - EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS S/A .....	2	GRAVATAL	LAGUNA	SERVIÇOS	T	20.700.000	-	5.000.000	5.000.000	5.000.000	-
89	HARDT - EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS S/A .....	1	JOINVILLE	NORDESTE DE SC	METALÚRGICA	D	12.000.000	6.000.000	-	6.000.000	6.000.000	-
90	HERBERT NICKEL & CIA .....	1	S. FRANCISCO SUL	HONDESTE	MECÂNICA	D	2.904.500	2.904.500	-	2.904.500	-	2.904.500
91	HERING S/A - BRINQ. E INSTR. MUSICIAS .....	3	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	DIVERSOS	T	37.719.300	125.000.000	-	125.000.000	15.000.000	10.000.000
92	HOTÉIS TAMENHOF S/A .....	1	JOINVILLE	HONDESTE DE SC	SERVIÇOS	T	36.111.057	15.087.004	-	15.087.004	-	15.087.004
93	IBRAP - IND. BRASILEIRA DE PLÁSTICOS S/A ..	1	BRUSSELA	SUL DE SC	MET. PLÁSTICO	D	75.372.000	6.000.000	24.000.000	30.000.000	15.000.000	15.000.000
94	ILHA SANTA CATARINA TURISMO E HOTÉIS S/A	1	FLORIANÓPOLIS	GRANFOPOLIS	SERVIÇOS	T	72.000.000	1.054.200	12.945.800	14.009.000	14.000.000	-
95	IMACOL - IND. E COM. DE MADEIRAS TIJUCAS S/A	3	TIJUCAS	VL. ITAJAI	MADEIRA	T	175.323.000	12.535.000	14.983.000	47.500.000	14.700.000	32.800.000
96	IMAPESCA - IND. E COM. DE PESCAÇO LTDA ..	1	INARUI	LAGUNA	ALIMENTAR	T	19.014.000	1.620.000	7.380.000	9.000.000	-	9.000.000
97	IMACRO INDUSTRIAL S/A .....	1	PALHOÇA	GRANFOPOLIS	MECÂNICA	D	12.906.000	552.000	1.848.000	2.400.000	2.400.000	-
98	IMBRALIT S/A ARTIFATOS DE CIMENTO AMARNO .....	3	CRICIUMA	SUL DE SC	MIL. MÃO MET.	D	52.400.095	19.460.095	2.100.000	21.560.095	21.560.095	-
99	IMEZA S/A - IND. METAL. ZANDAVALLE S/A .....	3	TUBARÃO	LAGUNA	METALÚRGICA	D	3.800.000	-	3.000.000	3.000.000	3.000.000	-
100	IMBRAL - IND. BRASILEIRA DE LAMINADOS S/A .....	1	TUBARÃO	LAGUNA	MADEIRA	T	4.000.000	1.400.000	600.000	2.000.000	2.000.000	-
101	INCOF - IND. DE CONFEÇÕES LTDA .....	1	LAGES	SERRANA	TEXTIL	T	89.467.000	13.320.000	24.600.000	36.000.000	10.000.000	26.000.000
102	INCOMÓVEIS - IND. E COM. DE MÓVEIS S/A ..	1	CAÇADOR	ALTO VL. RIO METAL	MOBILIÁRIO	T	36.345.000	2.700.000	6.200.000	8.900.000	8.900.000	-

OR- DEM	E M P R E S A S	(1)	MUNICÍPIO	REGIÃO	NOME DE ATIVIDADE	(2)	INVESTIMENTO INCREMENTAL	A P R O V A D O S			LIBERADO	SALDO
								F I X A D A D E		TOTAL		
								GIRO	F I X O			
103	INCOPISO - IND. E COM. DE PISOS .....	2	CRICIUMA	SUL DE SC	MIN. NÃO HET.	T	274.518.000	3.555.400	37.024.600	40.580.000	40.580.000	-
104	INDÚSTRIA AUGUSTO KLIMKE S/A .....	1	SÃO BENTO SUL	NORDESTE DE SC	DIVERSOS	T	58.071.000	5.943.300	10.556.700	16.500.000	16.500.000	-
105	INDÚSTRIA ARTEFAMA S/A .....	1	SÃO BENTO SUL	NORDESTE DE SC	MOBILIÁRIO	T	7.000.000	7.000.000	-	7.000.000	7.000.000	-
106	INDÚSTRIA DE CALÇADOS VARESE S/A .....	1	S. JOÃO BATISTA	VL. ITAJAI	VESTUÁRIO	T	109.170.000	4.940.000	33.060.000	38.000.000	38.000.000	-
107	IND. CONVENTOS S/A - IND. DE MÁQ. E EQUIP. ....	1	CRICIUMA	SUL SC	MECÂNICA	D	183.492.000	26.650.001	38.350.001	65.000.002	-	65.000.002
108	INDÚSTRIA ESTRELA S/A .....	1	LONTRAS	ALTO VL. ITAJAI	METALÚRGICA	D	154.416.000	26.300.000	31.900.000	58.000.000	-	58.000.000
109	IND. MADEIREIRA DE SANTA CATARINA S/A ..	1	BOA RETIRO	SERRANA	MADEIRA	T	139.857.000	13.706.000	35.244.000	40.950.000	-	48.950.000
110	IND. DE MÁQUINAS FISCHER S/A .....	1	BRUSQUE	VL. ITAJAI	METALÚRGICA	D	119.052.000	16.286.400	20.953.600	45.240.000	-	45.240.000
111	IND. E COM. DE COMPRESSORES ANVT. S/A (INDUMSA) ..	1	MAIRA	PLANALTO NORTE	MADEIRA	T	1.558.800	274.500	475.500	750.000	-	750.000
112	IND. DE FÉCULA CIA LORENZ .....	1	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	QUÍMICA	D	26.000.000	16.000.000	-	16.000.000	-	16.000.000
113	IND. MECÂNICA ZIRELLI S/A .....	3	BALM. CAMBORIU	FOZ RIO ITAJAI	MECÂNICA	T	313.440.000	18.678.000	43.587.000	62.265.000	-	62.265.000
114	IND. DE HOVEIS SANTA MARIA S/A .....	1	PORTO UNIÃO	VL. CANOINHAS	MOBILIÁRIO	T	18.626.600	4.213.000	3.960.000	8.173.000	-	8.173.000
115	IND. TEXTIL JARIFA S/A .....	2	JARAGUÁ DO SUL	VL. ITAPOCO	VESTUÁRIO	T	94.013.100	13.140.000	14.860.000	28.000.000	-	28.000.000
116	IND. TEXTIL PERON S/A .....	2	INDIAL	MÉDIO VL. ITAJAI	TEXTIL	T	34.025.000	6.560.000	5.940.000	12.500.000	-	12.500.000
117	INTESA - IND. TEXTIL SALTO LTDA .....	1	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	TEXTIL	T	106.416.000	5.586.200	27.273.800	32.860.000	-	32.860.000
118	IND. E COM. DE CONFEÇÕES ALFA LTDA .....	2	BRUSQUE	VL. ITAJAI	VESTUÁRIO	T	82.898.996	3.173.100	22.491.900	25.665.000	-	25.665.000
119	IND. E COM. DUDALINA S/A .....	1	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	VESTUÁRIO	T	231.098.500	19.380.000	94.620.000	114.000.000	-	114.000.000
120	IND. DE RELÓGIOS HERREG S/A .....	1	TIHÓ	MÉDIO VL. ITAJAI	MECÂNICA	D	46.277.000	5.500.000	-	5.500.000	-	5.500.000
121	INEBRASA - IND. ELETRON. BRAS. S/A .....	2	ITAJAI	MÉDIO VL. ITAJAI	MNT. ELETR. COM.	D	133.376.000	15.528.000	16.780.000	32.308.000	-	32.308.000
122	INIPLASA - IND. NIENKOTER DE PLÁSTICOS .	2	FLORIANÓPOLIS	FOZ RIO ITAJAI	MNT. ELETR. COM.	D	10.610.744	827.000	4.223.000	5.050.000	-	5.050.000
123	INKOMAD - BRINQ. E ARTEP. DE MADEIRA S/A .	1	LAGES	SERRANA	MAT. PLÁSTICO	T	29.232.092	3.083.520	5.716.480	8.800.000	-	8.800.000
124	INPLAC - IND. DE PLÁSTICOS S/A .....	3	BIGUAÇO	GRANFÓPOLIS	DIVERSOS	D	126.755.000	17.980.000	14.300.000	32.280.000	-	32.280.000
125	INTELBA - IND. E TECIDOS LOUREIRO BAUER S/A	1	BRUSQUE	VL. ITAJAI	TEXTIL	T	187.068.000	65.473.000	-	65.473.000	-	65.473.000
126	INTELBRAS S/A - IND. DE TEL. ELET. BRASILEIRA ...	1	SÃO JOSE	GRANFÓPOLIS	MAT. ELET. COM.	D	42.566.000	5.929.000	-	5.929.000	-	5.929.000
127	IRMAOS FISCHER S/A - IND. E COM. ....	1	BRUSQUE	VL. ITAJAI	METAL MECÂNICO	D	38.160.184	2.590.000	15.910.000	18.500.000	-	18.500.000
128	ITAVEST DO BRASIL S/A - IND. DO VESTUÁRIO	1	ITAJAI	FOZ RIO ITAJAI	VESTUÁRIO	T	49.291.000	18.006.000	-	18.006.000	-	18.006.000
129	ITRASEN S/A - IND. MEC. E ELETR. PRECISÃO ..	1	SÃO JOSE	GRANFÓPOLIS	MAT. ELETR. COM.	D	18.742.000	1.530.000	7.470.000	9.000.000	-	9.000.000
130	JARAGUÁ FABRIL S/A .....	2	JARAGUÁ DO SUL	VL. ITAPOCO	TEXTIL	T	35.059.945	5.124.016	10.240.984	15.365.000	-	15.365.000
131	JOHANN GRITSCH S/A - IND. DE EXP. DE MÓVEIS ..	3	ITAJAI	FOZ RIO ITAJAI	MOBILIÁRIO	T	112.533.000	30.980.000	15.120.000	46.100.000	-	46.100.000
132	JOVIA EMBALAGENS S/A .....	2	JOAÇABA	MEIO OESTE CAT.	PAPEL/PAPPELÃO	T	61.315.000	13.980.000	13.520.000	27.500.000	-	27.500.000
133	KAUDER S/A - IND. E COM. DE PLÁSTICOS ....	1	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	MAT. PLÁSTICO	D	36.031.000	1.260.000	5.740.000	7.000.000	-	7.000.000
134	KRIHNBERG ALIMENTOS S/A .....	2	RIO DO SUL	ALTO VL. ITAJAI	ALIMENTAR	T	60.999.000	750.000	6.750.000	7.500.000	-	7.500.000
135	LACTOPLASA - IND. DE LACT. DO PLANALTO B/A.	4	LAGES	SERRANA	ALIMENTAR	T	7.978.622	7.978.622	-	7.978.622	-	7.978.622
136	LEONI REFRIGERANTES S/A - IND. E COM. ....	1	VIDEIRA	ALTO VL. RIO RULM	BEBIDAS	T	22.142.500	-	6.265.000	6.265.800	-	6.265.800

OR- DEM	E H P R E S A S	(1)	MUNICÍPIO	REGIÃO	TIPO DE ATIVIDADE	(2)	A P R O V A D O S			LIBERADO	SALDO		
							F I X A - I D A D E		TOTAL				
							GIRO	FIXO					
137	LORENZ ALIMENTOS S/A .....	1	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	ALIMENTAR	T	198.438.000	28.475.730	40.977.270	69.453.000	-	69.453.000	
138	MADEIREIRA BOA VISTA S/A .....	3	CAÇADOR	ALTO VL. JÚLIO PEDR	MADEIRA	T	177.800.000	57.800.000	-	57.800.000	57.800.000	-	57.800.000
139	MADEIREIRA MARCELINENSE S/A IND. E COM. ..	2	JORÇABA	MEIO OESTE CAT.	MADEIRA	T	10.000.000	16.300.000	-	16.300.000	16.300.000	-	16.300.000
140	MADEIREIRA PAGONCELLI SUL S/A .....	1	HERVAL D'OESTE	MEIO OESTE CAT.	MADEIRA	T	20.000.000	-	6.000.000	6.000.000	6.000.000	-	6.000.000
141	MADEIREIRA P.R. GHEIPEL LTDA .....	1	SCHROEDER	VL. ITAPOCÓ	MADEIRA	T	72.124.000	13.294.000	15.606.000	15.606.000	28.900.000	-	28.900.000
142	MADEX - IND. E COM. DE MADEIRAS B/A .....	2	JORÇABA	MEIO OESTE CAT.	MADEIRA	T	15.040.000	8.128.000	412.000	412.000	8.540.000	-	8.540.000
143	MALMARIA ITOUPAVA LTDA .....	1	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	TEXTIL	T	12.000.000	5.543.000	-	5.543.000	5.543.000	-	5.543.000
144	MARQUARDT - IND. DE MALHAS B/A .....	1	JARAGUÁ DO SUL	VL. ITAPOCÓ	TEXTIL	T	71.285.000	7.830.000	19.170.000	19.170.000	27.000.000	-	27.000.000
145	MEIAS BLUMENAU E CONFECÇÕES B/A .....	2	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	VESTUÁRIO	T	39.498.600	4.725.800	8.271.000	8.271.000	13.000.000	-	13.000.000
146	METALÚRGICA DOUT S/A .....	2	JOINVILLE	HORDESTE DE SC	METALÚRGICA	D	16.500.000	16.000.000	-	16.000.000	16.000.000	-	16.000.000
147	METALÚRGICA FEY S/A .....	1	INDAIAL	MÉDIO VL. ITAJAI	METALÚRGICA	D	55.268.000	-	10.000.000	10.000.000	10.006.000	-	10.006.000
148	METALÚRGICA JOÃO HIEST B/A .....	2	JARAGUÁ DO SUL	VL. ITAPOCÓ	METALÚRGICA	D	49.855.720	10.284.000	12.716.000	12.716.000	23.000.000	-	23.000.000
149	METALÚRGICA SCHULTZ S/A .....	1	JOINVILLE	HORDESTE DE SC	METALÚRGICA	D	176.722.000	18.532.200	48.467.800	48.467.800	67.000.000	-	67.000.000
150	METALÚRGICA WETZEL B/A .....	2	JOINVILLE	HORDESTE DE SC	METALÚRGICA	D	107.000.000	14.375.000	17.625.000	17.625.000	32.000.000	-	32.000.000
151	METALÚRGICA VZAT LTDA .....	1	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	METALÚRGICA	D	42.838.000	19.000.000	-	19.000.000	19.000.000	-	19.000.000
152	METALÚRGICA ZIMMERMANN S/A .....	2	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	METALÚRGICA	D	23.303.000	6.050.000	1.550.000	1.550.000	7.500.000	-	7.500.000
153	METALÚRGICA BRUSQUE S/A - IND. E COM. ....	1	BLUMENAU	VL. ITAJAI	METALÚRGICA	D	46.634.500	2.002.000	12.298.000	12.298.000	14.300.000	-	14.300.000
154	MICHIGAN TINTAS E VERNIZES S/A .....	1	BRUNWIRIM	VL. ITAPOCÓ	QUÍMICA	D	25.300.000	5.688.000	6.312.000	6.312.000	12.000.000	-	12.000.000
155	MODELAÇÃO ALTONA S/A .....	1	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	MECÂNICA	D	12.629.000	250.000	2.250.000	2.250.000	2.500.000	-	2.500.000
156	MÓVEIS ARTESSOL S/A .....	1	S. BENTO DO SUL	HORDESTE DE SC	MOBILIÁRIO	T	5.600.000	5.600.000	-	5.600.000	5.600.000	-	5.600.000
157	MÓVEIS CIHO S/A .....	1	RIO NEGRINHO	HORDESTE DE SC	MOBILIÁRIO	T	22.000.000	11.000.000	-	11.000.000	11.000.000	-	11.000.000
158	MÓVEIS N.Q. LTDA .....	1	RIO NEGRINHO	HORDESTE DE SC	MOBILIÁRIO	T	41.188.000	18.535.000	-	-	18.535.000	-	18.535.000
159	MÓVEIS RUDHICK S/A .....	1	SÃO BENTO DO SUL	HORDESTE DE SC	MOBILIÁRIO	T	11.300.000	11.300.000	-	-	11.300.000	-	11.300.000
160	MÓVEIS ROVEL S/A .....	1	RIO NEGRINHO	HORDESTE DE SC	MOBILIÁRIO	T	51.020.000	25.000.000	-	-	25.000.000	-	25.000.000
161	MÓVEIS ZOMER S/A - IND. E COM. ....	1	ORLEANS	LAGUNA	MOBILIÁRIO	T	6.670.000	6.670.000	-	-	6.670.000	-	6.670.000
162	NOVELSUL S/A .....	2	RIO DO SUL	ALTO VL. ITAJAI	TEXTIL	T	250.350.000	17.115.000	86.885.000	86.885.000	104.000.000	-	104.000.000
163	NYLONSUL TEXTIL A.M. SCINHALZ S/A .....	3	JOINVILLE	HORDESTE DE SC	VESTUÁRIO	T	33.629.720	13.376.000	-	-	13.376.000	-	13.376.000
164	NEVES S/A-IND.CAT.DE ARTEFATOS DE MADEIRA	1	JARAGUÁ DO SUL	VL. ITAPOCÓ	MADEIRA	T	11.277.200	6.630.736	-	-	6.630.736	-	6.630.736
165	OUA-ORGANIZAÇÕES BITTENCOURT DE ALIMENTOS S/A ...	4	IMARUI	LAGUNA	ALIMENTAR	T	367.192.141	49.020.000	37.800.000	37.800.000	66.900.000	-	66.900.000
166	OXFORD S/A - IND. E COM. ....	2	SÃO BENTO SUL	HORDESTE DE SC	MIN. MÃO MET.	T	291.675.000	18.400.000	71.600.000	71.600.000	90.000.000	-	90.000.000
167	PASTISA S/A - IND. BRAB. DE CERÂMICA .....	2	LAGUNA	LAGUNA	MIN. MÃO MET.	T	295.635.000	50.000.000	39.300.000	39.300.000	49.300.000	-	49.300.000
168	PERDIGÃO CATARINENSE S/A .....	1	HERVAL D'OESTE	MEIO OESTE CAT.	ALIMENTAR	T	23.000.000	23.000.000	-	-	23.000.000	-	23.000.000
169	PERDIGÃO OURO S/A .....	3	CAPINZAL	MEIO OESTE CAT.	ALIMENTAR	T	82.120.818	6.128.000	15.872.000	15.872.000	22.000.000	-	22.000.000
170	PERDIGÃO VELOSO S/A .....	2	SALTO VELOSO	ALTO VL. RIO NEGR	ALIMENTAR	T	39.508.000	20.000.000	-	-	20.000.000	-	20.000.000

OR- DEM.	E M P R E S A S	(1)	MUNICÍPIO	REGIÃO	RAMO DE ATIVIDADE	(2)	INVESTIMENTO INCREMENTAL	A P R O V A D O S			LIBERADO	SALDO
								P I N A L I D A D E		TOTAL		
								GIRO	FIXO			
171	PERFILADOS TUPY S/A	1	JOINVILLE	NORDESTE DE SC	METALÚRGICA	D	19.720.000	-	9.200.000	9.200.000	9.200.000	-
172	PINHEIRINHOS LACTÍNIOS S/A	1	LAGES	SERRANA	ALIMENTAR	T	153.697.000	500.000	24.500.000	25.000.000	-	25.000.000
173	PISOBRAS - PISOS BRASILEIROS LTDA	1	TUBARÃO	LAGUNA	MIR. NÃO MET.	T	40.036.000	6.650.000	12.350.000	19.000.000	-	19.000.000
174	PHILIPPI S/A	1	FLORIANÓPOLIS	GRANFÓPOLIS	DIVERSOS	T	183.072.000	64.000.000	-	64.000.000	51.600.000	12.400.000
175	PRAYONTUR HOTEL E CAMPING LTDA	1	STO AMARO IMPER	SERVIÇOS	SERVIÇOS	T	58.574.700	900.000	19.200.000	20.090.000	20.090.000	-
176	PLANALTO ALIMENTOS S/A	1	LAGES	SERRANA	ALIMENTAR	T	45.311.000	4.590.000	12.410.000	17.000.000	17.000.000	-
177	PLÁSTICO KRAUSE S/A	1	ITAJAI	FOZ RIO ITAJAI	MAT. PLÁSTICO	D	20.485.000	3.450.000	4.010.000	7.500.000	6.000.000	1.500.000
178	POSTES SECCIONAIS DO BRASIL S/A	2	ITAJAI	FOZ RIO ITAJAI	METAL MECANICO	D	24.600.000	9.224.000	2.976.000	12.200.000	12.200.000	-
179	PORTO S/A - IND. E COM. DE MÓVEIS	1	PORTO UNIAO	VL. CAROLINAS	MOBILIÁRIO	T	15.293.000	2.272.550	4.220.450	6.493.000	5.000.000	1.493.000
180	QUIMIFLORA - QUÍMICA AGROFLORESTAL CAT. S/A	1	JOINVILLE	NORDESTE	QUÍMICA	D	77.174.000	8.207.080	21.103.920	29.311.000	29.311.000	-
181	RECEL - REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA	1	CRICIUMA	SUL DE SC	MIR. NÃO MET.	T	202.287.000	40.600.000	29.400.000	70.000.000	50.400.000	19.600.000
182	RESILAGES-RESINAS E ESSENCIAS AGROFLORESTAL S/A	1	LAGES	SERRANA	QUÍMICA	D	175.145.000	15.960.000	50.540.000	66.500.000	-	66.500.000
183	REVELUX - REVEST. DE LUXO LTDA	1	TUBARÃO	LAGUNA	MIR. NÃO MET.	T	148.303.000	13.440.000	42.560.000	56.000.000	17.000.000	39.000.000
184	RODFLEX - IND. E COM. DE CAD E POUTONAS LTDA	1	TUBARÃO	LAGUNA	MOBILIÁRIO	T	18.267.000	5.500.000	-	5.500.000	5.500.000	-
185	ROSIN-INDAL E COM. DE RESÍDUOS TÊXTIS LTDA	1	BRUSQUE	VL. ITAJAI	TEXTIL	T	32.103.000	5.365.000	9.135.000	14.500.000	7.250.000	7.250.000
186	ROSSO BENDO S/A	1	URUSSANGA	SUL DE SC	MOBILIÁRIO	T	56.940.000	11.750.000	13.250.000	25.000.000	-	25.000.000
187	ROUKINOL S/A - IND. E COM.	3	RIO DO SUL	ALTO VL. ITAJAI	ALIMENTAR	T	105.482.000	32.540.000	8.960.000	41.500.000	18.048.905	23.451.09
188	SAFELCA OLSEN S/A - CELULOSE E PAPEL	1	RIO NEGRINHO	NORDESTE DE SC	PAPEL	T	178.640.000	19.000.000	16.000.000	35.000.000	35.000.000	-
189	SAFRITA S/A - FRIGORIFICO ITAPIRANGA	1	ITAPIRANGA	EXTREMO OESTE CAT.	ALIMENTAR	T	45.100.000	11.000.000	-	11.000.000	11.000.000	-
190	SANTOS ALMEIDA S/A	1	CAPINZAL	MEIO OESTE CAT.	MADEIRA	T	5.500.000	5.500.000	-	5.500.000	5.500.000	-
191	SEARA AVÍCOLA XANXERÊ S/A	1	XANXERÊ	MEIO OESTE CAT.	ALIMENTAR	T	33.066.828	2.749.610	4.004.089	7.553.599	7.553.599	-
192	SEARA BRASCARNE AGROPECUÁRIA S/A	1	XANXERÊ	MEIO OESTE CAT.	ALIMENTAR	T	36.975.172	3.074.490	5.371.911	8.446.401	8.446.401	-
193	SIPAL S/A - IND. COM. E AGROPECUÁRIA	1	CHAPLCO	ALTO ITAHI	ALIMENTAR	T	34.644.000	3.500.000	8.500.000	12.000.000	12.000.000	-
194	SOPASTA S/A - IND. E COM.	2	TANGARÁ	OESTE DE SC	ALIMENTAR	T	269.439.381	25.000.000	-	25.000.000	20.000.000	5.000.00
195	SOCIEDADE DE RIBEIRÃO SÃO PAULO	1	GUARANHIM	MEIO OESTE CAT.	PAPEL/PAPELÃO	T	105.200.000	7.279.200	25.630.800	32.800.000	-	32.800.00
196	SUELY ETAGRO EQUIPAMENTOS B/A	2	URUSSANGA	VL. ITAPOCO	ALIMENTAR	T	40.604.000	2.906.490	9.393.510	12.300.000	12.300.000	-
197	TAPUIA S/A - IND. COM. E MINERAÇÃO	3	PALHOÇA	SUL DE SC	METAL/MECÂNICA	D	458.981.626	11.191.700	116.808.300	128.000.000	58.300.000	69.700.00
198	TICIDOS DOHA FRANCISCA B/A	1	JOINVILLE	NORDESTE DE SC	TEXTIL	T	37.718.000	3.684.300	14.015.700	17.900.000	16.500.000	1.310.00
199	TICHOPIBRA NIELSON S/A	1	JOINVILLE	NORDESTE DE SC	MIR. NÃO MET.	T	8.127.000	1.750.000	750.000	2.500.000	2.500.000	-
200	TINTAS HERING S/A	1	BLUMENAU	NORDESTE DE SC	QUÍMICA	D	13.332.000	2.870.300	2.580.000	6.450.300	6.450.300	-
201	TODAGO - IND. DE MÁQUINAS LTDA	1	SÃO JOSE	MÉDIO VL. ITAJAI	QUÍMICA	T	65.799.000	4.800.000	25.200.000	30.000.000	27.000.000	3.000.00
202	MEGA TRANSFORMADORES B/A	1	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	MAT. ELÉCT. COM.	D	138.303.000	20.575.466	41.784.540	62.362.600	-	62.362.60
203	TICELAGEH TOMAZONI LTDA	1	BRUSQUE	VL. ITAJAI	TEXTIL	T	77.425.000	7.725.000	23.175.000	30.900.000	-	30.900.00
204	TINTURARIA LANCASTER	1	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAI	VESTUÁRIO	T	336.710.000	16.500.000	93.500.000	110.000.000	-	110.000.00

OR-DEM	E H P R E S A S	(1)	MUNICIPIO	NEGÓCIO	RAMO DE ATIVIDADE	(2)	A P R O V A D O S			LIBERADO	SALDO	
							P J N A J I D I A D E		TOTAL			
							GIRO	FIXO				
204	TUBOS OLIVEIRA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	1	LAGUNA	LAGUNA	MIR. NÃO MET.	T	164.364.000	10.350.000	34.650.000	45.650.000	10.000.000	35.000.000
206	TUPER - IND. METALURGICA S/A	2	SÃO BENTO SUL	NORDESTE DE SC	METALURGICA	D	22.096.700	2.026.911	6.757.787	8.784.700	8.784.700	-
207	TUPINIQUIM POLÍMEROS S/A	1	JOINVILLE	NORDESTE DE SC	MAT. PLÁSTICO	D	44.205.521	1.200.000	7.600.000	8.800.000	8.800.000	-
208	TOKASELLI S/A	1	SCHROEDER	VL. ITAPOCO	MADEIRA	T	3.007.800	3.007.800	-	3.007.800	3.087.800	-
209	USATI S/A - REFINADORA CATARINENSE	1	ILHOTA	FOZ RIO ITAJAI	QUÍMICA	D	282.766.000	3.089.100	17.910.900	21.000.000	21.000.000	-
210	USINA METALURGICA JOINVILLE S/A	1	JOINVILLE	NORDESTE DE SC	METALURGICA	D	6.800.000	6.800.000	-	6.800.000	6.800.000	-
211	VINA S/A - IND. COM. E AGROP.	1	GUARAPIRIM	VL. ITAPOCO	ALIMENTAR	T	8.334.500	1.820.000	-	1.820.000	3.300.000	-
212	VINÍCOLA GHISI LTDA	1	TREZE DE MAIO	LAGUNA	BEBIDAS	T	128.649.000	10.736.000	38.064.000	48.800.000	-	48.800.000
213	VISAGE - INDUSTRIA DE MALHAS LTDA	1	GASPAR	MÉDIO VL. ITAJAJÁ	VESTUÁRIO	T	203.713.000	6.103.200	34.584.800	40.688.000	-	40.688.000
214	VITÓRIO TRIDAPALI IND. E COM. LTDA	1	NOVA TRENTO	VL. ITAJAJÁ	ALIMENTAR	T	23.117.000	550.000	10.450.000	11.000.000	-	11.000.000
215	WALTEC S/A - IND. E COM.	1	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAJÁ	MAT. ELET. COM.	D	138.027.000	17.912.400	41.007.600	58.920.000	58.920.000	-
216	WEG MÁQUINAS S/A	2	JARAGUÁ DO SUL	VL. ITAPOCO	METAL-MECÂNICO	D	382.589.000	42.093.200	54.093.200	97.000.000	83.000.000	14.000.000
217	WEEGE S/A - IND. DE LACTÍCIOS	1	POKERODE	MÉDIO VL. ITAJAJÁ	ALIMENTAR	T	86.987.000	9.623.362	12.300.630	21.524.000	19.224.000	2.700.000
218	WERNER S/A - AGRIC. IND. E COM.	1	BLUMENAU	MÉDIO VL. ITAJAJÁ	MECÂNICA	D	50.546.000	2.940.000	3.060.000	6.000.000	6.000.000	-
219	WILDNER S/A - PESC. CONS. CONGELADOS	1	BIGUAÇO	GRAFFPOLIS	ALIMENTAR	T	1.500.000	-	1.500.000	1.500.000	1.500.000	-
220	XANXERÉ - IND. CAT. DE ACUMULADORES LTDA	1	XANXERÉ	ALTO IRAHI	MAT. ELET. COM.	D	58.533.000	7.538.560	16.002.440	23.533.000	23.533.000	-
221	XILMAR IND. E COM. DE ARROZ	1	LAGUNA	LAGUNA	ALIMENTAR	T	67.000.000	40.000.000	-	40.000.000	32.000.000	8.000.000
222	ZANETELLO S/A - AGRICULTURA IND. E COM.	1	SÃO JOAQUIM	SERRNA	BEBIDAS	T	163.350.000	2.480.000	59.520.000	62.000.000	-	62.000.000
223	ZOMER IND. DE PLÁSTICOS S/A	1	ORLEANS	LAGUNA	MAT. PLÁSTICO	T	1.700.000	1.700.000	-	1.700.000	1.700.000	-
224	ZORTEA S/A - COMPENSADOS E ESQUADRAS	2	CAMPOS NOVOS	MEIO OESTE CAT	MADEIRA	T	126.506.232	17.060.000	21.440.000	30.500.000	6.500.000	32.000.000
SUB-TOTAL 01							24.277.813.741	2.881.669.011	3.809.762.906	6.691.431.917	4.360.370.782	2.331.061.13
225	SANTINVEST S/A - SC EMP. E PARTICIPAÇÕES	1	IMBITUBA	LAGUNA	SIDERÚRGICA	D	1.400.000.000	-	910.000.000	910.000.000	823.095.000	86.905.000
SUB-TOTAL 02							25.677.813.741	2.881.669.011	4.729.762.906	7.601.431.917	5.183.465.782	2.417.966.13

A N E X O 5

PROJETOS APROVADOS E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DO PROCAPE (1977-1980)

FONTE: Material da CPI do PROCAPE - Relação fornecida pelo PROCAPE

PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO À CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS - PROCAP E -  
 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA  
 PROJETOS APROVADOS DE 1977

NÚMERO ORDEM	EMPRESA	S A L D O EM 31.12.79	LIBERADO EM 1980	S A L D O EM 31.12.80
001	COMCAP - CIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL S/A.---	-0-	-0-	-0-
002	ELIANE INDÚSTRIA E CERÂMICA DE PISOS S/A.---	14.484.800,00	-0-	14.484.800,00
003	INIPLASA INDÚSTRIA NIENKÖTTER DE PLÁSTICOS S/A	-0-	-0-	-0-
004	INDUSTRIAL LADEVIG S/A.-----	-0-	-0-	-0-
005	INCOPISO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PISOS S/A.---	-0-	-0-	-0-
006	INDÚSTRIA REUNIDAS OURO S/A.-----	-0-	-0-	-0-
007	*LORENZ NATIONAL INDUSTRIAL S/A.-----	248.040,00	-0-	248.040,00
008	REFRAZA - REFRAJÁRIOS ZANDAVALLE S/A.-----	-0-	-0-	-0-
	*FOI CANCELADA A PARTICIPAÇÃO CONFORME RESOLU ÇÃO 369 DE 04.03.1980.			
	T O T A L-----	14.732.840,00	-0-	14.732.840,00

Florianópolis, 09 de janeiro de 1981

*[Handwritten Signature]*  
 CELIO DE CASTRO JUNIOR  
 RESPONSÁVEL P/ SETOR

*[Handwritten Signature]*  
 MERCILIO BITTENCOURT  
 DIRETOR FINANCEIRO



PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO A CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS - PROCAPE -  
 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA  
 PROJETOS APROVADOS EM 1978

EMPRESAS	SALDO EM 31.12.79	LIBERADO EM 1980	SALDO EM 31.12.80
ALIMENTOS DO SUL S/A.-ALUSUD -	-0-	-0-	-0-
AGROPECUÁRIA INDUSTRIAL ZINCK-	-0-	-0-	-0-
ALFONSO MEISTER S/A.-----	200.000,00	200.000,00	-0-
CORAL EMPR.PARTICIPAÇÕES S/A.-	600.000,00	-0-	600.000,00
CCA ARTEFATOS DE CONCRETO S/A-	-0-	-0-	-0-
CENTRAIS DE ESTOCAGEM DE SC SA	2.328.000,00	2.328.000,00	-0-
CENVAL EXPORT S/A.-----	12.863.000,00	12.863.000,00	-0-
CERÂMICA PORTOBELO S/A.-----	10.613.000,00	10.613.000,00	-0-
COMPENSADOS FUCH S/A.-----	947.609,00	947.609,00	-0-
EMERGE S/A.ALIMENTOS ESPECIAIS	1.500.000,00	1.500.000,00	-0-
EMER IND.GRÁF.COMUNICAÇÃO SA-	-0-	-0-	-0-
EMERALD-EMPR.ERAS. I.ARTIFICIAL	3.200.000,00	3.200.000,00	-0-
FRIGORÍFICO GINZ S/A.-----	600.000,00	600.000,00	-0-
FRISULCA-FRIG.SUL CATAPUENSE-	-0-	-0-	-0-
FILIAÇÃO JOINVILLENSE S/A.-----	-0-	-0-	-0-
FRIGORÍFICO PEPARI S/A.-----	22.764.000,00	22.764.000,00	200.000,00
GRAVITAL HOTEL DE TURISMO S/A-	-0-	-0-	-0-
GRAFICA 43 S/A. IND.COMÉRCIO.-	-0-	-0-	-0-
GRACOL IND.COM.DE MADEIRAS S/A	-0-	-0-	-0-
INDUSTRIA DE FEXULA CIA LORINZ	-0-	-0-	-0-
INDÚSTRIA TÊXTIL JARITA S/A.--	-0-	-0-	-0-
INDPLAC INDUSTRIA DE PLÁSTICOS-	-0-	-0-	-0-
INDÚSTRIA REUNIDAS OURO S/A.--	-0-	-0-	-0-
INDOMÓVEIS IND.COM.MÓVEIS S/A-	3.450.000,00	3.450.000,00	-0-
INVEST DO BRASIL S/A. IND.VEST	256.541,39	-0-	256.541,39
JOHAN GEITSCH S/A. IND.COM.FRP.	-0-	-0-	-0-
METALURGICA ZBERMAN S/A.-----	300.000,00	-0-	300.000,00
PARISOL IND.VESTUÁRIA S/A.-----	-0-	-0-	-0-
PARIS CBD S/A.-----	-0-	-0-	-0-
PARALURGICA DOURT S/A.-----	-0-	-0-	-0-
REBELPEIRA MARCELINENSE S/A.--	-0-	-0-	-0-
VLONSUL TÊXTIL A.M.SCHULZ SA	1.000.000,00	1.000.000,00	-0-
SA-ORG.BITTENKOURT ALIMENTOS-	-0-	-0-	-0-

PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO A CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS - PROCAPE -  
 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA  
 PROJETOS APROVADOS EM 1979

E M P R E S A S	S A L D O EM 31.12.79	LIBERADO EM 1980	S A L D O EM 31.12.80
ARWCO HOTÉIS DE TURISMO S/A.-----	2.999.040,00	2.000.000,00	999.040,00
CIA SANDRINI DE HOTÉIS DE TURISMO S/A.-----	695.000,00	695.000,00	-
CIA METALURG DE ADM. E PARTICIPAÇÕES S/A.---	9.000.000,00	9.000.000,00	-
CIA CATARINENSE DE ALCOOL S/A.-----	18.000.000,00	-	18.000.000,00
CEIMA IND. PISOS E REFRACTÁRIOS LIDA.-----	5.326.190,00	5.326.190,00	-
EMERAL - ARTEFATOS METALÚRGICOS S/A.-----	2.950.000,00	-	2.950.000,00
JOVINA ENCALAGENS S/A.-----	4.000.000,00	4.000.000,00	-
FRIGOPLAN CIA PLANALTO DE FRIGORÍFICOS S/A.---	15.500.000,00	15.500.000,00	-
BRASUL ENCALAGENS SUL BRASILEIRAS S/A.---	-	-	-
CONING S/A. BRINQUEDOS E INSTR. MUSICAIS S/A.---	1.500.000,00	1.500.000,00	-
FRAPT EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS S/A.-----	-	-	-
INDUSTRIA E COMERCIO LUZI OLSEN S/A.-----	35.000.000,00	34.256.000,00	744.000,00
INDERASA IND. ELETRONICAS BRASILEIRAS S/A.---	26.808.000,00	15.000.000,00	11.808.000,00
INDUSTRIA REUNIDAS OIRO S/A. COM. INDUSTRIA---	10.000.000,00	10.000.000,00	-
LEONI REFRIGERANTES S/A. IND. COMERCIO.-----	2.922.300,00	2.200.000,00	722.300,00
MODEIFEIRA PRAGNOCHELI SUL S/A.-----	4.115.150,72	4.115.150,72	-
METALURGICA FEY S/A.-----	4.826.000,00	4.826.000,00	-
POSTES SECCIONAIS BRASUL S/A.-----	4.800.000,00	3.000.000,00	1.800.000,00
CLASSIA S/A. IND. CATARENENSE DE PLÁSTICOS---	-	-	-
SEMIENAL IND. COM. DE METAIS S/A.-----	-	-	-
SIPAL S/A. IND. COM. E AGRICULTURA -----	12.000.000,00	11.300.000,00	700.000,00
SUPINIQUEM POLIMEROS S/A.-----	8.800.000,00	7.800.000,00	1.000.000,00
TINTAS HERING S/A. IND. COMERCIO.-----	6.450.300,00	6.450.300,00	-
<b>T O T A L -----</b>	<b>175.691.980,72</b>	<b>136.968.640,72</b>	<b>38.723.340,00</b>

Florianópolis, 09 de janeiro de 1981

*[Handwritten Signature]*  
 Herculio Bittencourt  
 DIRETOR FINANCEIRO

*[Handwritten Signature]*  
 CELIO DE CASIRO JUNIOR  
 RESPONSÁVEL P/ SENIOR

PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO À CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS - PROCAPE -

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

PROJETOS APROVADOS EM 1980

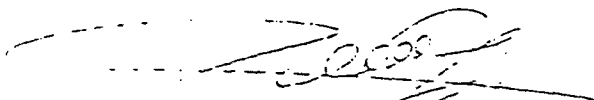
E M P R E S A S	T O T A L APROVADO	LIBERADO EM 1980	S A L D O EM 31.12.80
ÁGUAS NEBRAS PASTA E PAPELÃO S/A.-----	20.000.000,00	20.000.000,00	-o-
ADESUL INDUSTRIA E COMERCIO DE VINHOS S/A	6.000.000,00	6.000.000,00	-o-
ALGEMIRO MANIQUE PAPELTO S/A.-----	10.000.000,00	10.000.000,00	-o-
CESCA-CENTRAIS DE ESTOCAGEM DE SC S/A.---	11.000.000,00	11.000.000,00	-o-
CETUSA-CERÂMICA TURARÃO S/A.-----	25.000.000,00	-o-	25.000.000,00
CERÂMICA PORTOBELO S/A.-----	54.000.000,00	-o-	54.000.000,00
CEUSA CERÂMICA URUSSANGA S/A.-----	19.000.000,00	18.500.000,00	500.000,00
CHAPÉCÔ AVICOLA S/A.-----	22.800.000,00	-o-	22.800.000,00
CIA INDL H. CARLOS SCHNEIDER S/A.-----	26.000.000,00	-o-	26.000.000,00
FAQUEADAS INDUSTRIA DE MADEIRAS S/A.-----	9.380.000,00	-o-	9.380.000,00
INDUSTRIA DE MÓVEIS SANTA MARIA S/A.-----	4.500.000,00	4.500.000,00	-o-
INCOZASA IND COM COMPENSADOS ANATOMICOS -	750.000,00	750.000,00	-o-
ITAJÁ SANTA CATARINA TURISMO HOTÉIS S/A.--	14.000.000,00	9.200.000,00	4.800.000,00
INDUSTRIA MECÂNICA ZINKLI S/A.-----	12.565.000,00	3.188.000,00	9.377.000,00
IBERA INDUSTRIA METALURGICA S/A.-----	25.000.000,00	-o-	25.000.000,00
INDOIND BRINQUEDOS DE ARTEFATOS MADEIRA -	8.800.000,00	5.280.000,00	3.520.000,00
INCOPISSO IND.COM DE PISOS S/A.-----	27.000.000,00	-o-	27.000.000,00
INDUSTRIA TEXTIL PERON S/A.-----	9.000.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00
INDUSTRIA AUGUSTO KEMPEK S/A.-----	16.500.000,00	13.949.000,00	2.551.000,00
INDUSTRIA TEXTIL JARITA S/A.-----	18.000.000,00	-o-	18.000.000,00
IRMÃOS FISCHER S/A. IND QUERNIC-----	18.500.000,00	14.471.000,00	4.029.000,00
JOHANN GRITSCH S/A.IND.IMP.FNP.MOVEIS --	4.000.000,00	-o-	4.000.000,00
JAPAGIA FÁBRIL S/A.-----	10.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00
KANTER S/A. IND COMERCIO DE PLÁSTICOS S/A	7.000.000,00	5.000.000,00	2.000.000,00
KLUMER BUREAU E CONSTRUÇÕES S/A.-----	12.000.000,00	-o-	12.000.000,00
MADEIREIRA BOA VISTA S/A.-----	37.800.000,00	15.300.000,00	22.500.000,00
MARQUARDT INDUSTRIA DE MALHAS S/A.-----	27.000.000,00	15.000.000,00	12.000.000,00
METALURGICA JOÃO WENST S/A.-----	20.000.000,00	19.500.000,00	500.000,00
MICHIGAN TUBOS E VERNIZES S/A.-----	12.000.000,00	12.000.000,00	-o-
PERFILADOS TUPY S/A.-----	9.200.000,00	-o-	9.200.000,00
NOVEISUL S/A.-----	54.000.000,00	5.000.000,00	49.000.000,00
RESISUL S/A. INDUSTRIA QUIMICA -----	3.500.000,00	-o-	3.500.000,00
RESOMITAL S/A.-----	73.000.000,00	54.875.000,00	18.125.000,00
SANTERWENST S/A. SC EMPREN.D.E PARTICIP.-	136.500.000,00	136.500.000,00	-o-
SEBRA BRASOQUE AGRICULTUÁRIA S/A.-----	2.739.904,00	1.370.904,00	1.369.000,00
SUHLY INDUSTRIAL S/A.-----	11.890.000,00	-o-	11.890.000,00
SUHLY ENLACE EQUIPAMENTOS S/A.-----	12.300.000,00	4.000.000,00	8.300.000,00
TUPER INDUSTRIA METALURGICA S/A.-----	4.500.000,00	4.500.000,00	-o-
WEG MÁQUINAS S/A.-----	54.000.000,00	-o-	54.000.000,00
WEG S/A. INDUSTRIA DE LACTICINIOS .-----	11.234.000,00	3.396.000,00	7.828.000,00
CASIMIRO SINAIRA S/A.-----	10.000.000,00	10.000.000,00	-o-
T O T A L -----	570.448.904,00	412.779.904,00	457.669.000,00


Florianópolis, 09 de janeiro de 1981

PASTISA S/A. IND. FARS. CERÂMICA	-0-	-0-	-0-
ROXINOL S/A, IND. COMERCIO---	-0-	-0-	-0-
RESISUL IND. QUÍMICA S/A.----	-0-	-0-	-0-
SOPASTA S/A. IND. COMERCIO---	-0-	-0-	-0-
SEIRA AVICOLA XANXERÊ S/A.--	(*) 2.450.291,00	1.225.291,00	1.225.000,00
TAPUIA S/A. IND. COM. MINERAÇÃO	5.900.000,00	5.900.000,00	-0-
TELEFIERA NIELSON S/A.-----	-0-	-0-	-0-
ZORTEA BRANCHER S/A.-----	-0-	-0-	-0-
MADEIREIRA BOA VISTA S/A.---	7.200.000,00	7.200.000,00	-0-
<b>T O T A L -----</b>	<b>76.372.441,39</b>	<b>73.790.900,00</b>	<b>2.581.541,39</b>

(\*) A EMPRESA TINHA UM SALDO DE  
 CRS 5.190.195,00 PARTE DES-  
 TE SALDO FOI TRANSFERIDO PA-  
 RA A EMPRESA SEIRA BRASCAR-  
 NE S/A. REF. HOMOLOGAÇÃO CI-  
 SÃO DA EMPRESA, C.E. RESOLU-  
 ÇÃO 392/80 DE 17.04.1980.

Florianópolis, 09 de janeiro de 1981

  
 CELIO DE CASTRO JÚNIOR  
 RESPONSÁVEL P/ SETOR

  
 HERCÍLIO BITTENCOURT  
 DIRETOR FINANCEIRO

A N E X O 6

LIBERAÇÕES DE VERBAS DO PROCAPE

FONTE: Material da CPI do PROCAPE - Relação fornecida pelo PROCAPE

LIBERAÇÕES - QUINQUÊNIO

OPERAÇÕES	Em Cr\$ 1,00					TOTAL
	1976	1977	1978	1979	1980	
/ PARTICIPAÇÃO	15.843.981	192.113.868	280.335.498	362.704.846	627.539.444	1.478.530
INCENTIVOS	140.573.368	63.644.095	51.480.437	33.955.561	27.521.549	317.175
EMPRESTIMOS	25.184.783	4.783.899	572.000	--	--	30.546
SUB.DE JUROS						
ENC.FINANCEIROS	19.497.242	48.282,881	80.545,603	54.531.960	59.493.868	262.357
S O M A . . . . .	201.099,374	308.824,743	412.933,538	451.192,367	714.554,861	2.088,004

A N E X O 7

INCENTIVOS FISCAIS DO PROCAPE - DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES

(Posição em 31.12.80)

FONTE: Material da CPI do PROCAPE - Relação fornecida pelo PROCAPE

OBS.: Por tratar-se de documento, esta tabela não foi redatilografada; estão assinaladas as indústrias dos ramos têxtil e agroindustrial.





ANEXO B - RELACAO DOS MEMBROS DE ORGAOS DIRETIVOS DO SISTEMA FIESC.

NOME	1969	1971	1974	1977	1980	1983	1986
ABREU, A.	SA	SA					
BAMPI, C. M.			DIR/se	DIR/se	CF/se	DIR/se	DIR
BARATA, W. F. C. F.			DIR	DIR	DIR		
BATTISTOTTI, La.	sa	sa	sa	sa			
BATTISTOTTI, Lu.			dir				DIR
BAUMGARTEN, R.							
BITTENCOURT, Y.		dir	CF	DIR	DIR	DIR	
BRANDALISE, S.		DIR	DIR	DIR	DIR	DIR	
BUCHER, A. N.	SA	SA	SA	SA	SA	SA	
BUECHELER, J. L.	CF/cni	CF					
BUEDGENS, F.				SA		SA	
BURIGO, M.					dir	DIR	DIR
CAMPOS, J. F.			dir				
CARDOSO, L. M.							dir
CHERUBINI, L.	CF/CNI	DIR					
COLOMBI, S. A.			dir				
COPPI, U.		dir			dir	dir	DIR
DIGIACOMO, R. M.	SA	SA					
DOEHLER, U.			SA	SA			
DONINI, U.			DIR	DIR			
DOUAT, O. M.			DIR/cni	DIR/cni			
EHLKE, R.				dir	dir		
EICHHÖLZ, E.	CF/sa	SA					
ELIAS, J.	SA	SA/CF	SA	sa	sa	sa	dir
FEIJO FILHO, F.					dir	dir	
FERLIN, N.							dir
FETT, Ma.							dir
FETT, Mi.	SE/sa	DIR/CNI	DIR/CNI	DIR/CNI	DIR/CNI	DIR/CNI	DIR/CNI
		SA/se	SA	SA	SA	SA	cni
FREITAG, E.							
FREITAG, W.			CF				
GAERTNER, A.	CF						
GAIDZINSKI, J.				dir			
GARCIA, A.	SE	SE	SE	SE	SE		
GOULART, L.			SA	SA	SA	SA	
HERING, I.			SE	SE	SE	SA	
HOFFMANN, E.	se/cni						
HUFENUESSLER, R.			DIR		dir		
JOAO, A. A.							CF
JOHN, H.	dir/cni						
JORDAN, F.	DIR/CNI						
KILIAN, A. E.					dir	DIR	DIR
KLIMMEK, A. F.						CF	
KOEHNTOPP, N.	dir/se	se	DIR	CF	se	se	
KOWALSKI, A.	DIR						
KUHN, U.							CNI
LEONI, U. C.			cni				
LOYOLA, J. L. C.			dir				
MAFFESSONI, H.	dir/cni						
MANTEUFFEL, L. C.						dir	
MARCATTO, D.					DIR		
MARCHETTI, G.				dir	dir	dir	CF
MEINERT, J. Th.		sa	sa	sa	sa		
MEINERT, R.						DIR	
MOELLER, J. J.			DIR	DIR	DIR/cni	CF	
MONICH, L.	dir						
MORITZ, Ch. E.		cni	cni				
NASCIMENTO, A. M.			SE	SE	SE		
NETO, D. F.							
NEVES, J. C.					dir	DIR	dir
OHF, C. U.			dir		dir		DIR
OLIVEIRA, A. S. de		DIR	DIR				
PANCERI, R.							dir
PASTOR, G. O.		se	sa/dir	SA	SA		DIR
PEDROSO JUNIOR, C. C.							
PEREIRA, B. G.	SE	SE	SE	SE	SE	SE	

LEGENDA:

DIR - Presidente do sistema FIESC (inclui presidencia da FIESC, SESI e SENAI).

DIR - Membro da diretoria da FIESC.

SE - Membro da Diretoria do SESI.

SA - Membro da diretoria do SENAI.

dir - Suplente da diretoria da FIESC.

se - Suplente da diretoria da SESI.

sa - Suplente da diretoria do SENAI.

CNI - Delegado para o CNI.

cni - Suplente de delegado para o CNI.

CF - Conselho fiscal.

NOME	1969	1971	1974	1977	1980	1983	1986
RAMOS, N. REGES, E. R. REICHOW, A. RENAUX, C. C.	sa DIR/CNI	SE dir/sa CNI	dir/sa	SE/cni	SE/cni	SE/cni	dir
RENAUX, R. RIGON, O.	SE	dir					
RODRIGUES, J. RODRIGUES, M. ROVARIS, D. SALVADOR, L.	dir SE	SE	SE DIR	DIR		sa	dir
SANT'ANNA, U. de SARTORI, M. A. SCHLOSSER, H. SCHMIDT, H. D. SCHMIDT, R. SCHOSLAND, N. SCHRADER, H. SCHOEREDER, C. SCHUMACHER, N. SELEM, J.	SA	SA	dir SA CF SA	dir SA	DIR se SA SA	dir SE SA SA	DIR
SILVEIRA FILHO, O. da STEIN, E. A. STRAMOSK, J. TEIXEIRA, W. TOME, S. R. G. UHLIG, D. N. VAZ, M. Z. J. VIDAL, D. WACHHÖLZ, C. WEHMUTH, E. WERNER, B. W.	SA	SA dir	SA	dir dir sa	dir sa DIR	dir/sa DIR dir SA SA	dir
ZADROZNY, J. M. ZADROZNY, M. J. ZIPPERER, E.	SE	SE/CF	CF	CF			dir

LEGENDA:

DIR - Presidente do sistema FIESC (inclui presidencia da FIESC, SESI e SENAI).

DIR - Membro da diretoria da FIESC.

SE - Membro da Diretoria do SESI.

SA - Membro da diretoria do SENAI.

dir - Suplente da diretoria da FIESC.

se - Suplente da diretoria da SESI.

sa - Suplente da diretoria do SENAI.

CNI - Delegado para o CNI.

cni - Suplente de delegado para o CNI.

CF - Conselho fiscal.

**ANEXO 9 - GOVERNADORES E O SECRETARIADO  
EM SANTA CATARINA ENTRE 1970-  
1985**

**GOVERNO: IVO SILVEIRA**

DATA ENTRADA	SECRETARIADO	NOME
23.01.1970	Assessor de Gabinete	Gustavo Neves
24.02.1970	Secretario da Agricultura	Glauco Olinger
30.04.1970	Prefeito de Florianopolis	Ten. Coronel Ari Oliveira
04.05.1970	Pref. de Sao Miguel do Oeste	Helio Massum
07.07.1970	Procurador da Assemb. Legisl.	Orlando Bertoli
05.08.1970	Secretario da Casa Civil	Celestino Sachet
02.09.1970	Consultor Geral do Estado	Ademar S. Gonzaga

**GOVERNO: COLOMBO MACHADO SALLES**

DATA ENTRADA	SECRETARIADO	NOME
16.03.1971	Secretario de Justica	Geraldo Gama Salles
16.03.1971	Secretario da Administracao	Eugenio Lapagesse
16.03.1971	Secretario da Agricultura	Glauco Olinger
16.03.1971	Sec. Desenv. Economico do Estado	Alcides Abreu
16.03.1971	Secretario de Educacao	Carlos Augusto Caminha
16.03.1971	Secretario da Fazenda	Sergio Uchoa Rezende
16.03.1971	Sec. do Governo do Estado	Vitor Fernando Sasse
16.03.1971	Secretario da Saude	Henrique Manuel Prisco Paraiso
16.03.1971	Sec. Seguranca e Informacoes	Celso L. P. Antunes
16.03.1971	Sec. Servicos Publicos	Paulo Muller Aguiar
16.03.1971	Sec. Servicos Sociais	Marcelo Bandeira Maia
16.03.1971	Sec. Transporte e Obras	Cesar A. Ghanen Sabrino
16.03.1971	Sec. do Oeste	Plinio A. de Nes
16.03.1971	Procurador Geral	Jose Daura
16.03.1971	Gabinete Militar	P.M. Edgard V. Pereira
24.03.1971	Chefe do Gabinete Civil	Nuno de Campos
24.03.1971	Sub-Chefe do Gabinete Civil	Maria Ap. Ramos da Silva
06.04.1971	Chefe de Relacoes Publicas	Luiz Henrique P. Targat
26.04.1971	Ass. Gabinete do Governador	Almir Jose Rosa
28.04.1971	Ass. Gabinete do Governador	Jose Carlos Pacheco
03.11.1971	Sec. Desenvolvimento Economico	Hoyedo de Gouvea Lins
27.03.1972	Sec. do Governo	Orlando Bertoli
20.06.1972	Sec. da Administracao	Paulo Henrique Blasi
20.06.1972	Sec. da Casa Civil	Eugenio Lapagesse
29.10.1972	Prefeito de Florianopolis	Nabor Teixeira Collaco
05.02.1973	Sec. Transportes e Obras	Paulo Muller Aguiar
27.02.1973	Sec. da Educacao	Paulo Henrique Blasi
23.10.1972	Assessor Gabinete Civil	Alvaro Veiga Lima
26.04.1973	Sec. Seguranca e Informacoes	Paulo Mello Mendes de Carvalho
28.08.1973	Sec. de Justica	Epitacio Bittencourt
28.08.1973	Sec. da Administracao	Evaldo Amaral
28.11.1973	Prefeito de Florianopolis	Nilton Severo da Costa
11.06.1974	Sec. da Administracao	Nelson de Abreu
01.10.1974	Sec. Transportes e Obras	Ernani Abreu Santa Rita
13.12.1974	Sec. da Justica	Walberto Schmidt

GOVERNO: ANTONIO CARLOS KONDER REIS

DATA ENTRADA	SECRETARIADO	NOME
15.03.1975	Sec. da Justica	Zany Gonzaga
15.03.1975	Sec. Extraordinario Gab.Civil	Paulo da Costa Ramos
15.03.1975	Sec. da Administracao	Plinio J. Azambuja Bueno
15.03.1975	Sec. da Agricultura	Vitor Fontana
15.03.1975	Sec. Desenvolv. Economico	Augusto Baptista Pereira
15.03.1975	Sec. da Educacao	Salomao Antonio Ribas Jr.
15.03.1975	Sec. da Fazenda	Ivan Oreste Bonato
15.03.1975	Sec. Governo	Albini Zeni
15.03.1975	Sec. Saude	Helio Anjos Ortiz
15.03.1975	Sec. Seguranca e Informacoes	Ary Oliveira
15.03.1975	Sec. Servicos Publicos	Sebatiao Neto Campos
15.03.1975	Sec. Servicos Sociais	Fernando J. Caldeira Bastos
15.03.1975	Sec. Transporte e Obras	Nicolau F. Malburg
15.03.1975	Procurador Geral	Napoleao X. Amarante
15.03.1975	Gabinete Militar	Decio Jose do Lago
15.03.1975	Sec. do Oeste	Helio Wassum
07.04.1975	Membro do Cons.Adm. da C.E.E.	Paulo Bauer Filho
02.06.1975	Sec. Extraord. de Imprensa	Adolfo Zigelli
07.06.1975	Prefeito de Florianopolis	Dib Cherem
16.06.1975	Sec. do Oeste	Decio Jose do Lago
12.08.1975	Pref. de Sao Miguel do Oeste	Ademar Quadros Mariani
01.09.1975	Sec. Extraord. Assuntos Impren.	Paulo da Costa Ramos
19.09.1975	Prefeito de Florianopolis	Espiridiao Amin
04.12.1975	Sec. Extraord. Assuntos Impren.	Antonio Alves Filho
11.12.1975	Sec. do Oeste	Joao Valviste Paganella
14.03.1977	Sec. da Casa Civil	Salomao Antonio Ribas
14.03.1977	Sec. Interior e Justica	Paulo da Costa Ramos
28.03.1977	Sec. da Educacao	Mario Cesar Morais
12.05.1977	Sec. Extraord. Assuntos Espec.	Augusto Baptista Pereira
03.10.1977	Sec. de Justica	Nereu Guidi
15.03.1978	Sec. da Saude	Salomao Antonio Ribas
10.05.1978	Sec. de Justica	Acacio G.de P. Ferreira S.Thiago
10.05.1978	Sec. da Saude	Eduardo Cordeiro dos Santos Neto
10.05.1978	Sec. Industria e Comercio	Nilson Jose Boeing
10.05.1978	Sec. da Agricultura	Nicolau T. Malburg
12.05.1978	Sec. da Agricultura	Carlos Antonio Azambuja Loch
02.01.1979	Sec. da Administracao	Acacio G.de P. Ferreira S.Thiago
15.01.1979	Sec. da Administracao	Flavio Roberto Collaco
21.02.1979	Prefeito de Florianopolis	Francisco de Assis Cordeiro

GOVERNO: JORGE KONDER BORNHAUSEN

DATA ENTRADA	SECRETARIADO	NOME
15.03.1979	Sec. da Justica	Neudy Primo Massolini
15.03.1979	Sec. da Casa Civil	Nereu Guidi
15.03.1979	Sec. da Administracao	Antonio H. Bulcao Vianna
15.03.1979	Sec. da Agricultura	Helio Antonio Andrezza
15.03.1979	Sec. de Bem Estar	Egídio Martorano Neto
15.03.1979	Sec. Cultura e Turismo	Julio Cesar
15.03.1979	Sec. Educacao	Antero Mercolini
15.03.1979	Sec. Extraord. Comunicacao Soc.	Jair Francisco Hamms
15.03.1979	Sec. Fazenda	Ivan Oreste Bonato
15.03.1979	Sec. Industria e do Comercio	Hans Dieter Schmidt
15.03.1979	Sec. Oeste	Joao Valviste Paganella
15.03.1979	Sec. Planejamento e Coord.Geral	Norberto Ingo Zadosny
15.03.1979	Sec. Saude	Waldomiro Colautti
15.03.1979	Sec. Seguranca e Informacoes	Ary Oliveira
15.03.1979	Sec. Transporte	Espiridiao Amin
15.03.1979	Sec. Extraord.Trabalho Int.Pol.	Fernando J. Caldeira Bastos
15.03.1979	Casa Militar	Decio J. do Lago
15.03.1979	Procurador Geral	Napoleao X. Amarante
19.03.1979	Consultor Geral	Salomao Antonio Ribas
25.04.1979	Procurador Geral	Joao Carlos Kurtz
13.07.1979	Sec. da Fazenda	Claudio Andrade Ramos
08.10.1979	Sec.Ind.Com.(enquanto imp.tit.)	Carlos Passoni Junior
10.10.1979	Vice-Governador	Nereu Guidi
16.01.1980	Pref. Sao Miguel do Oeste	Jarcy Antonio de Martini
11.03.1980	Consultor Geral	Laerte Ramos Vieira
02.05.1980	Vice-Governador	Nereu Guidi
28.04.1981	Sec. da Agricultura	Serginho Martinho Nerbass
24.09.1981	Sec. Adj.Sec. Ind. e Comercio	Carlos Passoni Junior
02.10.1981	Sec. da Industria e Comercio	Nilson Wilson Bender
21.10.1981	Casa Militar	Saulo Nunes de Souza
09.12.1981	Consultor Geral	Laerte Ramos Vieira
12.02.1982	Sec. da Casa Civil	Ivo Sell
12.02.1982	Sec. da Fazenda	Ivo Silveira
12.02.1982	Sec. Transporte	Marcos Rovaris
12.02.1982	Sec. Industria e Comercio	Klaus Meyer
12.02.1982	Sec. da Administracao	Nabor Schlichting
12.02.1982	Sec. Extraord. Comunicacao Soc.	Paulo da Costa Ramos
12.02.1982	Sec. Extraord.Trab. Int.Polit.	Juarez Fonseca de Medeiros
12.02.1982	Sec. do Oeste	Ivan Feuerschuetze
12.02.1982	Consultor Geral	Nelson Pedrini
12.02.1982	Sec. Adjunto Sec. do Estado	Joao Arnaldo Vieira Guimaraes
12.02.1982	Sec. Adjunto Sec. da Cultura	Alexandre Fleischmann
16.02.1982	Sec. da Justica	Mario Ciliao de Araujo
25.03.1982	Sec. da Educacao	Paulo Gilberto Gouvea da Costa
14.04.1982	Sec. Bem Estar Social	Oswaldo Della Giustina
19.04.1982	Sec. Cultura	Joao Nicolau de Carvalho
09.07.1982	Procurador Geral	Antonio Hugen Nunes

GOVERNO: HENRIQUE HELION VELHO DE CORDOVA

DATA ENTRADA	SECRETARIADO	NOME
12.07.1982	Sec. Oeste	Joaquim Marques de Azevedo Neto
15.07.1982	Sec. da Saude	Vanildo Jose Ozelame
16.07.1982	Procurador Geral Justica	Joao Carlos Kurtz
04.03.1983	Comandante Geral da P.M.	Sidney Carlos Pacheco

GOVERNO: ESPIRIDIAO AMIN HELOU FILHO

DATA ENTRADA	SECRETARIADO	NOME
15.03.1983	Sec. da Casa Civil	Francisco de Assis Filho
15.03.1983	Sec. da Fazenda	Nery Batschauer
15.03.1983	Sec. da Educacao	Moacir Thomazi
15.03.1983	Sec. de Seguranca e Informacoes	Heitor Leuz Sche
15.03.1983	Sec. dos Transportes	Marcos Joao Rovaris
15.03.1983	Sec. da Agricultura	Vilson Pedro V. Kleinuebing
15.03.1983	Sec. da Saude	Vanildo Jose Ozelame
15.03.1983	Sec. da Administracao	Paulo Gilberto Gouvea da Costa
15.03.1983	Sec. de Bem Estar Social	Joao Raimundo Colombo
15.03.1983	Sec. Industria e Comercio	Etevaldo da Silva
15.03.1983	Sec. Esporte Cultura e Turismo	Artenir Werner
15.03.1983	Sec. Ext. Trabalho Integ. Polit.	Juarez Fonseca de Medeiros
15.03.1983	Sec. da Comunicacao Social	Paulo da Costa Ramos
15.03.1983	Sec. do Oeste	Henrique Deiss
15.03.1983	Chefe da Casa Militar	Saulo Nunes de Souza
15.03.1983	Consultor Geral	Nelson Pedrini
15.03.1983	Procurador Geral	Joao Carlos Kurtz
15.03.1983	Sec. Planejamento e Coordem.	Ricardo Pimentel Carioni
11.04.1983	Prefeito de Florianopolis	Claudio Avila da Silva
11.04.1983	Sec. Planejamento e Coordem.	Francisco de Assis Cordeiro
02.05.1983	Procurador Geral	Nelson Pedrini
12.08.1983	Sec. Ext. Reconstrucao de S.C.	Antonio Carlos Konder Reis
05.09.1983	Pref. Sao Miguel do Oeste	Augusto Paulo Zorgo
12.09.1983	Sec. da Fazenda	Nelson Amancio Madalena
24.06.1985	Casa Militar	Moacir de Oliveira Correa
11.07.1985	Sec. da Saude	Violentino Rodrigues
11.07.1985	Sec. do Trabalho	Sergio Uliano
11.07.1985	Sec. da Cultura Esporte e Tur.	Salomao Ribas Junior
11.07.1985	Sec. da Agricultura	Odacyr Zonta
11.07.1985	Sec. da Administracao	Juarez Fonseca de Medeiros
15.07.1985	Sec. da Justica	Pedro Bittencourt
23.07.1985	Sec. Desenvolvimento Social	Ivan Cesar Ranzolin
23.07.1985	Sec. Casa Civil	Celestino Roque Secco
27.01.1986	Sec. do Trabalho	Joao Cardoso
18.02.1986	Sec. Ext. Reconstrucao de S.C.	Mario Cesar Moraes
26.02.1986	Sec. do Oeste	Helio da Silva Winckler